

EDIÇÃO

Nº 01/2022

VOL 2



CONTEXTOS



UNIFACEMP

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS
E EMPREENDEDORISMO

CONTEXTOS

**Santo Antônio de Jesus – BA
2022**

Revista Contextos

ISSN 2764-7099 (Versão Online)

Entidade Mantenedora

Centro de Estudos Superiores de Santo Antônio de Jesus

Mantenedor

Antônio Carlos Lé Martini

Instituição

Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Reitor

Antônio Carlos Lé Martini

Pró – ReitoriaMariana Martini Correia
Rita de Cássia Vieira Matos**Equipe Editorial****Comitê Editorial**Antônio Pedro Moura de Oliveira, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Cynthia Barreto Santos Souza, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP
Carolina Orrico Santos, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP
Edilson Araújo Pires, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Jânio Roque Barros de Castro, Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Janúzia Souza Mendes de Araújo, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Maria Iraídes Silva de Almeida Matias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano
Ricardo Lopes de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBaiano
Tiana Pereira dos Santos Cerqueira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP**Editores Setoriais****Editor Gerente**

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editor - Engenharias

Felipe Gomes Frederico da Silveira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora - Ciências da Saúde

Tiana Pereira dos Santos Cerqueira, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editor - Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Romilson da Silva Sousa, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora - Educação e Humanidades

Cristiane Lopes da Mota, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Editora de Texto

Cynthia Barreto Santos Souza, Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP

Ficha Catalográfica

CONTEXTOS. Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo – UNIFACEMP - V.2, n. 1, 2022.

Semestral.

ISSN: 2764-7099 (Versão Online)

1. Ciências da Saúde 2. Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente 3. Educação e Humanidades 4. Engenharias

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que estamos levando a toda a comunidade a revista CONTEXTOS, fruto de trabalhos científicos de nossos professores, alunos e colaboradores. Com essa publicação desejamos aproximar o conhecimento desenvolvido no meio acadêmico de toda a sociedade.

A nossa revista, como veículo de disseminação do conhecimento levará a diversos segmentos da sociedade, ideias e estudos desenvolvidos em nossa e em outras instituições colaboradoras. Temas e estudos abordados não se extinguirão neste volume, mas, por certo servirão de inquietação e ponto de partida para discussões tão necessárias no meio científico.

Assim, esperamos que esse instrumento de divulgação permita atingir nossos objetivos possibilitando, leitura, interpretação, discussões, críticas e inquietações que visem fomentar e aperfeiçoar a ciência no meio acadêmico em benefício de toda a sociedade.

A todos empenhados nesse mister nossos sinceros agradecimentos.

Prof. Antônio Carlos Lé Martini
Reitor do UNIFACEMP

SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO DO VOLUME 2 – SÉRIE 2022**

Cíntia Barreto Santos Souza

SINAIS E SINTOMAS DA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR NOS DIFERENTES GRAUS DE HIERARQUIA EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA 96-114

Carolina do Espírito Santo de Carvalho, Sérgio Roberto Lemos de Carvalho e Ananda Lila Borges Ribeiro Rebouças

ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA PRAÇA ÁLVARO MARTINS DOS SANTOS 115-125

Ilma Souza de Jesus, Jênifer Muniz Domingues, Bruno Laecio da Silva Pereira, Felipe Gomes Frederico da Silveira, Valquiria Melo de Santana e Zalmar Santana Gonçalves

OS EFEITOS DA TELEREABILITAÇÃO EM PACIENTES NEUROLÓGICOS - UMA REVISÃO INTEGRATIVA 126-139

Soraia Santos de Roma e Tácia Cotinguiba Machado

ASSISTENCIA SOCIAL E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO 140-157

Lucas Bastos dos Santos

OS FILHOS DE MEUS FILHOS: avosidade e transgeracionalidade em narrativas autobiográficas 158-177

Cíntia Barreto Santos Souza

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS 178-187

Patrícia Santos de Jesus, Daniely dos Santos Conceição e Ana Virginia Pereira dos Santos

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO IPTU VERDE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA 188-206

Leonardo do Espírito Santo de Carvalho e Sérgio Roberto Lemos de Carvalho

APRESENTAÇÃO DO VOLUME 2

A Revista ConTextos é um periódico do Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo - UNIFACEMP, na cidade de Santo Antônio de Jesus, Ba. De característica multidisciplinar reúne e disponibiliza artigos de divulgação científica, resultado de trabalhos acadêmicos conclusos ou em andamento de estudantes do ensino superior, professores e pesquisadores interessados na circulação de estudos de caráter científico. A CONTEXTOS reuni conhecimentos interdisciplinares.

Os textos escritos e encaminhados para publicação são de responsabilidade dos autores que ao enviarem artigos e obterem o aceite da equipe editorial, possibilitam a repercussão de comunicações elaboradas no ambiente da academia. A ConTextos traz artigos relacionados às Ciências Exatas, Humanas, da Saúde, Sociais, Empresariais e Educacionais.

O volume 02 de 2022 apresenta a diversidade dos temas abordados a saber: SINAIS E SINTOMAS DA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR NOS DIFERENTES GRAUS DE HIERARQUIA EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA; ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA PRAÇA ÁLVARO MARTINS DOS SANTOS; OS EFEITOS DA TELEREABILITAÇÃO EM PACIENTES NEUROLÓGICOS – UMA REVISÃO INTEGRATIVA; ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO; OS FILHOS DE MEUS FILHOS: avosidade e transgeracionalidade em narrativas autobiográficas; IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS; PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO IPTU VERDE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA.

O UNIFACEMP oportuniza por meio da Revista ConTextos a distribuição aberta e recorrente de títulos que interessam à ciência e por conseguinte impactam socialmente a vida comunitária, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de novos interesses de pesquisa, incentivo à produção de saberes, partilha de conhecimentos e interação entre estudiosos. Á leitura.

Profa. Dra. Cíntia Barreto Santos Souza

SINAIS E SINTOMAS DA DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR NOS DIFERENTES GRAUS DE HIERARQUIA EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA

Signs and symptoms of temporomandibular dysfunction in the different ranks of a military police Battalion in the state of Bahia

Carolina do Espírito Santo de Carvalho ¹
Sérgio Roberto Lemos de Carvalho ²
Ananda Lila Borges Ribeiro Rebouças ³

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430 -104. Especialista em Metodologia da Educação Superior - UNIBF. carolina.carvalho@facemp.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/8925094056830762>

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências Empresariais, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia. sergio.carvalho@facemp.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-3936-1113>

³ Especialista em Dentística – ABO/BA. <http://lattes.cnpq.br/7266129949893948>
anandalibr@gmail.com

Resumo

A disfunção temporomandibular, definida como uma desordem musculoesquelética, é classificada como um subgrupo de problemas de dor craniofacial, que envolve alterações articulares e musculares. A primeira nomenclatura, quando está ligada a alterações internas da articulação temporomandibular; e a segunda, quando apenas a musculatura responsável pela mastigação e do pescoço são acometidas. Esta disfunção é de origem etiológica multifatorial e complexa, podendo afetar a qualidade de vida e estar associada à fatores psicológicos. O estudo traz como objetivo geral: correlacionar os sinais e sintomas da disfunção temporomandibular presentes nos membros que compõem o batalhão de polícia militar aos diferentes graus de hierarquia. Foi realizada uma pesquisa de campo de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa, através da aplicação de um questionário específico e, posteriormente, a realização de um exame clínico extraoral através da palpação na articulação temporomandibular e, ainda, nos músculos: masseter, pterigoideo medial, temporal e esternocleidomastoideo. Foram selecionados 130 policiais militares de um batalhão de polícia militar da Bahia, porém somente 67 participaram, devido aos seguintes critérios de inclusão: concordar em participar do estudo, ter aceitado assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e ter no mínimo 1 ano atuando na Polícia Militar. Foram avaliadas as variáveis de caracterização amostral e questões relacionadas aos sinais e sintomas da DTM através do Grau de Sensibilidade Relativa, checagem da consistência interna por meio do cálculo do coeficiente alfa de Cronbach, análise pelo coeficiente de Spearman e análise de variância com o coeficiente de Kruskal - Wallis. As avaliações realizadas permitem concluir que função exercida pelo policial mostrou-se ser o atributo que melhor se correlacionou com a DTM dentre as características avaliadas. De uma maneira geral, todos os grupos avaliados sinalizam um cenário laboral caracterizado por uma baixa expressão sintomatológica da dor. Dos sinais e sintomas da DTM, a cefaleia foi a mais frequente, seguido pela dor na nuca e dor no ouvido.

Palavras-chave: Articulação Temporomandibular. Dor musculoesquelética. Qualidade de vida.

Abstract

Temporomandibular dysfunction, defined as a musculoskeletal disorder, is classified as a subgroup of craniofacial pain problems, which involve articular and muscular alterations. The first nomenclature, when it is linked to internal alterations of the temporomandibular joint; and the second, when only the muscles responsible for mastication and neck are affected. This dysfunction has a multifactorial and complex etiological origin and can affect quality of life and be associated with psychological factors. The general aim of this study was to correlate the signs and symptoms of temporomandibular dysfunction present in the members of the military police battalion to the different levels of hierarchy. A descriptive field research with a quali-quantitative approach was carried out, through the application of a specific questionnaire and later, the performance of an extraoral clinical examination through palpation of the temporomandibular joint and of the masseter, medial pterygoid, temporal and sternocleidomastoid muscles. We selected 130 military policemen from a military police battalion in Bahia, but only 67 participated, due to the following inclusion criteria: agreeing to participate in the study, signing the Free and Informed Consent Form, and having worked for the Military Police for at least 1 year. We evaluated the sample characterization variables and questions related to TMD signs and symptoms through the Relative Sensitivity Degree, checking internal consistency by calculating Cronbach's alpha coefficient, Spearman coefficient analysis and analysis of variance with the Kruskal-Wallis coefficient. The evaluations allow us to conclude that the function performed by the officer proved to be the attribute that correlated best with TMD among the characteristics evaluated. In general, all the groups evaluated indicate a work scenario characterized by a low symptom expression of pain. Among the signs and symptoms of TMD, headache was the most frequent, followed by pain in the neck and ear pain.

Keywords: Temporomandibular joint. Musculoskeletal pain. Quality of life.

1. Introdução

A disfunção temporomandibular (DTM), definida como uma desordem musculoesquelética, é classificada como um subgrupo de problemas de dor craniofacial, que envolve alterações articulares e musculares (ALMEIDA et al., 2008). A mesma representa uma complexa combinação de sinais e sintomas, visto que a dor se destaca como a manifestação mais marcante. Bagis et al. (2012) consideram as seguintes manifestações como sintomas clássicos da DTM: desconforto ou dor na ATM, músculos mastigatórios, nos olhos, na face, nas costas e na região cervical, ruídos articulares, crepitação, cefaleia e restrição dos movimentos mandibulares.

A DTM pode ser desenvolvida através de diversos fatores etiológicos, ou seja, possui caráter multifatorial (CARRARA; CONTI; BARBOSA, 2010). Hábitos parafuncionais, problemas iatrogênicos, oclusão dentária e traumas são considerados fatores desencadeantes às desordens temporomandibulares. Já os distúrbios psicológicos e discrepâncias estruturais, são considerados fatores predisponentes (MCNEILL, 1997).

Estudos epidemiológicos sugerem que as DTMs atingem a todos os gêneros, independentemente da idade. Entretanto, a maior prevalência desses sinais está associada à população mais jovem, aumentando a sintomatologia com a idade, e, ao

sexo feminino (SERMAN et al., 2003) por conta de fatores emocionais e anatômicos (MARTINS et al., 2008).

Para que o planejamento seja bem-preparado e alcance um tratamento de qualidade para DTM, é necessário que haja um diagnóstico propício, visto que este é um dos maiores desafios para os profissionais que lidam com este distúrbio. (SILVA MACHADO et al., 2012). O tratamento inicial deve ser sempre conservador, reversível e multidisciplinar, por conta da dificuldade de se definir com exatidão o fator causal das desordens. Dentre as técnicas conservadoras, estão o uso das placas interoclusais, fisioterapia, acupuntura a psicoterapia, visando aliviar os quadros emocionais (PINHEIRO et al., 2002).

A realização deste estudo, que tem como foco o conhecimento da relação entre a carga tensional da atividade laboral dos profissionais de patentes de um batalhão e os sinais e sintomas da DTM, é de grande importância para a sociedade pois o mesmo virá a proporcionar, além da compreensão sobre esta relação, a necessidade de tratamentos multidisciplinares em ambientes com grande tensão.

Considerando a importância da prática fundamentada em evidências na área de saúde, o presente trabalho se justifica pela necessidade de se correlacionar a carga tensional aplicada à profissão militar e a disfunção temporomandibular numa população de soldados e oficiais de um batalhão da Polícia Militar do Estado da Bahia. A escolha da população-alvo do presente estudo deve-se ao fato dos policiais se encontrarem em um regime de natureza conceitual tensa e estressante, levando à pressuposição de que estas condições venham a influenciar diretamente na incidência de sinais e sintomas da DTM.

2. Material e Métodos

A análise foi baseada nas informações coletadas com os policiais militares de um Batalhão de Polícia, fornecidas pelos setores hierárquicos da Instituição. A metodologia consistiu em se aplicar um conjunto de questionamentos temáticos preponderantes no ambiente policial, os quais foram denominados atributos, por meio de questionamentos efetuados diretamente aos policiais, agrupados por classe/função (Soldados + Cabos, Patrulha, Oficiais graduados), com o objetivo de aferir o grau de sensibilidade/intensidade da dor, proporcionado pela rotina laboral, objetivando, prioritariamente, identificar o grau de acometimento de algumas variáveis

relacionadas para a construção do índice anamnésico e suas correlações com outras variáveis de natureza biológica e social.

Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho descritivo e com abordagem quali-quantitativa. A opção pelo caráter descritivo está na intenção de retratar as características do objeto estudado, para estabelecer uma relação entre a carga tensional aplicada à profissão militar e a disfunção temporomandibular – DTM nos diferentes graus de hierarquia do Batalhão: Cabo, Soldado, Sargento, Subtenente, Tenente, Capitão, Major e Coronel. A partir dessa correlação, foram estabelecidos os sinais e sintomas que mais se destacaram na possível predeterminação da DTM.

A população-alvo desta pesquisa foi constituída pelos policiais militares do Batalhão, devido aos mesmos se submeterem a um regime de natureza tensa e estressante, levando à pressuposição de que estas condições venham a influenciar diretamente na incidência de sinais e sintomas da DTM.

Foram selecionados previamente 130 policiais militares do Batalhão, porém somente 67 participaram, devido aos seguintes critérios de inclusão “os policiais que concordaram em participar do estudo, e que aceitem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e, além disso, que já tenham, no mínimo, um ano atuando na Polícia Militar.

A coleta de dados aconteceu em duas etapas: na primeira etapa, foi aplicado um questionário específico e objetivo aos policiais militares, onde foram recolhidas informações para avaliação das variáveis de caracterização amostral (gênero, idade, estado civil, grau de hierarquia no Batalhão, salário, tempo de trabalho e horas de sono ao dia) e questões relacionadas aos sinais e sintomas da DTM.

Logo a seguir, foram selecionados para o exame clínico extraoral os policiais militares que apresentaram qualquer um dos fatores predisponentes. Este foi o grupo de militares que constituiu o foco do presente estudo. No exame clínico realizado, foi feita a observação dos aspectos da ATM, análise dos movimentos mandibulares, e avaliação muscular. Tal procedimento foi feito através da palpação da ATM, e dos músculos masseter, temporal e pterigoideo medial.

O estudo realizado seguiu às normas éticas em pesquisa, condizente ao parecer da Resolução 466/12, no que diz respeito aos fundamentos éticos na prática da pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012). Com o parecer favorável do Comitê de ética com número CAAE 2.907.557, deu-se início ao desenvolvimento da pesquisa.

Para a mensuração das variáveis analisadas optou-se, nesta pesquisa, pela escala de avaliação numérica ordinal do tipo Likert, utilizada para a medição de graus ou níveis de satisfação, o que permite avaliar declarações (opiniões) sobre uma escala de cinco pontos que é, de fato, de grande importância estatística e de perfeita interpretação, proporcionando eficiente rastreabilidade de fatores casuais. As notas obtidas na pesquisa foram avaliadas mediante critérios estabelecidos pela técnica GSR (Grau de Sensibilidade Relativa) (CARVALHO, 2018).

O GSR para um determinado grupo [Grupo 1 (**Soldado+Cabo**), Grupo 2 (**Patrulha**), Grupo 3 (**Sargento+Tenente+Subtenente+Capitão**)] é o valor representativo das notas de seus componentes, atribuídas para um certo número de questões, que corresponde à mediana ponderada para uma determinada dimensão e o seu respectivo atributo, expressa como uma porcentagem (ou valor unitário) do resultado máximo possível de pontos, para todas as questões selecionadas. Portanto, trata-se de uma avaliação setorial.

O Grau de Sensibilidade relativa (GSR) em uma avaliação expressa a intensidade relativa de cada unidade amostral, componente dos grupos estabelecidos de acordo com a hierarquia/função militar, e, neste estudo, foi calculado a partir de notas atribuídas por estes atores a questionamentos específicos, e que abrangem diferentes atributos e dimensões de avaliação, em uma escala de 1 a 5. O símbolo zero (0) foi utilizado para significar as situações em que determinado público desconhece o fator em análise, propiciando, desta maneira, evitar distorções (ou equívocos) nos resultados analíticos.

A partir da sistematização das opiniões expressas por cada questionamento, em cada formulário específico, calculou-se, ainda, o GSR diferencial (Δ), o qual apresenta a tendência (positiva ou negativa) do conceito expresso por cada usuário, além da intensidade (valor relativo) que indica o quanto cada fator crítico é significativo na interpretação da análise temática.

De forma secundária, para facilitar a interpretação dos valores, utilizou-se uma escala arbitrária de cores (Figura 1), onde o vermelho representa o predomínio da baixa intensidade do fator em análise (Nível de Alerta), o amarelo, intensidade mediana (Nível de Monitoramento) e o verde, a maior intensidade (Nível de Qualidade/Referência). Esta escala apresenta uma amplitude de variação que corresponde a uma faixa de duzentas unidades ordenadas, variando do valor (- 100) que representa a intensidade mínima (expressão mínima do grau de satisfação) até

o escore (+ 100), que representa a sua intensidade máxima.

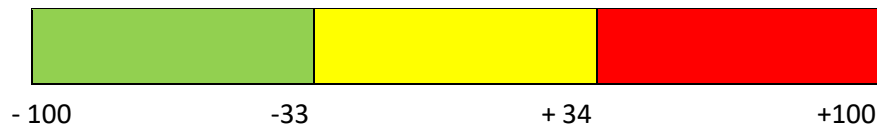


Figura 1 – Escala Arbitrária de Cores – EAC

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

3. Resultados e Discussão

3.1 Análise Setorial por Grupo

O resultado obtido para a avaliação do Grupo 1 (**Soldado + Cabo**) (Tabela 1) correspondeu a um valor mediano próximo de 2,0, o que corresponde ao aspecto conceitual “fraca intensidade”. Isto revela que os policiais militares destes níveis hierárquicos, de uma maneira geral, não identificaram maiores problemas em relação à percepção da dor, podendo inferir, desta forma, uma relação direta estabelecida entre esta medida de tendência central com os dois itens que receberam os maiores percentuais, evidenciados na respectiva Tabela 4.

A mediana ponderada relativa aos componentes da **Patrulha** (G2) (Tabela 2) correspondeu a um grau de sensibilidade o qual ficou em torno do valor 1,54, o que transiciona entre os conceitos “ausente” e “fraca intensidade”. Este valor foi relativamente similar com aquele obtido na pesquisa realizado com o grupo **G1** (Tabela 1), o que proporcionou uma maior consistência nas respostas obtidas, uma vez que este grupo também é composto por policiais militares de mesma patente (apenas soldados e cabos).

O Grau de Sensibilidade Relativo (GSR) referente aos **policiais mais graduados** (Tabela 3) apresentou um valor mediano ponderado (em torno de 1,7), intermediário entre os grupos estudados, aproximando-se, de forma genérica, da categoria “fraca intensidade”. Vale salientar, destarte, que a expressão conceitual “Ausência” - menor grau de intensidade avaliado - apresentou-se como aquela mais frequente em termos percentuais nesta pesquisa, o que permite afirmar que há um

entendimento generalizado por todos os grupos avaliados que perpassa por um cenário laboral caracterizado por uma baixa expressão sintomatológica da dor.

Tabela 1 – Avaliação global do grau de sensibilidade da dor do Grupo 1 (soldado + cabo) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Grau de intensidade	Frequência (%)
(1) Ausência	44,62
(2) Fraca intensidade	38,46
(3) Intensidade moderada	11,92
(4) Intensidade Forte	03,85
(5) Intensidade insuportável	01,15
Total	100,00
GSR = 1,87 (Fraca Intensidade)	

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

Tabela 2 – Avaliação global do grau de sensibilidade da dor do Grupo 1 (Patrulha) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Grau de intensidade	Frequência (%)
(1) Ausência	57,14
(2) Fraca intensidade	33,33
(3) Intensidade moderada	09,52
(4) Intensidade Forte	00,00
(5) Intensidade insuportável	00,00
Total	100,00
GSR = 1,54 (Ausência/Fraca Intensidade)	

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

Tabela 3 – Avaliação global do grau de sensibilidade da dor do Grupo 3 (sargento + subtenente+Tenente) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Grau de intensidade	Frequência (%)
(1) Ausência	57,69
(2) Fraca intensidade	19,87
(3) Intensidade moderada	17,95
(4) Intensidade Forte	03,85
(5) Intensidade insuportável	00,64
Total	100,00
GSR = 1,71 (Fraca Intensidade)	

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

Desta forma, os resultados obtidos revelam uma certa coincidência de percepção entre os três grupos deste estudo (homogeneidade de resultados) em relação às características avaliadas, embora seja de conhecimento amplo o caráter subjetivo na percepção e na avaliação da intensidade da dor.

3.2 Avaliação Setorial

Com o objetivo de investigar quais os fatores que resultam em maior ou menor grau de incidência fez-se o somatório das notas atribuídas pelos **Grupos** para as questões objetivas listadas no questionário, conforme sumarizado nas Tabela 4, 5 e 6. Na primeira coluna destas tabelas foram inseridas as temáticas/perguntas e nas três colunas subsequentes constam os níveis de incidência demonstrados pelos policiais, divididos em: a) Aspectos negativos (Alta incidência; notas 4 e 5); b) Aspectos intermediários (Nota 3); e c) Aspectos positivos (Baixa incidência; notas 1 e 2). Inseriu-se, ainda uma nova coluna para expressar o Grau de incidência relativo diferencial (Δ), o qual apresenta a tendência e a intensidade de cada resposta. Vale, ainda, destacar que, em cada tabela, foram evidenciados diretamente dois valores simbólicos: O maior percentual positivo e o maior percentual negativo, na tentativa de proporcionar maiores detalhes no que se refere às possíveis intervenções por parte do corpo funcional do Batalhão.

3.2.1 Avaliação Setorial – Grupo 1 (Soldado + Cabo)

De acordo com a Tabela 4, os resultados encontrados apresentam, praticamente, desvios relativos negativos, o que significa que, na avaliação dos soldados e Cabos, a sintomatologia da dor se expressa, via de regra, em baixa intensidade. Destaca-se, ainda, que o fator “ruídos na DTM quando mastiga” apresenta o menor percentual (desvio negativo), em torno de 68%. Ainda em relação à percepção da dor, a temática “dores de cabeça” apresenta o maior valor percentual (-32,9%), ainda que de forma negativa, portanto com predominância da escala de baixa intensidade, porém, apresentando, de forma distinta em relação aos demais itens, uma parcela relevante de policiais que sinalizaram uma “alta incidência” para este fator.

Agrega-se a esta análise um outro conjunto de variáveis (grafados em azul) referentes ao estado de ansiedade e qualidade de vida, os quais apresentaram um comportamento muito similar em relação aos anteriores, conservando a mesma tendência relativa, com desvios qualitativos negativos. Observa-se, outrossim, uma maior homogeneidade nos valores apresentados para os desvios, centralizados em torno de 45%.

Destarte, neste conjunto de quesitos, há um questionamento que, tecnicamente, diverge em termos conceituais de todos os outros: a percepção da “qualidade de vida; ou seja, para esta variável, quanto maior e mais positivo o desvio, melhor o cenário de observação. Nesta pesquisa este fator foi avaliado com um percentual positivo de incidência (+2,7%), o que concorda, de certa forma, com a tendência de todas as respostas anteriores, que apresentam um retorno vetorial negativo para as questões de mensuração dos aspectos da dor.

Além do fator “ruídos na DTM quando mastiga”, vale ainda evidenciar os seguintes fatores que, ainda que tenham apresentado sinais “negativos”, destacaram-se por sua menor percepção, com a mesma intensidade diferencial:

- Cansaço muscular ao abrir a boca
- Dor quando mastiga

Por outro lado, no que se refere à sensibilidade à dor, além da temática “dores de cabeça”, os fatores que apresentaram os maiores valores relativos para este grupo analisado foram:

- Dificuldades para movimentar a mandíbula para os lados
- Dores de ouvido ou zumbido

Tabela 4 – Avaliação do grau de sensibilidade do Grupo 1 (Soldado + Cabo) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Temática	Alto grau de intensidade (%)	Grau mediano de intensidade (%)	Baixo grau de intensidade (%)	Δ (Desvio Qualitativo)
Dores de Cabeça	17,4	16,2	50,3	- 32,9
Dor na nuca ou sensação de torcicolo	0,00	27,0	59,4	- 59,4
Dor na Face	0,00	08,1	56,7	- 56,7
Dor quando mastiga	0,00	02,7	62,1	- 62,1
Cansaço muscular ao abrir a boca	0,00	02,7	62,1	- 62,1
Ruídos na ATM quando mastiga ou abre a boca	00,0	0,00	67,5	- 67,5
Dificuldades para movimentar a mandíbula para os lados	05,4	02,7	54,0	- 48,6
Desconforto na face ou na ATM	02,7	05,4	56,7	- 54,0
Dores de ouvido ou zumbido	05,4	13,5	54,0	- 48,6
Ato de apertar os dentes	05,4	05,4	59,4	- 54,0
Você se considera uma pessoa nervosa?	02,7	32,4	51,3	- 48,6
Você se considera uma pessoa ansiosa?	16,2	10,8	59,4	-43,2
Você tem problemas para dormir?	16,2	08,1	62,1	- 45,9
Você se sente inseguro com a sua rotina?	05,4	21,6	54,0	- 48,6
Você está satisfeito com a sua qualidade de vida?	32,4	27,0	29,7	+ 2,7

* A somativa não é, necessariamente, igual a 100, pois não inclui a porcentagem daqueles que desconhecem o item em análise.

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

3.2.2 Avaliação Setorial – Grupo 2 (Patrulha)

Os dados da Tabela 5 revelam uma satisfação significativa por parte deste conjunto de atores (maior percentual relativo), notificado pela quase totalidade de desvios negativos, além de apresentar uma frequência de fatores com uma intensidade bastante significativa, acima de 50%, o que não é comum em análises desta natureza.

Há de se destacar que, além dos significativos valores encontrados para o diferencial qualitativo, variando entre 60% e 80% negativos, o que por si só já indicaria a influência da percepção em baixa intensidade, este grupo não apresentou nenhuma pontuação para o rótulo “alto grau de intensidade”, o que o diferiu de forma bastante evidente de todos os demais grupos analisados.

Em relação ao conjunto de variáveis (grafados em azul) referentes ao estado de ansiedade e qualidade de vida, há de se destacar que a totalidade dos policiais consultados indicaram um baixo grau de intensidade no que se refere ao fator “você se considera uma pessoa nervosa?”, bem diferente do resultado obtido para o grupo 1, mesmo sendo composto por policiais de mesmo grau hierárquico. Trata-se de algo, no mínimo controverso, pela natureza das ações desenvolvidas em sua rotina diária. As variáveis analisadas neste estudo não permitem inferir suposições que permitam qualificar este resultado, à exceção da análise da frequência de trabalho, que, para este grupo, de forma distinta, predomina o trabalho intermitente (um dia a cada três dias), que, assim, pode sugerir uma menor carga tensional.

Quanto à percepção da “qualidade de vida”, esta pesquisa revelou um valor muito significativo: 60%; bem superior àquele apresentado pelo grupo anterior, concordando, de certa forma, com os altos valores apresentados para a opção relativa ao “baixo grau intensidade”.

Tabela 5 – Avaliação do grau de sensibilidade do Grupo 2 (Patrulha) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Temática	Alto grau de intensidade (%)	Grau mediano de intensidade (%)	Baixo grau de intensidade (%)	Δ (Desvio Qualitativo)
Dores de Cabeça	0,00	20,0	80,0	- 80,0
Dor na nuca ou sensação de torcicolo	0,00	20,0	80,0	- 80,0
Dor na Face	0,00	20,00	60,0	- 60,0
Dor quando mastiga	0,00	0,00	80,0	- 80,0
Cansaço muscular ao abrir a boca	0,00	20,0	60,0	- 60,0
Ruídos na ATM quando mastiga ou abre a boca	00,0	0,00	80,0	- 80,0
Dificuldades para movimentar a mandíbula para os lados	0,00	0,00	80,0	- 80,0
Desconforto na face ou na ATM	0,00	0,00	80,0	- 80,0
Dores de ouvido ou zumbido	0,00	0,00	80,0	- 80,0
Ato de apertar os dentes	0,00	0,00	80,0	- 80,0
Você se considera uma pessoa nervosa?	0,00	0,00	100,0	- 100,0
Você se considera uma pessoa ansiosa?	20,0	0,00	80,0	- 60,0
Você tem problemas para dormir?	0,00	0,00	40,0	- 40,0
Você se sente inseguro com a sua rotina?	0,00	20,0	40,0	- 40,0
Você está satisfeito com a sua qualidade de vida?	60,0	40,0	0,00	+ 60,0

* A somativa não é, necessariamente, igual a 100, pois não inclui a porcentagem daqueles que desconhecem o item em análise.

Fonte: Elaborada por Carvalho (2018).

3.2.3 Avaliação Setorial – Grupo 3 (Oficial Graduado)

Analisando os dados da Tabela 6, percebe-se que há a manutenção da mesma tendência apresentada pelos grupos anteriores (G1 e G2) no direcionamento relativo dos diversos valores apontados para o GSR diferencial por parte do Grupo 3 (**Oficiais graduados**), em relação à análise anterior, onde é possível observar um predomínio praticamente absoluto de itens com valores negativos.

Diante do resultado expresso, destaca-se, na visão dos **oficiais graduados**, dois itens com maior significância: “Dificuldades para movimentar a mandíbula para os lados” e “Dores de ouvido ou zumbido”, que receberam os maiores percentuais para o desvio qualitativo, sendo que o primeiro se destacou por receber pontuações apenas no rótulo “baixo grau de intensidade”.

Há ainda para se destacar que o fator com maior desvio relativo foi o “Ato de apertar os dentes”, o que, deveras, pode estar relacionado com o fato deste grupo ser constituído pelos policiais com as maiores idades, com as ações funcionais de comando e decisão, além do fato de apresentarem uma maior permanência no ambiente institucional.

Em relação à percepção da “qualidade de vida”, o valor obtido nesta pesquisa (50%) ficou, de certa forma, muito parecido com o obtido pelo grupo 2; diferindo, porém, de forma bastante pronunciada do valor apresentado pelo Grupo 1.

Tabela 6 – Avaliação do grau de sensibilidade do Grupo 3 (Oficial Graduado) do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus, BA, 2018.

Temática	Alto grau de intensidade (%)	Grau mediano de intensidade (%)	Baixo grau de intensidade (%)	Δ (Desvio Qualitativo)
Dores de Cabeça	11,1	22,2	66,7	- 55,6
Dor na nuca ou sensação de torcicolo	0,00	38,9	61,1	- 61,1
Dor na Face	0,00	22,2	61,1	- 61,1
Dor quando mastiga	0,00	05,5	72,2	- 72,2
Cansaço muscular ao abrir a boca	05,5	11,1	66,6	- 61,1
Ruídos na ATM quando mastiga ou abre a boca	05,5	16,6	55,5	- 50,0
Dificuldades para movimentar a mandíbula para os lados	0,00	0,00	77,7	- 77,7
Desconforto na face ou na ATM	0,00	16,6	72,2	- 72,2
Dores de ouvido ou zumbido	0,00	16,6	77,7	- 77,7
Ato de apertar os dentes	16,6	5,5	61,1	- 44,5
Você se considera uma pessoa nervosa?	05,5	16,6	66,6	- 61,1
Você se considera uma pessoa ansiosa?	16,6	27,7	44,4	- 27,8
Você tem problemas para dormir?	22,2	05,5	61,1	- 38,9
Você se sente inseguro com a sua rotina?	16,6	11,1	44,4	- 27,8
Você está satisfeito com a sua qualidade de vida?	66,6	0,00	16,6	+ 50,0

* A somativa não é, necessariamente, igual a 100, pois não inclui a porcentagem daqueles que desconhecem o item em análise.

Fonte: Elaborada por Sérgio R. L. Carvalho

Para checar a consistência interna dos dados utilizados nesta pesquisa, utilizamos como índice de confiabilidade o coeficiente “**alfa de Cronbach**”, que mede a coerência dos itens de mensuração selecionados. Neste estudo, o valor encontrado foi de 0,891, o que confere uma consistência considerada como “muito boa”

(LOESCH; HOELTGEBAUM, 2012), validando, desta forma, os resultados obtidos e as conclusões expressas.

3.3 Análise correlacional da DTM com alguns descritores funcionais / laborais da população alvo.

De uma maneira geral foram observadas algumas correlações importantes quando se unificou os dados dos três grupos analisados (Tabela 7). Ainda que não tenha havido nenhuma relação significativamente estatística, foi possível observar que existe uma correlação muito próxima do limite crítico de decisão ($p=0,059$) entre a DTM e a função exercida pelo policial, indicando ser este atributo aquele que melhor se relaciona com a DTM dentre as características avaliadas. Há ainda de se referenciar a correlação negativa entre o atributo “horas de sono” com a DTM, aspecto este previsível à priori, ainda que, também, não tenha apresentado significância em nível de 5 % de probabilidade. Corroborando os dados apresentados, Lavigne e Kato (2005) encontraram também uma relação inversa entre a quantidade/qualidade de horas de sono e os sintomas da DTM.

Tabela 7 – Correlação da DTM com fatores laborais dos policiais militares do Batalhão da Polícia Militar. Santo Antônio de Jesus (2018).

Variáveis	ρ	p – Valor
Idade	0,140	0,890
Função	0,214	0,059
Horas de Sono	-0,123	0,332
Frequência de trabalho	0,094	0,491

Legenda: ρ =Correlação de Spearman; Nível de significância ($p<0,05$)

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

3.4 Análise de Variância da DTM em relação aos grupos estudados

O teste de Kruskal-Wallis foi utilizado, neste estudo, para testar a hipótese nula de que todos os grupos possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que, ao menos, dois grupos possuem funções de distribuição diferentes. Como o p-valor foi maior do que o nível de significância ($\alpha=0,05$) (Tabela 8), não há provas suficientes para rejeitar a hipótese nula de que as medianas dos grupos (Figura 2) são todos iguais.

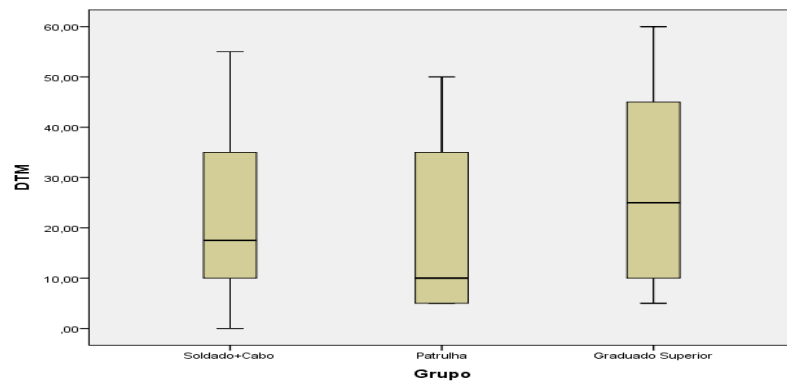


Figura 2 – Box Plot referente aos valores da DTM em cada grupo pesquisado. Santo Antônio de Jesus- Ba, 2018.
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Tabela 8 – Análise de variância não paramétrica “Kruskal Wallis” relativo aos valores da DTM. Santo Antônio de Jesus- Ba, 2018.

Teste / resultado	Valor
Kruskal – Wallis / Qui Quadrado	1,655
Graus de Liberdade	2
p – valor	0,437

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Entretanto, para além dos resultados apresentados pelo teste estatístico, pode-se inferir que há uma maior distinção entre os valores relativos à **patente** (graduado superior em relação às categorias iniciais), que, em relação à **função** (soldado + cabo X Patrulha), uma vez que estes dois grupos, via de regra, são formados por militares da mesma patente; infere-se, desta forma, um maior efeito da hierarquia em relação às ações funcionais.

3.5 Estudo Clínico

Para proporcionar um melhor entendimento dos resultados obtidos, há de se considerar, ainda, alguns dados específicos referentes à prevalência dos sinais e sintomas, fundamentais para uma melhor elucidação do estudo nesta pesquisa. Desta forma, de acordo com a Tabela 9, percebe-se que a prevalência da dor de cabeça foi a mais alta, atingindo 15,18% do público-alvo, seguida pela dor na nuca, com 14,44%.

Tabela 9 – Sinais e sintomas da DTM mais frequentes nos policiais militares do BPM. Santo Antonio de Jesus – Bahia, 2018.

Sinais e Sintomas	Frequência %
Dor ao abrir a boca	8,14%
Dificuldade de movimentar mandíbula	3,34%
Dor ao mastigar	7,77%
Dor de cabeça	15,18%
Dor na nuca	14,44%
Dor no ouvido	12,22%
Ruídos ATM	7,40%
Apertar dentes (ranger)	10,0%
Dentes articular bem	8,14%
Tensão Nervosa	13,3%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

As alterações no sistema mastigatório (dentes, periodonto, músculos e ATM) podem levar a reações, adaptações e sintomas nesse sistema. Através de uma pesquisa específica, foi demonstrado que 69% dos pacientes que rangiam os dentes e pacientes com hipersensibilidade da cápsula articular frequentemente tinham cefaleia e dores circundantes (OKESON , 2006).

Há de se evidenciar, ainda, a significativa porcentagem de acometimento nos pesquisados quanto ao atributo “tensão nervosa”, com valores acima de 13% (Tabela 8). Este resultado é muito importante, uma vez que a literatura científica apresenta altos índices de ansiedade, depressão e outros fatores comportamentais combinados à uma má qualidade de sono e hábitos como o de apertamento dental, associados à dor miofascial crônica.

A otalgia também se revelou com grande prevalência diante da população alvo, com uma porcentagem de 12,22% (Tabela 9). Autores sugerem que as DTM sejam as causas mais comuns de otalgia por motivos não-otológicos e aludem que a dor de ouvido, pode ser, na verdade, a dor da própria ATM sentida em posição mais posterior, gerando uma confusão de sintomas devido à proximidade da estrutura articular e da orelha (TUZ et al., 2003; UEKAMA, 2012).

5. Conclusões

Diante dos resultados obtidos, há evidências que permitem concluir que a função exercida pelo policial mostrou-se ser o atributo que melhor se correlacionou

com a DTM dentre as características avaliadas.

O Grau de Sensibilidade Relativo referente aos policiais mais graduados apresentou um valor intermediário entre os grupos estudados, aproximando-se, de forma genérica, da categoria “fraca intensidade”. De uma maneira geral, todos os grupos avaliados sinalizam um cenário laboral caracterizado por uma baixa expressão sintomatológica da dor, embora seja de conhecimento amplo o caráter subjetivo na percepção e na avaliação da intensidade da dor.

Dos sinais e sintomas de DTM, a cefaleia foi a mais frequente, sendo seguido, em ordem decrescente pela dor na nuca, dor no ouvido, tensão nervosa e o hábito de apertar ou ranger os dentes.

As DTM necessitam ser melhor investigadas nos atendimentos clínicos.

6. Referências

Almeida, L. H. M. de, Farias, A. B. L., Soares, M. S. M., Cruz, J. S. de A., Cruz, R. E. S. da, & de Lima, M. (2010). Disfunção temporomandibular em idosos. **Revista Da Faculdade De Odontologia** - UPF, 13(1).

Bagis B, Ayaz EA, Turgut S, Durkan R, Özcan M. Gender difference in prevalence of signs and symptoms of temporomandibular joint disorders: a retrospective study on 243 consecutive patients. **Int J Med Sci**. 2012;9(7):539-44.

BRASIL, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

CARRARA, S. V.; CONTI, P. C. R.; BARBOSA, J. S. Termo do 1º Consenso em disfunção temporomandibular e dor orofacial. *Dental Press J Orthod*, v. 15, n. 3, p. 114-20, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/14.pdf>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

CARVALHO, S. R. L. Análise de desempenho setorial do centro universitário - UNIFACEMP, usando a técnica GSR, a partir dos dados da CPA – comissão própria de avaliação. UNIFACEMP. Santo Antônio de Jesus (BA). 2018

Lavigne G, Kato T. Usual and unusual orofacial motor activities associated with tooth wear. *Int J Prosthodont*. 2005 Jul-Aug;18(4):291-2. PMID: 16052775.

LOESCH, C.; HOELTGEBAUM, M. Métodos estatísticos multivariados. São Paulo: Saraiva, 2012.

Martins, Ronald Jefferson et al. Relação entre classe socioeconômica e fatores demográficos na ocorrência da disfunção temporomandibular. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2008, v. 13, suppl 2 [Acessado 29 agosto 2022] , pp. 2089-2096.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000900013>>. Epub 18 Nov 2008. ISSN 1678-4561.

McNeill C, Mohl ND, Rugh JD, Tanaka TT. Temporomandibular disorders: diagnosis, management, education, and research. **J Am Dent Assoc**. 1990 Mar;120(3):253, 255, 257 passim. Disponível em: <[https://jada.ada.org/article/S0002-8177\(90\)03011-2/abstract](https://jada.ada.org/article/S0002-8177(90)03011-2/abstract)>. Acesso: 11 de março de 20

OKESON, P. J., Bell,s Orofacial Pains. The Clinical Management of Orofacial Pain. Quintessence, 2006. Ed. 6, São Paulo.

PINHEIRO, A.H.N.; SÁ, A.N.; SILVA, F.C.; SIMÃO, K.A. Diagnóstico diferencial e tratamento conservador da DTM de origem intraarticular. **Jornal Brasileiro de Oclusão, ATM e dor Orofacial**, Curitiba, v. 2, n. 7, p. 248-252, jul./set. 2002 Disponível em: <<https://www.dtscience.com/wp-content/uploads/2015/10/Diagnóstico-Diferencial-e-Tratamento-Conservador-da-DTM-de-Origem-Intraarticular.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

SERMAN, R. J; CONTI, P. C. R; CONTI, J. V.; SALVADOR, M.C. G. Prevalência de disfunção temporomandibular em pacientes portadores de prótese total dupla. **JBA**, Curitiba, v.3, n.10, p.141-144, abr./jun. 2003. Disponível em <<https://www.dtscience.com/wp-content/uploads/2015/10/Prevalência-de-Disfunção-Temporomandibular-em-Pacientes-Portadores-de-Prótese-Total-Dupla.pdf>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

Silva Machado, L.P., de Macedo Nery, M.B., de Góis Nery, C. et al. Profiling the clinical presentation of diagnostic characteristics of a sample of symptomatic TMD patients. *BMC Oral Health* 12, 26 (2012). <https://doi.org/10.1186/1472-6831-12-26>.

TUZ, Hakan H., Onder, Ercument M., Kisinisci, Reha S. Prevalence of otologic complaints in patients with temporomandibular disorder, **American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics**, Volume 123, Issue 6, 2003, p. 620-623, ISSN 0889-5406,

UEKAMA, Ira Cristina. **Estudo de alterações locais e sistêmicas em indivíduos portadores de disfunção temporomandibular**. Dissertação de Mestrado do Curso de Odontologia da Universidade de São Paulo, Rio Preto. 2012.

ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA PRAÇA ÁLVARO MARTINS DOS SANTOS

Accessibility: a case study in Álvaro Martins dos Santos square

Ilma Souza de Jesus ¹

Jênifer Muniz Domingues ²

Bruno Laecio da Silva Pereira ³

Felipe Gomes Frederico da Silveira ⁴

Valquiria Melo de Santana ⁵

Zalmar Santana Gonçalves ⁶

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Engenheira Civil. ilmasouza-18@outlook.com

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Engenheira Civil. eng.jmuniz@outlook.com

³ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutor em Engenharia Agrícola, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. brunolaecio_3@hotmail.com

⁴ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutor em Produção Vegetal – UESC. felipegomes87@hotmail.com

⁵ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestre em Materiais de Construção – UEFS. vmelo.civil@gmail.com

⁶ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutorando em Biotecnologia Vegetal – UEFS – BA. zalmarufrb@hotmail.com

Resumo

Nas condições atuais torna-se perceptível que a acessibilidade obtida através da mobilidade urbana é um dos principais parâmetros utilizados para mensurar o fluxo contínuo e habitual das pessoas. Os estudos comprovam que a maioria dos afetados são os portadores de deficiências físicas e os idosos, que, de modo geral, necessitam de melhores condições para que possam se locomover. Com o crescimento populacional, inúmeras obras de expansão do cenário urbano no município de Santo Antônio de Jesus – Bahia foram realizadas; entretanto, apesar de tamanho investimento, chama atenção a falta de acessibilidade e mobilidade direcionada para pessoas com necessidades especiais na Praça Álvaro Martins dos Santos. Deste modo o presente artigo teve como objetivo analisar a percepção dos usuários da Praça Álvaro Martins dos Santos, além de compreender as principais necessidades das pessoas que possuem algum tipo de deficiência em relação com as pessoas que não possuem limitações físicas e, deste modo, vislumbrar a possibilidade de elaborar projeto de requalificação, adaptando sua estrutura às morbidades citadas pelos usuários, e que estejam enquadrados nas normas técnicas vigentes. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo exploratório, tendo como metodologia utilizada para o levantamento de dados o uso de questionário confeccionado a partir da NBR 9050/2004, em três locais diferentes; e estudo *in loco* utilizando a técnica de observação para determinar as principais irregularidades de local. O estudo teve 69 entrevistados contemplando pessoas deficientes e não deficientes. É notória a falta da acessibilidade no local do estudo, decorrente de um planejamento inadequado da infraestrutura local, a partir da ausência dos parâmetros estabelecidos pelas leis e normas aplicadas ao conceito da acessibilidade urbana.

Palavras-chave: Mobilidade Acessibilidade urbana. Necessidades especiais.

Abstract

In the current conditions it becomes noticeable that the accessibility obtained through urban mobility is one of the main parameters used to measure the continuous and usual flow of people. Studies show that most of those affected are the physically challenged and the elderly, who, in general, need better conditions to enable them to move around. With the population growth, many expansion works of the urban scenery in the city of Santo Antônio de Jesus - Bahia have been carried out; however, despite such a large investment, the lack of accessibility and mobility directed to people with special needs at Álvaro Martins dos Santos Square draws attention. Thus, the present article aimed to analyze the perception of users of Álvaro Martins dos Santos Square, as well as to understand the main needs of people who have some kind of disability in relation to people who do not have physical limitations and, thus, glimpse the possibility of developing a requalification project, adapting its structure to the morbidities cited by users, and that are framed in the current technical standards. This is a qualitative exploratory study, having as methodology used for the data survey the use of a questionnaire made from the NBR 9050/2004, in three different places; and an in loco study using the technique of observation to determine the main irregularities of the place. The study had 69 interviewees, including disabled and non-disabled people. It is notorious the lack of accessibility in the place of the study, resulting from inadequate planning of the local infrastructure, from the absence of the parameters established by the laws and standards applied to the concept of urban accessibility.

Keywords: Mobility. Urban accessibility. Special needs.

1. Introdução

É notório que a mobilidade urbana seja um dos parâmetros utilizados para mensurar a hospitalidade de determinado local onde o fluxo de pessoas aconteça de forma contínua e habitual. Entretanto, um dos problemas mais recorrentes quando mencionado o termo mobilidade, está na falta de acessibilidade das construções públicas, que, em sua maioria, estão fora dos padrões adequados, ou se encontram em estado de deterioração (VACCARI e FANINI, 2011).

Ainda dentro do contexto da acessibilidade, estudos comprovam que os portadores de deficiências físicas e os idosos constituem-se na maioria, que, de modo geral, necessitam de melhores condições para que possam se locomover. A Ordem dos Advogados do Brasil considera que a deficiência é uma soma das barreiras físicas, econômicas e sociais em que o ambiente as impõe, sendo que o meio em que as pessoas vivem proporciona as suas limitações. Deste modo, a Cartilha de Direitos da Pessoa com Deficiência ressalta que “A sociedade precisa compreender, se adaptar e se preparar para acolher as diferenças e aprender com elas” (OAB, 2011).

Com o crescimento populacional, com ênfase nas pessoas que apresentam necessidades especiais, torna-se perceptível as inúmeras obras de expansão do cenário urbano no município de Santo Antônio de Jesus – Bahia. Entretanto, apesar do investimento, chama atenção a falta de acessibilidade e mobilidade direcionada para pessoas com necessidades especiais na Praça Álvaro Martins dos Santos,

considerada como uma das praças com maior fluxo de pessoas, devido ao fato de funcionar como local de embarque e desembarque de passageiros que utilizam do transporte alternativo para se locomover das cidades circunvizinhas para o município em estudo.

Acredita-se que, com a implantação da acessibilidade urbana na Praça Álvaro Martins dos Santos, é possível proporcionar acesso às pessoas com mobilidade reduzida, tanto de forma permanente como temporária, para que os mesmos tenham a possibilidade de usufruir de uma praça tida como modelo, preservando fatores básicos de bem-estar como segurança e autonomia para esse público.

Deste modo, este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos usuários da Praça Álvaro Martins dos Santos, além de avaliar e comparar as principais necessidades das pessoas que possuem algum tipo de morbidade com as pessoas que não possuem limitações físicas, e, deste modo, propor a viabilidade da elaboração de um projeto de requalificação, adaptando sua estrutura atual às condições citadas pelos usuários, e que, ainda, estejam enquadrados nas normas técnicas vigentes.

2. Material e Métodos

Santo Antônio de Jesus – Bahia é uma cidade localizada no Recôncavo Sul da Bahia, às margens da BR 101, distando 193 km da capital do estado, Salvador. Ocupa uma área de unidade territorial de cerca de 268,763km². Sua população é estimada em 101.518 habitantes, com densidade demográfica de 348,14 habitantes/km². Por ter sua economia ativa e fortemente voltada para o comércio, é considerada como a “capital do Recôncavo”. A Praça Álvaro Martins dos Santos não acompanhou o avanço urbano que aconteceu nas últimas décadas no município e, devido a este fato, foi observado que a praça não possui acessibilidade, além de não estar nos parâmetros definidos pela construção civil.



Figura 1 – Praça Álvaro Martins dos Santos, local de estudo
Fonte: Autores (2021)

Para obtenção dos resultados desta pesquisa, foi realizado a aplicação de questionário com as pessoas que circulavam na Praça Álvaro Martins dos Santos, além da aplicação de questionário específico em uma escola de alunos especiais (Lyons Club), portadores de diferentes tipos de deficiência, e um espaço de apoio (Casa do Conselho) para pessoas com morbidades que necessitam do auxílio do município de Santo Antônio de Jesus - BA, tendo como objetivo avaliar suas principais demandas e dificuldades ao transitar a praça em questão. O presente estudo realizado corresponde a uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, por meio de pesquisa de campo.

“A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e fenômenos que se desejam estudar. (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 79).”

Para o estudo qualitativo seguiu-se o conceito de observação citado por Marconi e Lakatos (1996). A partir deste princípio, nas primeiras vistorias, foram realizadas observações *in loco*, tendo como princípio o conhecimento teórico e técnico, além do olhar crítico para posteriormente elaborar o questionário que direcionou a pesquisa de forma direta às pessoas que necessitavam de acessibilidade para se locomoverem em locais públicos.

Os resultados foram confrontados com o estudo *in loco*, dentro dos parâmetros descritos no texto das diretrizes da NBR 9050/2004 e do art 2º da Lei Federal nº 10.098/2000 para seleção do público alvo e criação do questionário posteriormente aplicado.

O público alvo foi delimitado àquelas pessoas que circulavam a Praça Álvaro Martins dos Santos, alunos da escola para pessoas com necessidades especiais, além do espaço de apoio para pessoas com morbidades situadas no município de Santo Antônio de Jesus - BA, sendo que os critérios de inclusão utilizados foram: cidadãos que não possuem deficiências físicas e estavam em trânsito no local de estudo, e cidadãos que possuíam deficiências visuais, auditivas, com dificuldades para a sua locomoção. Aquelas pessoas que se enquadravam nos critérios de inclusão, porém não aceitaram responder o questionário, foram excluídas da pesquisa.

Os questionários foram aplicados seguindo os aspectos éticos da pesquisa científica, respeitando a integridade física e moral, além do anonimato e sigilo de todos

os participantes; para isso, foram seguidas as normas da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Tabela 1 – Informações avaliadas com cidadãos que circulavam pela Praça Álvaro Martins dos Santos e na escola para alunos com necessidades especiais. Santo Antônio de Jesus (BA), 2021.

ELEMENTOS AVALIADOS
QUANTO A CIRCULAÇÃO:
1 - A circulação é acessível na área da praça?
2 - Os equipamentos urbanos presentes no entorno da praça, possibilitam a acessibilidade a pessoas com necessidade especial?
QUANTO AS RAMPAS DE ACESSO E MOBILIDADE:
3 - As rampas possuem largura mínima de 1,20 m que possibilite o acesso de um cadeirante?
4 - A inclinação das rampas permite a circulação de um cadeirante sem ajuda de terceiros?
5 - As calçadas possuem avarias, como buracos, que dificultam a circulação?
6 - Existe piso tátil direcional indicando o caminho a ser percorrido?
QUANTO A ILUMINAÇÃO:
7 - A iluminação pública ajuda na visibilidade noturna?
QUANTO A SINALIZAÇÃO:
8 - Existe faixa em alto relevo que serve de linha guia para pessoas com necessidade visual?
9 - Existem placas sinalizadoras?
QUANTO AOS SANITÁRIOS:
10 - Há banheiros acessíveis de maneira que um cadeirante ou uma pessoa com a mobilidade reduzida possa utilizar?
11 - Existe barra de apoio na lateral e fundo do vaso sanitário?

Fonte: Autores (2021).

Após a aplicação dos questionários, e com base nos resultados obtidos na pesquisa, avaliaram-se as necessidades citadas pelo público alvo, sendo somadas as observações técnicas realizadas no estudo *in loco*, para que, deste modo, fossem determinados os pontos necessários a serem comparados e discutidos com os parâmetros citados na NBR 9050/2004, demonstrando, assim, as falhas técnicas presentes no local de estudo.

3. Resultados e Discussão

Embasado no estudo prévio sobre o que as normas técnicas determinam para uma praça, foi observado a obrigatoriedade das mesmas serem acessíveis para que

a população possa desfrutar, sem que seu direito de ir e vir seja afetado. Deste modo, foi realizado o estudo *in loco* embasado na NBR 9050/2004 e do art 2º da Lei Federal nº 10.098/2000. Neste estudo *in loco* foram observados os mesmos critérios que foram aplicados no questionário aplicado às pessoas, tendo em vista que o mesmo seguiu o mesmo embasamento teórico; deste modo, seguem os itens observados nas Tabelas 2 e 3.

Após a coleta dos dados é possível observar que a Tabela 1 representa a percepção dos entrevistados quanto à circulação na praça, sendo que quando questionados sobre: “A circulação é acessível na área da praça?” apenas 29% responderam de forma positiva. Já em relação ao questionamento se “os equipamentos urbanos presentes no entorno da praça “possibilitam a acessibilidade a pessoas com necessidade especial?” apenas 6% dos respondentes afirmaram positivamente, enquanto que 94% negaram tal asserção (Tabela 2). Alcantara e Gulinelli (2018), embasados na NBR 9050/2015 e do art 2º da Lei Federal nº 10.098/2000, obtiveram percepções semelhantes.

Ao que se refere à circulação da praça, foram observado elementos como postes, placas, barracas, carrinhos de ambulantes, pontos de ônibus, barreiras no piso e placas. Na análise do local foi observado que não existem equipamentos que possibilitem o acesso de pessoas com deficiência, além de diversos obstáculos que impedem a mobilidade das pessoas. Entre estes obstáculos há trinta e cinco barracas comerciais e doze carrinhos de ambulantes, sendo que a maioria deles se encontra no local de transito dos pedestres; fato este que diverge do preconizado pela NBR 9050/2004, que determina que o local de tráfego de pedestres seja livre de obstáculos.

A Tabela 2 representa as respostas dos entrevistados quando questionados se “As rampas possuem largura mínima que possibilite o acesso de um cadeirante?”; apenas 7% dos respondentes corroboraram com esta afirmação. Por outro lado, no que se refere à percepção à respeito do quesito “A inclinação das rampas permite a circulação de um cadeirante sem ajuda de terceiros?”, 62% responderam de forma afirmativa. Com relação ao fato das calçadas possuírem avarias, como “buracos que dificultam a circulação”, 62% afirmaram positivamente e 38%, discordaram deste posicionamento. Finalizando este cenário, apenas 4% dos entrevistados indicaram que “Existe piso tátil direcional indicando o caminho a ser percorrido”.

Deste modo, conclui-se a análise dos entrevistados quanto à percepção das rampas de acesso e mobilidade. Durante a avaliação foram identificadas apenas

quatro rampas, sendo que uma estava em estado de deterioração. Dentre as outras, duas possuem largura de 0,97cm, comprimento de 0,86cm e altura de 0,10cm, totalizando uma inclinação de 11,62%, e a última possui 1,15cm de largura, 0,54cm de comprimento e 0,25 de altura totalizando uma inclinação de 46,29%. Segundo a NBR 9050/2004, as rampas de acesso devem possuir 1,50cm de largura sendo admissível até 1,20cm, com máxima inclinação de 8,33%.

Ainda durante a vistoria, foi observado que os passeios possuem buracos e rachaduras que dificultam o ir e vir das pessoas, inviabilizando, assim, que um cadeirante possa circular pelo passeio. Também foi observada a presença de lixeiras que diminuem a largura do passeio, além da ausência de piso tátil em toda extensão da praça.

Outro problema verificado foi o fato da praça funcionar como embarque e desembarque de transporte público, verificando-se que os condutores dos veículos não respeitam a área do passeio, além de se identificar a passagem de veículos por cima da calçada. Deste modo, contradiz o que está estipulado na NBR, a qual estipula que, ao se implantar um local de embarque e desembarque, o mesmo deve respeitar o espaço do passeio, e que nenhum elemento deve interferir na livre circulação de pedestres.

Segundo a NBR 9050/2004, a faixa livre (passeio) deve ter piso que possibilite o livre acesso, e não deve haver inclinação superior a 3%. A mesma NBR ainda define normas para definição da calçada, sendo que a faixa de serviço, local onde fica a mobiliária deve conter largura de 0,70m, a faixa livre, que é o local destinado ao livre acesso e circulação, deve ser livre de qualquer tipo de obstáculo, e no mínimo 1,20m de largura com 2,10m de altura livre. Já a faixa de acesso, que consiste no espaço destinado para passagem de área pública para o lote, deve conter largura superior a 2,0m, pelo fato de servir como local que acomode as rampas de acesso. Ainda sobre as lixeiras, as mesmas devem estar em locais fora das faixas de circulação, e deve ter altura que possibilite a utilização do máximo de pessoas possíveis.

Quanto ao piso tátil, a NBR 9050/2004 preconiza que a mesma tem a finalidade de orientar pessoas com deficiência visual, podendo indicar direção, mudança de direção, início e término de degraus e escadas, assim como outras situações de risco, sendo, deste modo, algo indispensável em uma praça pública; verificou-se que o local deste estudo não dispõe de piso tátil.

Na Tabela 2, em levantamentos relacionados com “A iluminação pública ajuda

na visibilidade noturna?”, os entrevistados responderam que sim apenas em um percentual correspondente a 22%. À respeito da existencia de faixa em alto relevo que serviria de linha guia para pessoas com necessidade visual, 76% sinalizaram de forma negativa, e, sobre a existencia de placas sinalizadoras, 72% dos entrevistados se posicionaram de forma negativa em relação a este item. Quando menciona as normas sobre iluminação, a NRB 9050/2004 determina que a iluminação de espaço público tenha como finalidade promover segurança, lazer e convivência entre as pessoas. Na visita técnica realizada durante o período diurno foi possível constatar a presença de postes de acordo com as normas preconizadas, entretanto, a visita a noite constatou que existe uma baixa iluminação, o que faz com que pontos da praça permaneçam na escuridão, principalmente nos passeios, pelo fato de que as barracas estão situadas em torno da praça e, deste modo, impedem a passagem da emissão luminosa para o passeio.

Tabela 2 – Percentual dos parametros observados de acordo com a acessibilidade.

Questionamento	Sim (%)	Não (%)
A circulação é acessível na área da praça?	29	71
Os equipamentos urbanos presentes no entorno da praça, possibilitam a acessibilidade a pessoas com necessidade especial?	6	94
As rampas possuem largura mínima que possibilite o acesso de um cadeirante?	7	93
A inclinação das rampas permite a circulação de um cadeirante sem ajuda de terceiros?	62	38
As calçadas possuem avarias como buracos, o que dificulta a circulação?	62	38
Existe piso táctil direcional indicando o caminho a ser percorrido?	4	96

Fonte: Autores (2021).

Outro fator observado no estudo *in loco* foi a presença de placas de sinalização (para veículos) e a ausência de sinalização de piso táctil. Quando as placas visuais de sinalização foram observadas, apenas aquela utilizada para organizar os veículos de transporte público ficou bastante evidente. Segundo a NBR 9050/2004, é preconizado que locais públicos devam ter placas de sinalização de área de resgate de deficientes e área de estacionamento para deficientes, sendo que tais placas devem apresentar dimensões correspondentes às seguintes medidas: 1,20m de comprimento por 0,80m de largura.

Em relação aos aspectos sanitários, os resultados obtidos em relação ao questionamento se “Há banheiros acessíveis de maneira que um cadeirante ou uma pessoa com a mobilidade reduzida possa utilizar?” apresentou uma resposta positiva correspondente a apenas 34%; além disso, 90% dos respondentes, de forma bastante evidente, afirmaram não “existe barra de apoio na lateral e fundo do vaso sanitário”, o que é, deveras, preocupante, considerando um público alvo específico que utiliza os serviços comunitários, de uma maneira geral.

Diante dos resultados auferidos e apresentados na Tabela 3, torna-se notório que a Praça Álvaro Martins dos Santos apresenta situações específicas que se caracterizam pela dificuldade de se transitar, tanto por parte das pessoas sem deficiência quanto por aquelas que apresentam limitações de mobilidade. Deste modo, este estudo *in loco* foi realizado com o intuito de avaliar as principais falhas técnicas encontradas no local e comparar ao que está preconizado nas diretrizes da NBR 9050/2004 e do art 2º da Lei Federal nº 10.098/2000, para que, assim, possa comprovar o que se relata através do questionário, e avaliar se a obra esta condizendo com o que a ABNT determina como uma praça acessível aos transeuntes.

Tabela 3 – Percentual dos parametros observados quanto aos critérios de iluminação e sinalização

Questionamento	Sim (%)	Não (%)
A iluminação pública ajuda na visibilidade noturna?	22	78
Existe faixa em alto relevo que serve de linha guia para pessoas com necessidade visual?	24	76
Existem placas sinalizadoras?	28	72
Há banheiros acessíveis de maneira que um cadeirante ou uma pessoa com a mobilidade reduzida possa utilizar?	34	66
Existe barra de apoio na lateral e fundo do vaso sanitário?	10	90

Registra-se, deste modo, a incidência de algumas das principais falhas técnicas encontradas no local do estudo, ao comparar-se com o que está preconizado nas diretrizes da NBR 9050/2004 e do art 2º da Lei Federal nº 10.098/2000, reiterando, assim, a necessidade de uma série de ajustes e adequações, a partir dos parâmetros da ABNT, no que se refere a um cenário identificado como uma praça acessível.

5. Conclusões

Neste estudo foi possível observar que existe uma realidade bastante caracterizada pela falta de acessibilidade no centro da cidade de Santo Antônio de Jesus - BA, mais precisamente na Praça Álvaro Martins dos Santos.

É notória a falta da acessibilidade decorrente de um planejamento inadequado da infraestrutura local, a partir da ausência dos parâmetros das leis e normas aplicadas ao conceito da acessibilidade urbana.

Deste modo, a praça Álvaro Martins dos Santos necessita de um novo projeto de requalificação, tendo em vista que a mesma não correspondeu ao que está preconizado por lei, a partir da análise das normas técnicas sobre acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

6. Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15.575. Desempenho De Edificações. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Decreto – Lei Nº 123/97. **Normas Técnicas sobre Acessibilidade**.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

ALCANTARA C., I.; GULINELLI, É. L. Mobilidade sustentável: um estudo de caso em Ibitinga-SP. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 14, n. 4, 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3 ed. Atlas. São Paulo, 1996.

NBR – 9050. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Rio de Janeiro, 2004.

OAB. **Cartilha de Direitos da Pessoa com Deficiência**. OAB/São Paulo, 2011.

VACCARI, L. S.; FANINI, V. Mobilidade urbana. **Série de cadernos técnicos da Agenda Parlamentar. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR)**, 2011.

OS EFEITOS DA TELEREABILITAÇÃO EM PACIENTES NEUROLÓGICOS - UMA REVISÃO INTEGRATIVA

The effects of telerehabilitation on neurological patients - an integrative review

Soraia Santos de Roma ¹
Tácia Cotinguiba Machado ²

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Discente do curso de Fisioterapia. soraiaroma@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2587342965736692>

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestra em Medicina e Saúde tacia.machado@facemp.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/0425622350211254>. <https://orcid.org/0000-0002-1286-8101>

Resumo

As doenças neurológicas são conceituadas como agravos que acometem o sistema nervoso central e periférico e ocasionam distúrbios em nível cerebral, medular, nos nervos periféricos e na junção neuromuscular. O objetivo deste trabalho foi investigar a eficácia da telereabilitação em pacientes acometidos por doenças neurológicas. Este estudo corresponde a uma revisão integrativa da literatura, na qual foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO, Lilacs, Medline e PubMed. A pesquisa restringiu-se a artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020, nos idiomas português e inglês, com descritores específicos. No total foram identificados 81 artigos, dos quais 5 foram selecionados para análise desta revisão, após aplicar os critérios de inclusão e exclusão. Com base no que foi revelado pela pesquisa, a telereabilitação em pacientes neurológicos traz uma melhora significativa, pois é vista como uma alternativa para o cuidado habitual, função motora, independência, custo benefício e outras questões envolvidas na reabilitação dos pacientes. De maneira geral, evidenciou-se que a telereabilitação é eficaz no tratamento da reabilitação neurológica por oferecer outros benefícios em ambientes práticos; mas, percebe-se a importância de estudos futuros com mais coesão nos detalhes e nas ferramentas utilizadas.

Palavras-chave: Telereabilitação. Fisioterapia neurológica. Doenças neurológicas.

Abstract

Neurological diseases are defined as disorders that affect the central and peripheral nervous system and cause disturbances in the brain, spinal cord, peripheral nerves, and neuromuscular junction. The objective of this work was to investigate the effectiveness of telerehabilitation in patients affected by neurological diseases. This is an integrative literature review, in which a search was made in the SciELO, Lilacs, Medline and PubMed databases. The search was restricted to articles published between 2010 and 2020, in Portuguese and English, with specific descriptors. A total of 81 articles were identified, of which 5 were selected for analysis for this review after applying the inclusion and exclusion criteria. Based on what was revealed by the research, telerehabilitation in neurological patients brings significant improvement as it is seen as an alternative for usual care, motor function, independence, cost benefit and other issues involved in patient rehabilitation. Overall, telerehabilitation is effective in treating neurological rehabilitation by offering other benefits in a hands-on setting; but the importance of future studies with more cohesion in the details and tools used is perceived.

Keywords: Telerehabilitation. Neurological Physiotherapy. Neurological diseases.

1. Introdução

As doenças neurológicas são conceituadas como agravos que acometem o sistema nervoso central e periférico e ocasionam distúrbios em nível cerebral, medular, nos nervos periféricos e na junção neuromuscular. São incapacitantes e podem diminuir, expressivamente, a qualidade de vida, por serem degenerativas (COSTA et al., 2010).

Os distúrbios envolvendo o sistema neurológico possuem altos índices globais e estão em constante crescimento nos sistemas de saúde. No Brasil, a quantidade de doenças de natureza neurológica tem alcançado um aumento substancial. Ademais, a busca ininterrupta por atendimentos na área de neurologia e reabilitação tem sido o fator gerador de intensas tensões nos serviços públicos e privados (GOMES, 2014).

A Sociedade Portuguesa de Medicina Física e Reabilitação (SPMFR) elenca uma série de doenças neurológicas, com destaque para as seguintes: Atrofia Muscular Espinhal, o Acidente Vascular Encefálico (AVE), a Doença de Parkinson, a Disfagia Pós-AVC, a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), a Paraparesia Espástica Familiar (PEF), o Traumatismo Cranioencefálico (TCE), a Poliomielite Aguda e a Síndrome Pós-Pólio (SPMFR, 2015).

Destaca-se que o tratamento destas doenças deve abranger a participação de uma equipe multi e interdisciplinar, visando a remissão de sintomas ou melhorias do quadro clínico (COSTA et al., 2010). Ademais, a terapêutica deve envolver a máxima restauração possível das capacidades físicas, neurológicas e sociais do paciente (SANTOS et al., 2014).

É notório que disfunções neurológicas causem variadas limitações nos pacientes, e, ainda, a depender do tipo, nível e origem da lesão, podem ser mais invasivos e resultar em graves e distintos níveis de sujeição funcional (RANGEL; BELASCO; DICCINI, 2013); associado a isto, muitas questões econômicas, sociais ou problemas de deslocamento, podem reduzir a aderência do paciente às sessões de reabilitação (SOUZA et al., 2013).

É neste cenário que se insere o importante trabalho dos fisioterapeutas que, na visão de Pompeu et al. (2010), são imprescindíveis na assistência a pacientes neurológicos e na criação de programas de reabilitação que beneficiem a efetivação

de atividades funcionais garantidoras da manutenção do bem-estar físico, social e psicológico do paciente.

Paralelo a isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) introduziu a telemedicina ou telessaúde na atenção às ocorrências de saúde em que a distância é um empecilho, permitindo o intercâmbio de informações diagnósticas, preventivas e no tratamento de enfermidades (WHO, 2010). Aliado ao cenário de aumento de doenças neurológicas em todo mundo, estão sendo colocados à disposição dos profissionais, inclusive dos fisioterapeutas, diversos recursos para reabilitação destes pacientes como, por exemplo, a telereabilitação.

A telereabilitação surgiu como uma estratégia abrangente, dinâmica e multiprofissional, através da utilização de sistemas sofisticados e tecnológicos, e tem como finalidade a recuperação do paciente e sua reinserção na sociedade, visando um bem-estar biopsicossocial. Logo, é uma abordagem exequível e eficaz no tratamento de doenças neurológicas porque possibilita maior suporte social, menor custo-benefício e, ainda, melhora ao acesso dos serviços de saúde (SANTOS et al., 2014).

O uso de tecnologias também tem sido essencial na produção de educação continuada de profissionais, tanto para pesquisa quanto para avaliação de resultados (WHO, 2010). Sendo assim, apesar da telereabilitação ainda ser pouco utilizada, alguns estudos têm demonstrado sua efetividade em reabilitação funcional, sendo uma tecnologia inovadora que promove e facilita a interação entre o profissional e o paciente (GORTER et al., 2013; SANTOS et al., 2014).

Esta ferramenta tecnológica destaca-se como uma tendência utilizada por fisioterapeutas para promover adesão a tratamentos, recuperar habilidades funcionais, diminuir sequelas e proporcionar maior independência aos pacientes. Além disso, sua implantação como ciência clínica tem se enquadrado no rol das atividades de recuperação de pessoas com distintas condições de saúde.

A telereabilitação não substitui a presença do profissional; porém, o complementa; facilita o acesso à terapia e reduz custos com deslocamentos. Assim, Pinheiro e Santos (2016) pronunciam que ela orienta quanto à prática de atividade física adequada e exercícios direcionados exclusivamente a cada situação, respeitando a idade do paciente, o nível educacional, a experiência com tecnologias, as limitações e níveis de dependência funcional e a necessidade de cada um. Fornece, também, orientações a pacientes, familiares, cuidadores e equipes de saúde

multidisciplinar quanto ao tratamento de reabilitação necessário e de acordo com cada doença apresentada. Baseando-se nesta conjectura, este estudo desenvolveu a seguinte questão norteadora: Quais as contribuições da telereabilitação em pacientes com disfunções neurológicas?

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a eficácia da telereabilitação em pacientes acometidos por doenças neurológica, e, de forma mais detalhada, os objetivos específicos foram constituídos pelas seguintes questões: avaliar as propostas de telereabilitação para cuidado a pacientes com sequelas neurológicas, apresentar as ferramentas práticas de telereabilitação utilizadas por fisioterapeutas em pacientes neurológicos e, ainda, descrever as limitações do teleatendimento em pacientes com disfunções neurológicas.

Portanto, este estudo enfatiza a significativa participação do fisioterapeuta em todas as etapas da terapêutica dos pacientes neurológicos, utilizando a técnica da telereabilitação, uma vez que este profissional utiliza técnicas específicas de ativação e reabilitação das funções perdidas, salientando-se, ainda, que, as complicações decorrentes destas doenças podem incapacitar o indivíduo, tornando-o parcial ou totalmente dependente.

2. Matériel e Métodos

O presente estudo corresponde a uma revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa objetiva sintetizar um assunto para que se alcance maior entendimento, proporcionando extensa análise de dados. Trata-se de um método capaz de proporcionar a aplicação dos resultados de matérias significativas para resolver um problema, identificar dados essenciais, e conduzir a avaliação crítica de estudos. Seu emprego requer uso de processos normatizados para garantir o rigor e validade das evidências estabelecidas. Por ser mais ampla, considera grande variedade de pesquisas primárias, revisões teóricas, relatos, quantitativos, qualitativos, dentre outros (SOARES et al., 2014).

A escolha pela revisão integrativa se justifica pela necessidade de se ampliar as práticas de cuidado do fisioterapeuta voltadas ao emprego da telereabilitação com base na literatura e, desse modo, possibilitar um levantamento do que há de mais recente, favorecendo a junção dos elementos necessários para a consolidação de informações sobre a temática.

Os artigos foram selecionados a partir de uma busca criteriosa nas bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PUBMED), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores, retirados dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e utilizados nos bancos de dados de forma individual e cruzados, foram: “telerehabilitation”, “neurological physiotherapy”, “neurological diseases”, e seus respectivos termos em português: “telereabilitação”, “fisioterapia neurológica”, “doenças neurológicas”.

O processo de busca e análise dos artigos foi realizado entre o período de agosto a outubro de 2020, na língua portuguesa e inglesa. Os seguintes critérios de inclusão foram utilizados: artigos com resumos e textos completos disponíveis para análise, séries de casos, ensaios clínicos randomizados, publicados entre os anos de 2010 e 2020. Foram excluídos os estudos que não atendiam aos objetivos desta pesquisa, resumos de dissertações ou teses acadêmicas, trabalhos incompletos ou resumos que impossibilitavam a coleta dos resultados obtidos ou, ainda, aqueles que estavam indexados fora das bases dos dados evidenciadas.

3. Resultados

Nesta pesquisa foram encontrados 81 artigos, a partir dos descritores evidenciados, dos quais, 60 foram do Medline/PubMed, 12 da Lilacs e 9 da SciELO. O processo de busca e seleção nas bases de dados, está sumarizado na Figura 1.

Após a leitura dos artigos selecionados previamente, apenas cinco obedeciam aos critérios de inclusão desde estudo, e estes foram selecionados para a análise desta revisão integrativa, sendo quatro artigos da PubMed e um da Medline.

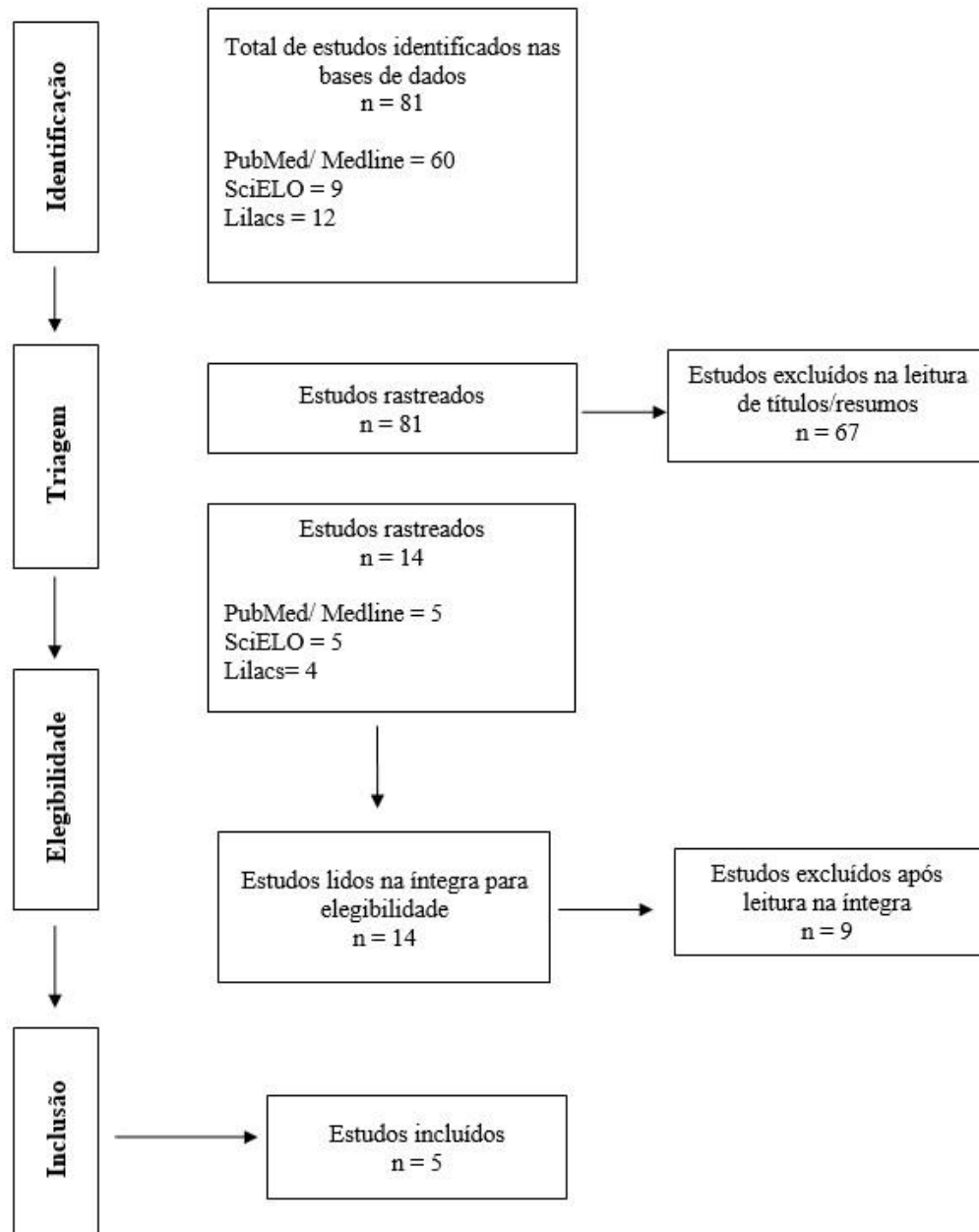


Figura 1 – Busca e seleção de estudos para revisão integrativa da literatura.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No Quadro 1 encontram-se as informações gerais sobre cada artigo, apresentando as características do tamanho amostral, objetivo, tipo de estudo e resultados.

Quadro 1 – Resumo das informações contidas nos artigos selecionados.

AUTOR/ANO	AMOSTRA	OBJETIVO	RESULTADOS
Cikajlo et al. (2018)	28 pacientes com DP (16 mulheres, 12 homens).	Avaliar a viabilidade da entrega e o impacto da intensificação com um controle gradual do nível de dificuldade para indivíduos com DP além dos programas clínicos, preferencialmente em casa.	Os participantes apresentaram desfechos clinicamente significativos de acordo com os instrumentos validados, com um aumento em suas pontuações no jogo.
Linder et al. (2015)	99 pessoas, com um tempo inferior a 6 meses após o AVC.	Determinar os efeitos da reabilitação assistida por robôs, em casa, juntamente com um programa de exercícios domésticos, em comparação com um programa de exercícios domiciliares, sozinho, sobre depressão e qualidade de vida em pessoas após o AVC.	Melhora significativa em ambos os grupos, exceto em um domínio do SIS. Ambos os grupos melhoraram em domínios não motorizados. A terapia assistida por robôs, juntamente com um HEP bem projetado melhoram as medidas de QOL e depressão em pessoas com um tempo inferior a 6 meses após o derrame.
Block et al. (2016)	Adultos com 18 anos ou mais, com doenças neurológicas (ambos os sexos).	Realizar uma revisão sistemática dos estudos utilizando o monitoramento remoto da atividade física em doenças neurológicas, destacando avanços e determinando lacunas.	As atividades físicas medidas pelo monitoramento remoto são insuficientes em pessoas com EM, Acidente Vascular Cerebral e Demência, e os padrões de atividade física são alterados em DP. Em PD, o monitoramento remoto pode ajudar a prever quedas. Na demência, as medidas de atividade física remota se correlacionam com a gravidade da doença e podem detectar perambulação.
Golomb et al. (2010)	3 adolescentes com paralisia cerebral hemiplégica grave (ambos os sexos).	Investigar se a telereabilitação baseada em videogames de realidade virtual em adolescentes com paralisia cerebral hemiplégica pode melhorar a função da mão e a saúde óssea do antebraço, e demonstrar alterações na ativação do circuito motor.	Melhora na função da mão plégica nos testes de terapia ocupacional, incluindo aumento da capacidade de levantar objetos com base em medidas remotas.

Appleby et al. (2019)	Adultos (18 anos ou mais) que sofreram um AVC.	Atualizar a base de evidências atuais sobre a eficácia da telereabilitação para acidente vascular cerebral.	Eficácia da telereabilitação nas funções motoras, ADLs, independência e autoeficácia em alguns desfechos diversos.
-----------------------	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Dos cinco artigos inclusos neste estudo a patologia de base neurológica mais abordada foi o acidente vascular cerebral (AVC), citado em três estudos, onde, somente dois artigos investigaram os efeitos da telereabilitação em indivíduos pós AVC (LINDER et al., 2015; APPLEBY et al., 2019). Além disso, um artigo versou sobre o AVC e outras doenças neurológicas (BLOCK et al., 2016).

Appleby et al. (2019) trazem como os principais desfechos de sua pesquisa a função motora e as atividades da vida diária, como também a satisfação do paciente e sua independência, mostrando que os pacientes têm uma boa aceitação com esse tipo de reabilitação, a qual proporciona melhoria no quadro clínico, sendo tão eficaz quanto o cuidado habitual. No estudo de Linder et al. (2015), os participantes foram randomizados em dois grupos: um primeiro grupo de programa de exercícios domésticos, e o segundo de um programa de terapia assistida por robôs + exercício doméstico. Obtiveram como resultados que as pontuações de recuperação de Acidente Vascular Cerebral (SIS), da linha de base, não diferiram significativamente entre os grupos. Ambos os grupos melhoraram nas pontuações de domínio do Centro de Estudos Epidemiológicos na Escala de Depressão (CES-D) e SIS, exceto memória e humor, porém não houve resultado superior, nos grupos, na questão motora, apresentando, assim, resultados semelhantes, independente da utilização de robôs. Block et al. (2016), entre as várias patologias, apresentaram, em seu estudo, que o AVC e a Doença de Parkinson (DP) foram as patologias que mais demonstraram resultados significativos de melhoria do paciente.

Na doença de Parkinson, Chikajo et al. (2018), apresentaram como um equipamento auxiliar um jogo, '*Fruit Picking*', para extremidades superiores, onde os participantes apresentaram uma melhora significativa em suas pontuações finais do processo, mesmo considerando que alguns tenham apresentado dificuldades técnicas. Neste jogo a tarefa é baseada no alvo, apresentando níveis de dificuldade

crescente, e isto pode ser considerado como um fator importante para alcançar os resultados positivos.

No artigo de Golomb et al. (2010), revelou-se que na paralisia cerebral hemiplégica grave foi realizada a reabilitação baseada em videogames de realidade virtual, onde cada usuário fez um tempo de prática diferente. Neste estudo, identificou-se que os dois pacientes, que utilizaram os equipamentos por um período maior, obtiveram uma melhoria significativa nos testes de aderência e no teste de Jebsen; além disso, identificou-se ainda que houve uma melhora na mão afetada para pegar objetos, em comparação àqueles que usaram o equipamento por um tempo inferior. Outro benefício identificado foi o aumento do BMC radial no braço plégico em relação ao braço não plégico nos participantes que praticaram por mais tempo. O participante que praticou menos não teve alterações.

4. Discussão

A elaboração deste estudo parte do princípio de que a utilização dos recursos tecnológicos, no atendimento fisioterapêutico à distância, pode ser benéfica na recuperação da saúde dos pacientes com disfunções neurológicas, provocadas por agravos importantes do sistema nervoso central e periférico.

O estudo de Cikajlo et al. (2018), limitado às extremidades superiores em pessoas com DP, demonstrou que os participantes apresentaram uma melhora significativa em suas pontuações finais através do exergaming (terapia de exercício apoiada em realidade virtual). Nesta técnica, tarefas baseadas no alvo são feitas com diferentes níveis de dificuldade, e podem alcançar resultados clinicamente significativos. Este resultado corrobora com Tcherro et al. (2018), que destacaram uma melhora comparável do desempenho motor nos grupos de telereabilitação e cuidados habituais em sobreviventes de AVC. Além disso, Cikajlo e colaboradores (2018) observaram melhorias nos valores médios/medianos no mover objetos pesados (MHO), verificadores de empilhamento (STCHK) e alimentação estimulada (SFEED). Além disso, no curto prazo, em relação às funções motoras (Teste de Caixa e Bloco (BBT), Escala Unificada de Classificação da Doença de Parkinson (UPDRS III) e nas atividades diárias (teste de Jebsen), também relataram melhora nas funções cognitivas e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos participantes com DP, sem mudanças no regime de medicamentos e estilo de vida.

Golomb et al. (2010), em um estudo feito com 3 adolescentes com paralisia cerebral hemiplégica, mostraram que a telereabilitação em videogame de realidade virtual em casa pode melhorar a função da mão e a saúde óssea do antebraço (conforme medido por absorptiometria de raios-X de dupla energia (DXA) e tomografia computadorizada quantitativa periférica (pQCT), e, assim, trazer resultados significativos nas alterações cerebrais funcionais, conforme demonstrado na ressonância magnética funcional (fMRI).

No estudo de Linder et al. (2015), a terapia assistida por robôs em pacientes com AVC, juntamente com um HEP bem projetado, e HEP sozinho melhoraram as medidas de QOL e depressão em pessoas com um tempo inferior a 6 meses após o derrame. Ambos os grupos melhoraram em todos os aspectos, exceto em um domínio do SIS. Já no estudo de Pinheiro e Santos (2016), ficou constatado que a utilização de tecnologia avançada como laptop e console para projetar as realidades virtuais obteve redução de gastos na relação custo-benefício e aumento no número de consultas semanais em comparação à reabilitação presencial.

Tchero et al. (2018) afirmam que a telereabilitação pode produzir melhorias motoras significativas e, portanto, a telemedicina pode auxiliar na melhoria da função motora desde o início do AVC, não apenas durante a reabilitação. Ressaltam, ainda, que o melhor desempenho motor se traduziria mais em melhores atividades diárias e qualidade de vida. Block et al. (2016) corroboram que o monitoramento remoto da atividade física pode ser uma maneira clinicamente útil de avaliar o estado de atividade ao longo do tempo, além da vantagem obtida pela padronização nos relatórios.

Os estudos avaliados mostraram que a função motora foi a temática mais recorrente em referência à melhoria do estado geral e ao equilíbrio. Porém, de acordo com Appleby et al. (2019), a telereabilitação não foi tão eficaz quanto ao cuidado habitual porque o treinamento de equilíbrio requer um modelo tradicional de cuidado (como uma reabilitação presencial) por exigir um maior nível de assistência física.

Cikajlo et al. (2018) afirmaram que o programa de telereabilitação utilizado foi viável, mesmo considerando que os pacientes do estudo não eram tecnicamente qualificados. Revelaram que os participantes da pesquisa declararam apresentar uma diminuição nos problemas relacionados às atividades diárias e, ainda, uma melhora no bem-estar emocional.

Block e colaboradores (2016) analisaram o resultado obtido em relação ao tipo de doença. Pacientes com EM Acidente Vascular Cerebral e Demência apresentaram

resultados inferiores; por outro lado, Pinheiro e Santos (2016) concluíram que os pacientes com AVE e esclerose múltipla, submetidos à telereabilitação, obtiveram, a longo prazo, progressos no equilíbrio, no controle postural e nas habilidades funcionais dos braços, os quais, antes do procedimento, apresentavam um quadro de hemiparesia.

Apesar de muitos pontos positivos a telereabilitação apresenta algumas limitações. Para Cikajlo et al. (2018), apenas sete dos vinte e seis participantes de sua pesquisa conseguiram montar o equipamento sozinho. Os demais participantes do estudo precisaram de, pelo menos, uma assistência técnica mínima como estabelecer a conexão Wi-Fi, conectar cabos, mudar a TV para a fonte HDMI apropriada. Vale ressaltar que isto faz com que os participantes interrompam o exergame, o que, conseqüentemente, interfere nos resultados. Tal situação é corroborada por Linder et al. (2015), e, acrescentam ainda que pode haver casos em que a solução de problemas e ajustes de máquinas precisam ser feitos, tornando-se mais adequado para pessoas familiarizadas com a tecnologia. Concordando com esta assertiva, Appleby et al. (2019) ressaltam que a telereabilitação requer recursos disponíveis e infraestrutura específica em termos de equipamentos, rede, treinamento e configuração.

Golomb et al. (2010) afirmam que o surgimento de problemas de ordem técnica e a possível dificuldade com o manuseio dos equipamentos podem constituir-se em limitações na perspectiva de obtenção de melhores resultados.

Cabe ressaltar que, dentre as limitações encontradas na elaboração deste estudo, a diversidade de modelos de telereabilitação apresentou um caráter especial. Para exemplificar, alguns estudos utilizavam apenas chamadas telefônicas, enquanto outros usavam videoconferência, vídeos educativos, robôs, e, ainda, sistemas de realidade virtual. Outros fatores relevantes a serem considerados foram a duração dos programas de reabilitação e a frequência de consultas de acompanhamento, diferindo, geralmente, de um estudo para outro. Desta forma não há como se determinar, a partir dos dados de literatura consultados, qual modelo ou ferramenta de telereabilitação seria a ideal para esses pacientes que participaram dos diversos estudos, e, portanto, entende-se que há a necessidade de novos estudos comparativos para uma melhor tomada de decisão.

Appleby et al. (2019) afirmam que muitos dos seus estudos também não forneceram descrições adequadas das intervenções. Considerando que o AVC afeta

todo o corpo, é compreensível que diferentes estudos explorem diferentes desfechos de interesse.

Portanto, a telereabilitação, em comparação aos modelos tradicionais de cuidado, pode oferecer algumas vantagens com destaque para um maior acesso ao cuidado aos pacientes, uma maior eficiência para os profissionais de saúde e, por fim, uma melhor relação custo/benefício.

5. Considerações finais

De uma maneira geral a telereabilitação, em pacientes neurológicos, confere uma melhoria significativa, sendo vista como uma alternativa para o cuidado habitual, função motora, independência, custo benefício e outras questões envolvidas na reabilitação dos pacientes.

Nessa perspectiva, percebe-se a importância de futuros estudos comparativos, mais abrangentes e detalhados, que apresentem dados adequados para o efetivo comparativo, proporcionando o modelo ou a ferramenta de telereabilitação ideal para cada doença neurológica, independente do sexo e idade do paciente.

Cumpram ainda destacar a atuação desse serviço em pacientes mais distantes dos centros fisioterapêuticos, vendo que esse recurso pode ser um aliado no momento de uma pandemia como o COVID-19. Assim, faz-se necessário a elaboração de novas pesquisas com dados atualizados para que os resultados possam proporcionar novas opções para a sociedade.

6. Referências

Appleby, Emma et al. Effectiveness of telerehabilitation in the management of adults with stroke: a systematic review. **Plos One**, [s. l], v. 14, n. 11, 12 nov. 2019.

Block, Valerie A. J. et al. Remote Physical Activity Monitoring in Neurological Disease: a systematic review. **Plos One**, [s. l], v. 11, n. 4, 28 abr. 2016.

Cikajlo, Imre et al. Can telerehabilitation games lead to functional improvement of upper extremities in individuals with Parkinson's disease? **International Journal of Rehabilitation Research**, [s. l], v. 41, n. 3, p. 230-238, set. 2018.

Costa, Isabella et al. Terapia Nutricional em Doenças Neurológicas. **Revista Neurociências**, [s. l], v. 18, n. 4, p. 555-560, 2010.

Golomb, Meredith R. et al. In-Home Virtual Reality Videogame Telerehabilitation in Adolescents With Hemiplegic Cerebral Palsy. **Archives Of Physical Medicine and Rehabilitation**, [s. l], v. 91, n. 1, p. 1-8, jan. 2010.

Gomes, Marleide da Mota. A neurologia no Brasil: considerações geodemográficas. **Revista Brasileira de Neurologia**, [s. l], v. 50, n. 4, p. 83-87, 2014.

Gorter, Hetty et al. The Use of Video Clips in Teleconsultation for Preschool Children With Movement Disorders. **Pediatric Physical Therapy**, [s. l], v. 25, n. 3, p. 323-329, 2013.

Linder, Susan M. et al. Improving Quality of Life and Depression After Stroke Through Telerehabilitation. **American Journal of Occupational Therapy**, [s. l], v. 69, n. 2, 9 fev. 2015.

Palacín-Marín, Fuensanta et al. Agreement Between Telerehabilitation and Face-to-Face Clinical Outcome Assessments for Low Back Pain in Primary Care. **Spine**, [s. l], v. 38, n. 11, p. 947-952, maio 2013.

Pinheiro, Igor Matos; SANTOS, Débora Matias dos. Telereabilitação no tratamento de disfunções neurológicas: revisão narrativa. **Revista Scientia**, [s. l], v. 1, n. 1, p. 96-106, 2016.

Pompeu, Sandra Maria Alvarenga et al. Perfil funcional dos pacientes atendidos no setor de fisioterapia neurológica do Promove São Camilo. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 218-224, 2010.

Rangel, Edja Solange Souza; BELASCO, Angélica Gonçalves Silva; DICCINI, Solange. Qualidade de vida de pacientes com acidente vascular cerebral em reabilitação. **Acta Paulista de Enfermagem**, [s. l], v. 26, n. 2, p. 205-212, 2013.

Santos, Maria Tereza N. dos et al. Telehealth application on the rehabilitation of children and adolescents. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 136-143, mar. 2014.

Santos, Telma Dias dos; PEDROSA, Vanessa; BEHLAU, Mara. Comparação dos atendimentos fonoaudiológicos virtual e presencial em profissionais do telejornalismo. **Revista Cefac**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 385-395, abr. 2015.

Silva, Mariana Antunes da; SANTOS, Mara Lisiane de Moraes dos; BONILHA, Laís Alves de Souza. Fisioterapia ambulatorial na rede pública de saúde de Campo Grande (MS, Brasil) na percepção dos usuários: resolutividade e barreiras. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l], v. 18, n. 48, p. 75-86, 2014.

Soares, Cassia Baldini et al. Integrative Review: concepts and methods used in nursing. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 329-339, abr. 2014.

Souza, Márcio Costa de et al. Fisioterapia e Núcleo de Apoio à Saúde da Família:

conhecimento, ferramentas e desafios. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 176184, 2013.

SPMFR. Sociedade Portuguesa de Medicina Física e Reabilitação. **Doenças Neurológicas**. 2015. Disponível em: <http://www.spmfr.org/doencas-comuns-em-fisiatria/patologiascomuns/>. Acesso em: 8 jan. 2021.

Tchero, Huidi et al. Telerehabilitation for Stroke Survivors: systematic review and metaanalysis. **Journal Of Medical Internet Research**, [s. l.], v. 20, n. 10, 26 out. 2018.

WHO. World Health Organization. **Telemedicine**: opportunities and developments in Member States. Global Observatory for e Health series, v, 2, 2010.

ASSISTENCIA SOCIAL E ACOMPANHAMENTO FAMILIAR: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO

Social assistance and family support: challenges for the effectiveness of social assistance

Lucas Bastos dos Santos¹

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social – UFRB. lucasbastos91@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6608243758774726>

Resumo

Este trabalho apresenta um relato de experiência profissional no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Casa das Famílias, no município de Santa Inês – Bahia, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no período de 2017 a 2019. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência, com o objetivo de apresentar os desafios do cotidiano profissional no trabalho com famílias no âmbito do PAIF, considerando – se o perfil das famílias acompanhadas e os fatores de vulnerabilidade. Discute-se o processo histórico da política de Assistência Social no Brasil, destacando – se os avanços e retrocessos, demarcando o cenário social e político em que ocorrem. Dialoga-se sobre família, território, os dilemas e possibilidades nas estratégias de trabalho com famílias no âmbito da política de Assistência Social, seguido da breve apresentação e diagnóstico do município. Os resultados apontam os esforços e avanços no período, ao tempo em que sinalizam fragilidades na elaboração e planejamento das ações no Plano de Acompanhamento Familiar e de instrumentos de gestão de processos de trabalho, recursos materiais e humanos, descontinuidade administrativa, educação permanente dos trabalhadores e os enfrentamentos para a ruptura do arsenal conservador e assistencialista, historicamente presente na política de assistência social.

Palavras-chave: Assistência Social. Serviço Social. Trabalho Profissional.

Abstract

This paper presents a report of professional experience in the Reference Center for Social Assistance - CRAS, Family home, in the municipality of Santa Inês - Bahia, through the Service of Protection and Integral Care to the Family (PAIF), in the period from 2017 to 2019. This is a qualitative, descriptive study, of the experience report type, with the aim of presenting the challenges of daily professional work with families within the PAIF, considering the profile of the families accompanied and the vulnerability factors. The historical process of the Social Assistance policy in Brazil is discussed, highlighting the advances and setbacks, demarcating the social and political scenario in which they occur. There is a dialogue about family, territory, the dilemmas and possibilities in the strategies of working with families in the scope of Social Assistance policy, followed by a brief presentation and diagnosis of the municipality. The results point to the efforts and advances made during the period, while also pointing out the weaknesses in the elaboration and planning of actions in the Family Monitoring Plan and in the instruments for managing work processes, material and human resources, administrative discontinuity, workers' continuing education, and the struggles to break out of the conservative and assistentialist arsenal historically present in social welfare policy.

Keywords: Social assistance. Social service. Professional work.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, aponta que a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), implementada em 2004, no âmbito da proteção social, tem o objetivo de desenvolver ações centradas na família, com propósito de garantir seus direitos, dentre estes, o de convívio familiar e comunitário. Enquanto Política Pública, a PNAS, legitima o papel do Estado na oferta de serviços de proteção e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade social e representa um importante avanço na superação dos resquícios do assistencialismo e caridade que historicamente permearam as ações no campo da Assistência Social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto espaço de prática primordial da Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), a partir do atendimento ou acompanhamento dos seus integrantes, é, também, um espaço crivado pelas contradições que marcam a política de Assistência Social e que se desdobram no cotidiano do trabalho profissional, exigindo que os profissionais e gestores tenham perspicuidade dos limites e possibilidades da intervenção no campo do bem-estar social.

A opção investigativa deste trabalho parte de reflexões e inquietações pessoais e coletivas acerca da estruturação das ações que tomam conta do cotidiano profissional, no âmbito da Política de Assistência Social, durante a experiência profissional em uma equipe de referência do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de um município de pequeno porte no interior da Bahia, entre os anos de 2017 e 2019. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, descritiva, que, segundo Gil (2009), tem como objetivo primordial a descrição das características de fenômenos de determinada população ou estabelecimento.

Os resultados foram formulados com base na sistematização das experiências vivenciadas e conhecimentos construídos no decorrer da formação profissional, e contato com a dinâmica do Serviço socioassistencial. Espera-se contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social, dando visibilidade para relevância da atuação da categoria profissional dos (as) Assistentes Sociais nas políticas públicas e programas destinados ao enfrentamento da desigualdade social no Brasil.

2. Aspectos conceituais e históricos

A Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91), em seu artigo 4º, afirma que a Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa com deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social. No entanto, até alcançar o status de política pública e se consolidar como direito exigível e dever republicano de Estado, por meio da Constituição Federal de 1988, a política de Assistência Social atravessou muitos desafios e embates com forças políticas conservadoras. O reconhecimento da Assistência Social como política pública, inserida no Sistema de Seguridade Social brasileiro pela Constituição de 1988, como fruto de lutas e reivindicações de movimentos sociais populares, sinaliza um marco histórico a partir do qual a Assistência Social começa a ser inserida na agenda decisória governamental brasileira.

Teixeira (2009) aponta que a inclusão da Assistência Social como política pública de proteção social tem provocado transformações legais e institucionais, regulamentadas em diversas legislações e normas técnicas, o que vem promovendo uma mudança de paradigma no trato da Assistência Social e nas suas formas de gestão, no sentido de consolidar definitivamente o estabelecido na Constituição de 1988.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição e finca a Assistência Social como dever do Estado e direito do cidadão, caracterizando-se por um conjunto de ideias e concepções da Política de Assistência Social enquanto política pública de proteção social. A LOAS dispõe sobre o cofinanciamento dos três entes federados, com foco nos aspectos referentes a definições e objetivos, princípios, diretrizes, da organização, da gestão e competências de cada esfera de governo, caráter e composição das instâncias deliberativas e competências do Conselho Nacional de Assistência Social; benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social e de enfrentamento da pobreza; financiamento da Assistência Social (BRASIL, 1993).

Materializando os textos contidos na Constituição Federal de 88 (CF/88) e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é, somente no início dos anos 2000, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se percebe significativas alterações e avanços institucionais na agenda pública com a implementação da

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, e que, por sua vez, assume um ponto estratégico do plano do governo Lula.

A Política Nacional de Assistência Social busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, no que tange à responsabilidade política e suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004, p.13), dando início à efetivação da política pública da Assistência Social não contributiva, que provê os mínimos sociais a todo o cidadão que dela precisar.

A PNAS visa garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social, oferecendo uma proposta de gestão e constitui-se na regulação e organização, em todo o território nacional, da rede de serviços socioassistenciais. Tais serviços têm como foco prioritário a atenção à família e o território como base de organização, o que vai configurar o SUAS (BRASIL, 2004, p. 40).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) legislado e implementado a partir de 2005, traz em seu bojo a possibilidade de gestão de forma organizada, descentralizada e com princípios de matricialidade sociofamiliar e territorialização. Segundo Battini (2007, p. 61), o SUAS permitiu especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados.

Para Zimmermann e Andrade (2008), o marco central para a estruturação do SUAS, foi a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), apresentada em 2005, colocando em debate a operacionalização e funcionamento do Sistema. De acordo com o documento, o SUAS se caracteriza pela concretização da Assistência Social no que envolve a proteção social brasileira, determinando a configuração dos serviços enquanto rede socioassistencial, envolvendo a gestão compartilhada nas três esferas de governo. É importante sinalizar, no entanto, que sete anos após a implantação, gestores e profissionais reconhecem que a NOB 2005 não expressa todo o arcabouço legal desenvolvido a partir da implantação do SUAS e apontam a necessidade de revisão, atualização, aprimoramento e novos instrumentos de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS, com pactuação de responsabilidades compartilhadas e metas, que culmina na NOB SUAS 2012, vigente até o momento atual.

Yazbek (2010) aponta que, nos últimos anos, a Assistência Social obteve muitos avanços, os quais foram e vem sendo implementados como mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária desta política. Neste conjunto se destacam a PNAS e o SUAS, que buscam incorporar as demandas apresentadas na sociedade em relação à efetivação da Assistência Social como direito da cidadania e responsabilidade do Estado.

3. Família, Território e Proteção Social

O Sistema Único de Assistência Social dispõe que as ações da Assistência Social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Por isso, os programas, projetos, serviços e benefícios devem ser desenvolvidos nos territórios mais vulneráveis, tendo como foco a família.

Considera-se como família o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos, e/ ou, de solidariedade (BRASIL, 2005, p. 25). É um espaço de cuidado, proteção, afetividade, mas também de fragilidades, desigualdades, contradições, conflitos, violência e todas as nuances sofridas pelo cotidiano do sistema no qual se encontra inserida. É onde se materializam as expressões da questão social, onde se encontram as pessoas que não acessam o trabalho, a ausência de renda, as fragilidades relacionais de vínculo familiar e comunitário, as violências (BORGES, 2014, p. 50).

A Constituição Federal, no artigo 226, impõe que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, em consonância com o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que aponta a família como “núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”. Este viés é também considerado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Estatuto do Idoso (2003) e na própria Lei Orgânica de Assistência Social (1993), quando nos seus eixos estruturantes reafirma a centralidade na família, enquanto matricialidade sociofamiliar.

Segundo a PNAS (2004, p. 41), “a centralidade na família e a superação da focalização, no âmbito da política de assistência social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal”. Alencar (2012), aponta que a centralidade da família no campo da política social abre espaço para

incrementar práticas que promovam a proteção e cidadania das famílias ou, ainda, o seu inverso, que pactuem a lógica do controle do Estado sobre as famílias, por meio da reiteração de práticas de caráter disciplinador, que foram tão presentes na história da Assistência Social no Brasil.

Além da matricialidade sociofamiliar, a NOB/ SUAS (2005) compreende a territorialização como um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, uma vez que a Assistência Social dá “primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência” (NOB/SUAS, 2005, p.28). Neste sentido, o território é compreendido como base de organização do sistema, cujos serviços devem obedecer à lógica de proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43). No entanto, o desafio do trabalho com famílias requer compreender o território de forma singular, complexo, como um conjunto de expressões da questão social, dinâmico, potencializador, em que vai além de uma topografia natural, constituir-se em uma topografia social (BORGES, 2014, p.65).

Aqui, compreende-se o território para além do espaço geográfico, físico, além da presença material e imaterial, mas como “espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p. 54). A política de Assistência Social reconhece a definição territorial como inovadora, pautada na dimensão ética de incluir os “invisíveis” enquanto integrantes de uma situação social coletiva, as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades (BRASIL, 2004, p.15).

A Assistência Social é organizada a partir de níveis de proteção social: a proteção social básica (PSB), que tem um caráter preventivo, e a proteção social especial (PSE), que tem caráter protetivo e a de média e alta complexidade. A proteção social básica é referenciada no CRAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, sendo considerado a porta de entrada do usuário ao SUAS e facilitador do acesso a todas as políticas sociais (BRASIL, 2009).

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, neste interim, se destaca como uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS, atuando na

prevenção de situação de risco, no desenvolvimento de potencialidades e aquisição e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O CRAS, enquanto ator social, deve resultar em novo protagonismo estatal, de capacidade estratégica e coordenação política. Para Borges (2014), esta tarefa sugere um novo olhar sobre o território, sobre as expressões da questão social que ali assolam, os movimentos, as contradições, as resistências e lutas, a organização e a participação.

O CRAS tem como prática primordial a Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), que deve ser realizado com as famílias, a partir do atendimento ou acompanhamento dos seus integrantes. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, devendo, ainda, ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários do serviço (BRASIL, 2016).

O desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares: o grupo familiar, um ou mais de seus membros, podem ser atendidas pelo PAIF e podem ser acompanhadas pelo PAIF. Desenvolver um trabalho social com famílias, nesta perspectiva, vai muito além da prática assistencialista, significa realizar um trabalho especializado, com o princípio na matricialidade sociofamiliar, que consiste em colocar a família em um lugar de destaque na política social.

4. Os desafios do cotidiano profissional

O município lócus deste relato está situado no território do Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia, possui uma área de 357,657 km² e população estimada em 10.363 habitantes, segundo o censo demográfico do IBGE (2010). Atualmente a economia sobrevive do comércio e da agricultura. O município possui um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, o IF Baiano, unidade federal de ensino que oferece cursos técnicos de nível médio e superior.

No que se refere à gestão do SUAS, trata-se de um município de pequeno porte I (até 20 mil habitantes), onde, segundo dados do Ministério da Cidadania, atualmente 4.082 famílias estão inseridas no Cadastro Único, destas, 2.496 famílias são

beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), sendo 69,1% chefiadas por mulheres. Ao todo, são 6.470 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa, cerca de 63% da população, que sem o PBF viveriam em situação de extrema pobreza.

A minha atuação na Assistência Social no município teve início em 2017, através de contrato de prestação de serviço vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), atuando como técnico de gestão (2017), assistente social no CRAS (2018) e Coordenação do CRAS (2019). Neste período, compartilhamos esforços entre os trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários da política de Assistência Social na proposição de práticas que contribuíssem para o processo de consolidação do SUAS no município, sobretudo no posicionamento da Política de Assistência Social como um direito, e na efetivação do acompanhamento familiar como uma realidade perpassada por muitos desafios.

Este recorte temporal e político-social, após a posse do então Presidente Michel Temer, é marcado por muitos ataques aos direitos sociais que sinalizam a intenção de desmonte da seguridade social, sobretudo da Assistência Social. Destaca-se a reforma administrativa que extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fundindo-o com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tornando-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, hoje Ministério da Cidadania, impactando em cortes severos e atrasos no repasse à Política, além da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que congela o conjunto de despesas primárias da União por vinte anos, afetando especialmente as políticas públicas, como a saúde, educação, previdência, habitação, saneamento, assistência social, entre outros, além da administração pública (pessoal e custeio).

O CRAS atualmente atende cerca de 2.000 famílias. Como se trata de um município de pequeno porte e de pequeno território, a unidade está situada na área central, facilitando o acesso das famílias do município. As ações estão voltadas, principalmente, para o acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento para a rede socioassistencial e outras políticas setoriais, além dos serviços de cadastramento para benefícios federais e locais. No caso deste último, destacam-se: o passe-livre para idosos e pessoas com deficiência. Em âmbito federal, o Bolsa Família, o BPC e os Benefícios Eventuais.

O acesso das famílias aos serviços e ações oferecidas no CRAS ocorre na maioria das vezes por meio de demanda espontânea das famílias e indivíduos, pela busca de famílias feita pelos técnicos e/ou encaminhamento realizado pela rede

socioassistencial e pelos serviços das demais políticas sociais. Em 2019, foram realizados 6.668 atendimentos particularizados, em 2.499 destes foram concedidos benefícios eventuais, conforme abaixo discriminados: 1682 auxílios alimentação (cesta básica); 08 auxílio funeral (urnas funerárias e traslado); 223 auxílio documentação (emissão e segundas vias de Certidões de Nascimento, casamento e óbito, carteiras de trabalho e RG); 45 auxílios de melhoria habitacional (materiais de construção para reforma); 06 auxílio moradia (aluguel social); 12 auxílios natalidade (enxoval), 523 auxílio transporte (200 viagens e 323 concessão de passagens intermunicipais).

Além destes, 365 famílias foram encaminhadas para inclusão e/ou atualização do Cadastro Único, 162 encaminhadas para acesso ao BPC e foram realizadas cerca de 200 visitas domiciliares. Ao todo, reconhece-se uma média de 500 atendimentos por mês e 140 atendimentos por semana.

No que se refere à estrutura física, o CRAS em questão atende às instalações mínimas exigidas pelas normas técnicas; possui um amplo corredor, sala de coordenação, sala de atendimento psicossocial ampla e que deveria ser dividida para maior conforto das profissionais, permitindo que desenvolvam atividades paralelas, brinquedoteca, auditório, sala para o Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no SUAS, banheiros e copa.

No início dos trabalhos, havia o interesse por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social em garantir um espaço adequado e de propriedade do município para o funcionamento dos serviços, não mais dependendo de estruturas alugadas, adaptadas e muitas vezes incompatíveis com as necessidades estruturais e institucionais. Optou-se pela instalação do equipamento em uma escola desocupada no processo de municipalização da educação básica no município, reformada e adaptada a tais necessidades. Tal situação, além de proporcionar melhores condições, contribuiria também à redução dos custos com aluguel, que poderia ser realocado para outras prioridades da pasta. No entanto, de modo semelhante aos CRAS de outros municípios, ainda há necessidade de melhoria dessas instalações, que ainda são insuficientes e parcialmente inadequadas para as potencialidades das ações previstas na proteção social básica e no PAIF.

Como principais dificuldades e limites para o trabalho, destaca-se a sala de atendimento que, considerando a grande demanda por atendimentos e necessidade de fortalecer o acompanhamento, deveria ser dividida de modo que a equipe técnica

de referência tivesse condições de realizar atividades simultâneas. Ademais, verifica-se uma escassez de recursos financeiros e materiais, incluindo equipamentos, tais como: computadores novos – os computadores utilizados pela equipe são reaproveitados da Secretaria de Educação, ventiladores/ ar-condicionado, telefone fixo, acesso à rede internet de qualidade que permita o acesso simultâneo de diferentes equipamentos/aparelhos, carro próprio e a disposição para o serviço etc.

Diante das questões e demandas que urgem durante os atendimentos, busca-se desenvolver o acompanhamento às famílias por meio do PAIF, destacando a dimensão da garantia do acesso aos programas e projetos sociais vinculados à Política de Assistência Social e da rede socioassistencial. As famílias inseridas no Programa são acompanhadas, sistematicamente, pelos técnicos de referência no CRAS, que desenvolvem um conjunto de intervenções de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais (BRASIL, 2012). Tais intervenções estão pautadas em aspectos objetivos e subjetivos, sempre relacionados ao direito à convivência familiar e comunitária, que respondam às necessidades das pessoas de forma integral, não focando apenas nas situações emergenciais e de risco social.

O SUAS prevê a necessidade de equipes multiprofissionais para o planejamento e a execução dos serviços socioassistenciais. O município conta com uma equipe mínima obrigatória, atualmente composta por 01 coordenador, 01 auxiliar administrativo, 02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 serviços gerais e 01 motorista compartilhado com toda a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Sobre equipe de referência, a NOB-RH pondera que “cada unidade de Assistência Social organiza equipes com características e objetivos adequados aos serviços que realizam, de acordo com a realidade do território em que atuam e dos recursos que dispõem” (BRASIL, 2007). O documento alerta quanto à formação da equipe, considerando a demanda e números de famílias a serem referenciadas e atendidas efetivamente. Neste sentido, a composição da equipe não é e não pode ser algo engessado. Considera-se, neste contexto, o grande volume de atendimentos visando a distribuição de benefícios e auxílios e orientações acerca do BPC e PBF, conforme descritos acima, e que ocupava o maior volume de tempo das profissionais. Tal situação implicava diretamente na organização da equipe, sobretudo nas (im) possibilidades de planejamento e avaliação das ações.

A NOB-RH/SUAS aponta ainda que toda a equipe de referência do CRAS deverá ser composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. Borges (2014), neste sentido, ressalta que as equipes de referência, enquanto trabalhadores(as), perpassam pelos escamoteamentos contraditórios da política de assistência social, inserida num sistema capitalista, e ainda atravessada pelas nuances da agenda neoliberal.

No município de estudo, ainda se percebe a defasagem do quadro de assistência social, quantitativa e qualitativamente, considerando as demandas, as condições de contratação da força de trabalho e a ausência de processos de atualização e educação continuada. Ao analisar o formato do vínculo empregatício da equipe de referência do CRAS, nota-se que todos são contratados, nenhum é concursado e nenhum possuía experiência profissional anterior no serviço público, em especial na área da Assistência Social.

Além da falta de quadros profissionais concursados, estáveis, é preciso considerar a falta de qualificação para o exercício de suas funções. Embora prevista na NOB\SUAS, a capacitação dos quadros profissionais continua sendo um desafio a ser enfrentado. Como a grande maioria das capacitações, formações e fóruns de discussão eram sediadas exclusivamente na capital baiana, a participação dos profissionais do município nestes espaços sempre foi muito abaixo do ideal e do desejado. Tal situação se dava, sobretudo, pela distância e pela falta de concessão de condições e incentivo por parte do município, seja na oferta de transporte, seja na liberação de diárias. Em relação a segunda, não havia prerrogativa por parte do município, cabendo ao profissional arcar com os seus custos e solicitar o reembolso posteriormente.

Neste momento, é importante considerar a importância do (a) gestor(a) da pasta ser um(a) profissional da área que, de preferência, tenha experiência na Política. A figura de uma Secretária com graduação em Serviço Social e experiência na área foi de extrema importância para o desenvolvimento das atividades, seja pela possibilidade de orientar tecnicamente, seja por compreender as demandas dos profissionais e serviços e acompanhá-la nos enfrentamentos, sobretudo com o executivo e legislativo do município. No entanto, reforça-se que dimensionar as tensões vivenciadas pelos trabalhadores da política de Assistência Social e os

impactos na relação de trabalho não pode ser distanciada, considerando que tais questões respingam diretamente na materialização da política.

5. O Trabalho Social com Famílias

O desenvolvimento do trabalho com famílias do PAIF pode ocorrer por meio de duas formas complementares: atendimento e acompanhamento, sendo as atividades divididas em individuais e coletivas. As ações individuais preveem ações particularizadas e encaminhamentos. Já as coletivas se dão pelas oficinas com as famílias e outros tipos de ações comunitárias em geral.

No ano de 2019, o PAIF do CRAS acompanhou um total de 60 famílias, sendo que todas estavam inseridas do CadÚnico, 18 estavam em situação de extrema pobreza, 30 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e, em 13, haviam membros beneficiários do BPC. O acompanhamento das famílias do PAIF foi realizado através de diferentes procedimentos e instrumentos metodológicos: atendimento individualizado e coletivo, visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos, elaboração de relatórios sociais, entre outros.

Neste cenário, é importante considerar a dificuldade da equipe nos anos iniciais em compreender o que seria de fato acompanhamento e como este se materializava. Como já mencionado, a equipe não possuía experiência na Política de Assistência Social e tais dúvidas e orientações seriam sanadas a partir das capacitações, as quais não tínhamos acesso. Durante os anos de 2017 e 2018 foram atendidas mais de duas mil famílias, nenhuma delas, no entanto, foi inserida em uma estrutura de acompanhamento familiar. Por mais que as famílias fossem acompanhadas e houvesse presença ativa da equipe técnica no território, os serviços eram prestados de forma dispersa, fragmentária e multiforme e não foi preenchido, alimentado ou proposto nenhum plano de acompanhamento familiar ou prontuário SUAS.

Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF, o trabalho social com famílias articula meios, condições, pressupostos éticos e conhecimentos teórico-metodológicos, com a finalidade de assegurar direitos e aquisições relacionadas à autonomia e ao fortalecimento da cidadania dos usuários, pelo desenvolvimento de suas capacidades e de condições objetivas de fazer frente às necessidades sociais de existência. É imprescindível que no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dessas ações, os objetivos do Serviço sejam a ele

associados, de modo a qualificá-lo e, principalmente, garantir seu efetivo cumprimento (BRASIL, 2012).

No acompanhamento, além de as famílias serem inseridas nas ações do PAIF, há a elaboração de um Plano de Acompanhamento Familiar onde estão contidos os objetivos a serem alcançados. Com cada família é realizado um plano de acompanhamento familiar que aponta as potencialidades e vulnerabilidades desta. Este acompanhamento nos leva à reflexão de que o Trabalho Social com Famílias é um processo que requer uma construção coletiva que é permeada por avanços e retrocessos, que exigem um planejamento a médio prazo para obtenção de resultados, sejam estes objetivos ou subjetivos, mas que podem resultar na superação das vulnerabilidades e riscos sociais através da promoção da proteção social, própria do SUAS.

Destaca-se, neste contexto, a importância do prontuário SUAS e o prontuário eletrônico simplificado, com o objetivo de auxiliar os profissionais, organizando as informações indispensáveis à realização do trabalho social com as famílias, de registrar o planejamento e o histórico do acompanhamento família (MDS, 2013, p.2) e de reunir e sistematizar as informações sobre os atendimentos das famílias, considerando a possibilidade de mudança de equipe técnica e a necessidade de continuidade do atendimento.

Percebe-se que um dos grandes desafios do acompanhamento familiar é a dificuldade em observar os resultados efetivos da ação a médio e longo prazo, conforme as especificidades de cada família e/ou indivíduo, das vulnerabilidades e risco social em que estão inseridas, sobretudo a pobreza e extrema pobreza que, embora compreendamos que vulnerabilidade social não pode ser limitada a pobreza, esta potencializa as fragilidades de um indivíduo ou família, evidenciando as desigualdades no que se refere as questões de moradia, trabalho e renda, escolaridade, acesso a rede, etc., recorrentes no município.

Neste sentido, quando ocorrem, algumas destas mudanças podem ser muito sutis, já que na maioria dos casos as famílias se encontram em um profundo grau de vulnerabilidade e em situações muito complexas em que a mudança ou superação da vulnerabilidade é difícil. Esta dificuldade se dá, entre outras causas, pela fragilidade dos vínculos, já mencionada, que provoca a descontinuidade dos serviços e que, segundo Nogueira (2013, p.13), é responsável pelo desperdício de recursos públicos, perda de memória e saber institucional, desânimo das equipes envolvidas e aumento

da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições.

No que se refere ao acompanhamento em grupo, no âmbito do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), até dezembro de 2019, 211 famílias estavam participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF, sendo 32 crianças de 0 a 6 anos, 72 crianças/adolescentes de 7 a 14 anos; 17 adolescentes de 15 a 17 anos; 15 adultos entre 18 e 59 anos, 73 idosos e 02 pessoas com deficiência.

Em razão da reduzida capacidade física, não há a possibilidade de ofertar todos os serviços previstos e financiados pelo PAIF na sede do CRAS, sendo necessário que parte deles sejam desenvolvidos no Centro multicultural, vinculado à Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura (SETEC) do município, o que dificulta o acompanhamento das equipes. Os únicos grupos acompanhados diretamente pela equipe técnica são o de idosos e gestantes, que ocorrem no espaço do CRAS. Durante todo o processo se nutriu o desejo de contratar orientadores sociais e um profissional de Serviço Social para acompanhar as oficinas do SCFV, o que proporcionaria condições de planejar e instrumentalizar as atividades junto aos oficinairos e efetivar o acompanhamento familiar no Serviço, sempre esbarrando nos enfrentamentos com a gestão e a fragilização dos recursos.

O CRAS, conforme normativas da política de assistência social, atua na prevenção das situações de vulnerabilidade social. Porém, como o município não dispõe de equipamentos da proteção social especial, enquanto única unidade de referência, vulnerabilidades e também situações de violência chegam cotidianamente ao serviço e cabe a este o devido acompanhamento e encaminhamento para a rede socioassistencial.

A organização dos serviços ocorre por demandas - e não conforme a capacidade da oferta - e exigência de respostas imediatas às sempre urgentes demandas dos usuários, urgências estas que são resultado das interferências que o serviço sofre. Em inúmeras situações, a equipe se viu pressionada a priorizar casos e situações com base em interesses políticos. Estas situações eram permeadas por ameaças e tensões, ainda que sutis, da gestão municipal, como usufruto da fragilidade dos vínculos que comprometem significativamente a autonomia profissional. Tal situação, além de contribuir para a desqualificação da assistência social enquanto política pública, se configura como empecilho a um trabalho sistemático, contínuo, não

imediatista, preventivo, agravando vulnerabilidades que ampliam a fragilidade das respostas profissionais e da assistência social.

Por mais que seja entendida como prioridade da Política no município, a política de Assistência Social ainda não é completamente apreendida enquanto política pública de direito, mas sim como caridade, ajuda, benesse, considerando o processo histórico e as nuances de intenções mascaradas na política de assistência social. Ainda que se perceba o discurso pautado na política de direito para todos e a intenção de que isto se torne uma realidade, há ainda a necessidade de muitos enfrentamentos a fim de garantir e possibilitar estratégias para sensibilizar o chefe municipal, o legislativo e o secretariado no objetivo de que a dimensão dessa política seja efetivamente materializada, rompendo a relação da política pública com a relação partidária, e numa perspectiva de descontinuidade da política de assistência social.

O conservadorismo e as refrações com a relação histórica, segundo Borges (2014, p. 133), encontram-se imbricados cotidianamente diante das concepções, que repercutem na condução e na gestão de tal política. Aginsky, Tejedas e Fernandes (2009, p. 77-78), por sua vez, pontuam que os próprios programas das instituições podem estar propiciando que as pessoas não sejam vistas como sujeitos dos direitos humanos e da cidadania, contribuindo, assim, para amplificação da condição de vulnerabilidade social. Como exemplo, destaca-se a demanda de benefício eventual que no imaginário popular ainda não é compreendida como benefício socioassistencial e de direito, mas como um favor ou concessão do prefeito.

O trabalho do PAIF, diante do exposto, demanda acima de tudo, ações pautadas no processo de politização juntos às famílias, e, talvez, a partir deste processo se conseguiriam alcançar novas possibilidades de autonomia e protagonismo que a política de Assistência Social e suas normativas preponderam. Neste sentido, há um grande trabalho com o propósito de promover a divulgação, publicização e acesso dos serviços no território e da natureza e qualidade dos mesmos de modo a fomentar o processo democrático, participativo, fortalecendo a perspectiva de cidadania imbricada à política e à rede socioassistencial. No entanto, em alguns casos como o de benefícios eventuais, sobretudo nos de alimentação e a concessão de materiais para construção e reforma, tornam-se um problema à medida que geram filas de espera.

O trabalho profissional da equipe técnica se encontra imbricado em inúmeros desafios, para além dos aqui apresentados, no sentido de materializar as questões e

objetivos preconizados nas orientações técnicas. Este processo é permeado por estratégias conservadoras e assistencialistas transpassadas pela perspectiva de cidadania mal compreendida muito distante do que preconiza e se busca por meio da Assistência Social, enquanto Política Pública de direito.

6. Para não concluir...

Este trabalho buscou demonstrar, a partir de um relato de experiência, alguns dos principais desafios e enfrentamentos para a efetivação do acompanhamento familiar no âmbito do CRAS/ PAIF em um município de pequeno porte do interior da Bahia. O tema sobre o qual nos debruçamos é repleto de ambiguidades e pode se caracterizar como um terreno fértil para a perpetuação do conservadorismo. São questões que implicam e comprometem significativamente o trabalho profissional da equipe técnica e gestores da Política, historicamente permeada por desafios e fragilidades no sentido de se consolidar como política pública de direito e cidadania.

Entendemos que compreender a diversidade de questões que assolam a política de Assistência Social, apontando o direcionamento social, técnico e político, que, de forma significativa, incide sob a vida das famílias é, na atualidade, um dos maiores desafios para estes atores. Quando se volta para a questão inicialmente colocada nesse texto, cabe destacar o avanço através da implantação da política de assistência social, ao tempo que é imperioso oferecer condições efetivas para seu pleno funcionamento e consolidação, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e gestores que se desaguam em fragilidades na elaboração e planejamento das ações no Plano de Acompanhamento Familiar e de instrumentos de gestão de processos de trabalho, recursos materiais e humanos, descontinuidade administrativa, educação permanente dos trabalhadores e os enfrentamentos para a ruptura do arsenal conservador e assistencialista, historicamente presente na política de assistência social.

Nesse processo de reflexão e produção, despontam muitas outras questões e necessidades de debates futuros. Em síntese, essa é uma trajetória marcada por aproximações e distanciamentos, que, às vezes se tangenciam e às vezes se afastam, o que reforça a necessidade de prosseguimento da parceria entre a Academia e o cotidiano profissional.

7. Referências

AGUINSKY, Beatriz G.; TEJADAS, Silvia da S.; FERNANDES, Idília. Entre a garantia de direitos e o reforço a subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da assistência social. In: AGUINSKY, B. G. et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009

ALENCAR, M. M. T. de. Família, trabalho e reprodução social: limites na realidade brasileira. In: ALENCAR, M. M. T.; DUARTE, M. J. O. (orgs.). **Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p.133-152.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Desenvolvimento Social e proteção social: o que Existe de Convergência**. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/32%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL%20E%20PROTE%C7%C3O%20SOCIAL%20O%20que%20existe%20de%20converg%EAncia.pdf> . Acesso em: setembro/ 2020.

BATTINI, O. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BORGES, Karla Cardoso et al. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): limites e possibilidades: experiência do município de Criciúma**. 2014.

BRASIL, MDS. **Orientações Técnicas sobre o PAIf**, vol. 2, Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB\SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS**. Brasília, D.F. 2007

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS)** - Alterada pela Lei nº 12.435 De 6 de julho de 2011. Brasília, 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília: SNAS, 2004

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2000.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. 2006. Tese de Doutorado.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 255-264, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 286-297, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. São Paulo: Papel Social, p. 77-103, 2014.

OS FILHOS DE MEUS FILHOS: avosidade e transgeracionalidade em narrativas autobiográficas

THE CHILDREN OF MY CHILDREN: avosity and transgenerationality in autobiographical narratives

Cinthia Barreto Santos Souza¹

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL cinthia.souza@facemp.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9009712924310335>

Resumo

O artigo de natureza autobiográfica deriva de um exercício experimental, introspectivo e narrativo que reúne uma coletânea de textos produzidos e compilados pela avó participante da pesquisa, a partir das vozes dos netos dela. Nesse sentido revela elementos de avosidades psíquicas e sociais elaborados pela avó no duplo encontro com os netos, na infância e no tempo em que ela se constitui como avó em relação intersubjetiva. O método autoetnográfico possibilitou o acesso aos processos psíquicos transmitidos, nem sempre evidentes ou simbolizadas, mas possíveis de serem acessados pelas falas das crianças e pela repercussão delas percebidas, sentidas e narradas pela avó dos meninos. O aporte teórico principal utilizado para sustentar a análise dos dados permitiu evidenciar a transmissão inter e transgeracional de processos psíquicos na relação familiar da avó e netos, com destaque para a desenvoltura de expressão e comunicação por meio da palavra dita ou do não dito.

Palavras-chave: Avosidades. Intersubjetividade. Processos psíquicos. Transmissão Intergeracional e transgeracional.

Abstract

The article of autobiographical nature derives from an experimental, introspective and narrative exercise that brings together a collection of texts produced and compiled by the grandmother participating in the research, from the voices of her grandchildren. In this sense it reveals elements of psychic and social avosities elaborated by the grandmother in the double encounter with her grandchildren, in childhood and in the time in which she constitutes herself as a grandmother in an intersubjective relationship. The autoethnographic method made possible the access to the transmitted psychic processes, not always evident or symbolized, but possible to be accessed by the children's speeches and their repercussion perceived, felt and narrated by the grandmother of the boys. The main theoretical support used to sustain the data analysis allowed us to evidence the inter and trans-generational transmission of psychic processes in the family relationship between grandmother and grandchildren, with emphasis on the resourcefulness of expression and communication by means of the spoken or unspoken word.

Keywords: Avosities. Intersubjectivity. Psychic processes. Intergenerational and transgenerational transmission.

1. Introdução

O tema da avosidade é um assunto que remete a minha própria curiosidade científica, ao tempo em que coaduna com a face da realidade social e psíquica da mulher avó, na contemporaneidade. Diante de uma população com longevidade estendida e emergências imperativas, o relacionamento avós e netos ocupa um lugar importante no campo da psicologia. Estamos diante de gerações que vivenciam a relação netos e bisnetos, diferente do tempo em que os avós eram apresentados por fotos, nos álbuns de família, sob recordações e percepções de outros. Ser avós na atualidade é uma realidade palpável, é convivência próxima, relacionamento íntimo, espaço para sentir, aprender, transmitir ensinamentos, constituir pessoas.

Partindo desse estar em relação cotidiana com as crianças que fizeram de mim, avó, guardei até aqui, memórias escritas de falas, expressões, elaborações verbais produzidas pelos meus dois netos Vi e Tuco¹. As falas feitas textos constituem-se em dados para análise que cobiço fazer nesse estudo. A partir delas, quero compreender sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracionalmente, conscientes ou não, fixados no percurso da nossa existência em família. Eu, na função social de mãe e da avó dos filhos de meus filhos. Ainda, pensar sobre a novidade impressa na geração dos netos como proposição para outra história. Descendência e ascendência possíveis.

A questão investigativa, curiosa para mim e para a sociedade de avós, netos, filhos, famílias é: o que a fala das crianças pode revelar sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracional na relação avó e netos? É possível a ressignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva?

A hipótese efetiva é que a espontaneidade e desenvoltura expressas nas oportunidades de diálogos entre avó e netos possam favorecer a aparição de dados válidos, protegidos de contaminação, já que foram colhidos em momentos de livre expressão, contudo em um diário de campo nomeado Ouvido de avó. Um exercício autoetnográfico que manejou memórias e produziu narrativas registradas e dadas nesse trabalho, à análise de dados e reflexão teórica.

¹ Vi e Tuco remetem a Vicente e Arthur Torres-Homem Souza. Em anexo, termo de assentimento assinado pelo pai, autorizando uso dos nomes reais das crianças.

A proposição seguinte está ancorada em Sampaio e Leão (2022) que afirmam ser a transmissão transgeracional uma realidade no âmbito da família com destaque para os avós e os efeitos psíquicos e sociais da constituição desse papel parental na contemporaneidade. As autoras apontam que acompanhar o nascimento de um neto desperta memórias particulares, sentimentos, elementos da avosidade que atravessam o sujeito e repercutem na construção da subjetividade. (p. 41). Sobre isso, devo dizer que ser avó é uma oportunidade de desenvolvimento pessoal em um lugar de conforto e confronto dos papéis de mãe e avó com os quais lido rotineiramente, observando aproximações e diferenças. Portanto, estou no lugar privilegiado de expressão da minha identidade e alteridade frente a eles. Estou em desenvolvimento da avosidade.

Por avosidade, entendo que a palavra designa uma função originada na estruturação psíquica do sujeito. Nesse estado de experiência social e relacional, a transmissão entre as gerações ocorre por processos psíquicos inconscientes e constitutivos das subjetividades. Finalmente a família é o lugar designado para esta transmissão transgeracional e conseqüente identificação de diversos mecanismos de assimilação.

Diante dessa vivência reconheço que os efeitos da avosidade urgem em mim. Quero decifrar cada instante como pessoa, mas também como pesquisadora. Anseio qualquer saber que possa inundar o lugar da avó na atualidade a fim de produzir saberes, existir e conviver com pessoas mais humanas e empáticas. Ainda, desejo produzir reflexões sobre a transmissão descendente e ascendente no encontro dialógico com meus netos. Finalmente devo apontar para o escrito de Sampaio e Leão (2022), quando elas reafirmam que a condição da avosidade pode oferecer a autorrealização, impactar sobre a longevidade em razão de elementos de ordem emocional e cultural presentes no relacionamento avó e netos.

Tecido o desenho do projeto de estudo, acrescento que o texto do artigo será organizado de modo que se destaque a metodologia usada para enfrentamento do tema, mediante delineamento das etapas do fazer científico acadêmico. A saber: contexto da pesquisa, questão e possibilidades frente aos dados levantados, caracterização dos participantes, descrição da experiência de campo, resultados, discussão e considerações finais. São conceitos chave: avosidade, processos psíquicos de construção da subjetividade e transgeracionalidade. Sobre eles, será

possível ler ao longo do corpo textual, particularmente durante a análise e discussão dos achados de forma articulada.

O lugar do texto destinado ao método foi propositalmente realçado a fim de que a apreensão de dados, bem como, análise e decorrências possam ser exibidos com maior clareza mediante pretensão do estudo qualitativo. Finalmente a aplicação do método poderá ser verificada durante todo tratamento dos conteúdos recolhidos. Ao método.

2. A Autoetnografia como Método de Pesquisa

Temas são constituídos de conceitos que alinhados à uma abordagem apropriada podem ser tratados com maior requinte. No campo da Psicologia, ciência aportada no sítio das humanidades, na compreensão do comportamento, no estudo dos processos mentais, nas relações e características culturais das pessoas, técnicas e métodos científicos de natureza qualitativa são investidas sensíveis e ajustadas que favorecem a qualidade da apreensão e estudo de fenômenos fundamentalmente subjetivos.

A abordagem qualitativa abrange a complexidade do ser humano a partir da realidade social. Sustenta-se no campo da subjetividade e do simbolismo, ao tempo em que aproxima o sujeito do objeto de análise, tornando as relações significativas. (MINAYO, 2014; MINAYO E SANCHES, 1993). Nesse sentido é que o estudo sobre avosidades a partir de um percurso autobiográfico e autoetnográfico justifica-se, pois além de melhor alcançar a complexidade humana imersa na realidade social, possibilita a profundidade da investigação e a novidade de outras nuances.

O uso metodológico da autoetnografia para a elaboração de conteúdos de raiz psicológica oferece além de riqueza expressiva dos saberes, o desafio do pesquisador posicionar-se diante da própria experiência para empreender o processo do conhecimento, posicionando-se enquanto sujeito e objeto de concepção. (RABINOVICH, SOUZA e SÁ, 2021, p. 179). Nesse artigo, a experiência da avosidade será evidenciada na vivência da avó, diante da produção verbal dos netos ambos participantes do estudo.

A avó, pesquisadora e autoetnógrafa, ocupa o lugar de principal participante e sujeito do estudo, pois coleta e escreve as narrativas pessoais a partir do encontro dialógico com as crianças. Ela guarda os episódios na memória e posteriormente

escreve na forma de narrativas autobiográficas, os acontecimentos experimentados interiormente. A subjetividade requer obediência para não trazer prejuízos à pesquisa autobiográfica, pois exibida por meio da memória, pode desencadear repulsa às experiências desagradáveis ou embelezar momentos de felicidade. Daí a necessidade de regular o foco da observação. A autoetnografia é um método fino no sentido da exigência de um cuidado qualificado.

De cunho acurado, ao selecionar técnicas de coleta de dados, os autoetnógrafos aperfeiçoam instrumentos simultaneamente à análise e interpretação de achados. Ao tempo em que se mostram, os dados exigem tratamento verificado. As etapas do estudo ocorrem geralmente de maneira entrelaçada, concomitante, gradual e ininterruptamente. Daí o texto desse artigo na forma menos segmentado, mais coordenado. Enfim, a matéria concentra-se no esforço investigativo e sensível para estudar a cultura de si e do outro, em relação com a comunidade de humanos. Nesse lugar, a complexidade do método alinha-se à complexidade humana e ao trabalho da psicologia para entender e explicar o psiquismo da pessoa.

Sobre à complexa rede de procedimentos que envolvem o fazer autoetnográfico, Ellis e Bochner (2000) apud Rabinovich, Souza e Sá (2021), chamam atenção do pesquisador ao dar ênfase ao processo de escrita, grafia; à cultura, etno e no eu, auto. É possível observar tendências na direção do fazer etnográfico. Entretanto, o equilíbrio na aplicação da etnografia, enquanto procedimento metodológico e tratamento de dados deve preconizar a compreensão cultural de si e do outro. (RABINOVICH, SOUZA e SÁ, 2021, p. 178).

Isso escrito, a autoetnografia enquanto método qualitativo permitirá nesse estudo o ingresso à complexa subjetividade humana por meio da narrativa de si em relação com o outro, identificados e diferenciados pela cultura comum. Assim sendo, os participantes deverão ser descritos, bem como, o contexto de produção do estudo, a questão fundamental que norteia esse trabalho, entre outros.

2.1 Participantes: avó e netos

A avó é a autoetnógrafa, quem escreve este texto e, portanto, devo ocupar o lugar aqui o da pessoa que fala, escreve, diz. Em tempo, aponto para a possibilidade de também escrever em terceira pessoa a fim de acolher uma particularidade minha,

enquanto autoetnógrafa, uma necessidade de descentramento do eu para enxergar com olhos mais distantes a pesquisadora em mim.

Tornei-me avó aos 43 anos com o nascimento de Vi, 2013. Sobre esse momento, devo detalhar no objeto avosidades. Por hora, apresso-me para descrever os participantes. Vi e Tuco, nove e quatro anos, são filhos do meu filho mais velho Souza, 35 anos e minha nora Torres-Homem, 35 anos. A família constituída pelo casal é caracterizada como nuclear, todos convivem e moram juntos. Os pais são profissionais liberais de saúde e as crianças estudam. Os meninos têm quatro avós vivos e 2 bisavós vivas. Eles convivem com frequência com avós e bisavós. O mais velho conheceu o bisavô paterno.

Os avós paternos e as bisavós moram na mesma cidade dos meninos, entretanto os avós maternos são frequentes, possuem casa própria na cidade de morada das crianças. As famílias extensas dos pais dos meninos são muito íntimas. Convivem regularmente. A avó autoetnógrafa é escritora, tem hábito regular de escrita e já publicou narrativas, contos, pomas, textos sobre os netos ou coisas ditas por eles, espontaneamente. Fato é que anota tudo quando eles falam que chamam atenção dela. Digo, a minha atenção. Verdadeiramente, sinto-me surpreendida pelo desempenho linguístico dos meninos e como gosto das palavras, anoto as manifestações verbais ou escritas, de forma verbal ou imagética. Enfim, sou vigilante à comunicação deles.

Optei por fazer uma coleta sistematizada. Para cada produção, um pequeno texto nos quais permito uma expressão subjetivada, emocionada, racionalizada, sentida, descrita. Tenho a intenção de publicar as narrativas o que já fiz algumas vezes quando cabem como epígrafe, na maioria das vezes. Fato é que tenho uma coleção dos escritos em arquivo digital, na memória do celular, coleta que denominei Ouvido de avó. Recentemente publiquei um conto intitulado Café com Leite. Reflexão sobre ecos da avosidade em mim, após o pedido de uma xícara de café, meia noite, numa noite em que as crianças voltaram a dormir em casa dos avós, apesar da pandemia da COVID-19. Já estávamos vacinados com a primeira dose.

Na referida noite, notei o quanto a avosidade em mim, gritava por um escrito. Resolvi que devia estudar mais sobre o tema, aprofundar e compreender o que em mim, ecoa com força de vida, com robustez acadêmica, com vontade de se mostrar. Decidi que faria um estudo. Iniciei os procedimentos regulares e acadêmicos a fim de conhecer o tema, elaborar um projeto, pensar num percurso metodológico, cumprir as

etapas necessárias exigidas pela academia, no que se refere ao fazer científico. Consultei e busquei a autorização de meus netos e seus pais para mediante assinatura de um termo de assentimento, usar as falas das crianças. O que eles disseram ser dispensável. Consultei o Comitê de Ética e Pesquisa do qual sou membro e obtive análise cuidadosa e ponderada sobre eventuais riscos o que foi descartado e recomendado fazer.

Finalmente somos participantes diretos da pesquisa, eu, meus dois netos Vi e Tuco e indiretamente seus pais e família extensa que me cederam outros fatos para elaboração de novos textos e ampliação do arquivo já disponível. Tendo descrito participantes e contexto de produção do estudo, instrumento de coleta e método de análise teórica, devo reescrever a questão que se impõe como alvo da minha curiosidade acadêmica. O que a fala das crianças pode revelar sobre a transmissão de elementos psíquicos e culturais na relação intergeracional entre avó e netos? É possível a resignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva?

3. Avosidades, Literatura e Reflexividade: análise, resultados

Mapeando a literatura disponível para ancorar a discussão de dados e proceder com a leitura investigativa sobre o tema, importa destacar a produção acadêmica compilada em livro e organizada pela teórica e especialista no tema avosidades: Professora Doutora Cristina Maria de Souza Brito a qual tive a oportunidade de ouvir e ler em eventos científicos nacionais e internacionais. A última leitura que fiz para compor esse estudo: Avosidades teoria, pesquisa e intervenção² é uma coletânea sobre o tema, organizado por Dias (2022). A obra traz um estudo amplo sobre o papel contemporâneo dos avós, especialmente no que diz respeito a maior participação deles na família. São pesquisas centradas na experiência da avosidade em circunstâncias variadas dos ciclos vitais. É uma obra científica, sensível e exclusiva para o tratamento da relação avós e netos no contexto da família, em razão do aumento da longevidade e comunicação do conhecimento de valor que permeiam as histórias de amor e cumplicidade nos relacionamentos avós e netos.

² O livro está devidamente citado em referências.

O livro reúne pesquisas na área de família, especificamente foca em relacionamentos intergeracionais, tomando como objeto a relação avós e netos. Cristina Dias é uma referência científica em pesquisas sobre avós, juntamente com Deusivânia Silva, é autora de uma revisão de literatura que cobriu três décadas de estudos sobre o tema. No título citado, Dias (2022) reúne a maior parte das pesquisas realizadas ao longo de 26 anos de exame sobre o tema. Os quatro primeiros capítulos do livro são fundantes para a reflexão que será feita a seguir.

Outros textos foram lidos a partir das referências postas nos quatro capítulos citados anteriormente, além de artigos pinçados em plataformas de pesquisas a partir da combinação avosidade e transmissão intergeracional, avosidade e transmissão de processos psíquicos, avosidade e intersubjetividade. Diante da proposta de método escolhido para o tratamento do tema, faz-se desnecessário detalhar fontes da pesquisa bibliográfica, satisfazendo o registro das referências e citações no texto.

A composição textual seguinte está sequenciada de modo que se possa tratar teoricamente e de forma articulada aos dados e discussões, os conceitos: avosidades, processos psíquicos, intergeracionalidade. Para introduzir cada categoria em evidência, dados em forma de narrativas devem inscrever os participantes da pesquisa, promovendo um encontro entre teoria e campo.

3.1 A experiência intersubjetiva da avosidade

Netos. Filhos com açúcar ou Café amargo?

(...)

Netos são como café amargo, exalam um aroma natural da existência, cheiram de longe, era capaz de fuçar até encontrá-los, eles convidam para a vida, despertam o humor, acordam a alma, mesmo quando ela está adormecida pelo cansaço do dia, do tempo, da natural existência da gente, de todos. Do amargo do café, a essência do grão germinado, aquecido, saciante.

Não se sinta completamente satisfeita com pequenas doses de suas presenças, queira mais... Do amargo, a saudade doída quando já não podia gozar de suas companhias sem distância social...

Não sabia se filhos são feitos como são feitos os netos, provavelmente não. Talvez filhos sejam como café adoçado por misericórdia, pela ausência da maturidade que dói. Quanto mais sábios mais amantes são as pessoas. Amor em forma de disposição, vontades, resistência, atitudes que abraçam os netos como açúcar na xícara de café amargo. E a bebida vira melaço, o café com leite abraça enquanto a pandemia segue valente como se tivesse o poder de vencer esse amor avosidade, avosial, avosal, amor de avó.

(...)

Vó, aqui tem um café com leite? (SOUZA, 2022)³

Uma ressonância de avosidade emerge para compor o primeiro parágrafo desse segmento. É preciso iniciar a pesquisadora avó no caro tema escolhido para esse exercício acadêmico. A fonte central do interesse particular dela. Escrito em prosa, a narrativa toca e desvela pela linguagem, o lugar da funda e complexa subjetividade da avó. Em forma de risco, figura e por meio da imaginação, o conto busca saber, explicar, entender o conceito sentido, palpável e ao mesmo tempo desprovido de aparente racionalidade. O que quer saber a avó sobre avosidade?

Como amante da palavra decomponho o verbete justaposto e encontro-me na idade de ser avó. Sinto que é tempo de aproximar emoção, sentimento e saber sobre minha própria condição vital e social. Escolho desfrutar desse lugar com a mesma disposição que me fiz mãe, talvez acertando mais ou errando menos, se o que fiz para acertar resultou em intercorrências. Estou certa de que sou responsável por quase tudo porque não estive sozinha como mãe e estarei muito mais acompanhada como avó. Mas o que dizem os teóricos sobre ser avó? O que é possível compreender sobre avosidades? Seleciono então o conceito que sustenta minha curiosidade acadêmica limitada ao contexto de avó de duas crianças, meninos, 9 e 4 anos, irmãos, filhos de meu filho primogênito. Primeiros netos.

Sobre o termo avós, anotei que a palavra avô surge primeiro, no século XII, em francês, a fim de substituir o termo ancestral. (DIAS, 2022). Avós passa a ser usada na Europa nos séculos XVI e XVII. Já a invenção do termo avosidade é produzida em paralelo ao conceito de infância. As pesquisas e publicações sobre o tema avós são iniciadas nos anos de 1940 e 1950. A fim de mapear rapidamente interesses, estudos e publicações sobre avós, seguem explicações.

Na década de 1950 resultados de pesquisas sobre a questão apontaram o perfil dos avós, descrevendo-os como pessoa rígida, pouco participativa no convívio com os netos. Em 1960, período pós-guerra mundial, as funções e estilos de avós são colocados no foco dos estudos multigeracionais. Neugarten e Weinstein (1964) escrevem um trabalho pioneiro congregando e categorizando os estilos de avós encontrados na sociedade da época. (DIAS, 2022). Com a chegada dos anos 1970 e

³ Texto publicado em *Evelhecimento e Pandemia Autoetnografias em Prosa e Verso*. Coleção *Evelhecimento e Vida Familiar*. CRV. 2022. Ver menção completa em Referências.

consequente dissiminação da teoria do desengajamento⁴ o papel de avós foi debatido e constatou-se que ser avós é uma dentre as poucas funções da pessoa em processo de envelhecimento.

Em 1970 e 1980 os avós são reconhecidos como detentores de poder e apoio emocional e financeiro à família, culminando em 1980 com um novo perfil de participação efetiva e afetiva nos moldes da obra literária conhecida como *Sítio do Picapau Amarelo* de Monteiro Lobato. No mesmo período, os estudos tiveram como alvo os fenômenos sociais de crise vividos pela família e o papel de avós nesse contexto. Em 1990, as pesquisas foram aquecidas pelo aumento da longevidade e relações multigeracionais apontando para os relacionamentos avós e netos nos ciclos da vida e em diferentes configurações familiares. Na atualidade, o interesse pelas bisavós é uma demanda relevante para os pesquisadores.

De volta à palavra avosidade, ela aponta para a vivência social e subjetiva de avós e netos, uma criação vocabular que convoca para o estudo e compreensão do relacionamento entre ambos e com a parentela. A relação entre avô e netos, a avosidade, segundo Goldfarb e Lopes (2001), depende de vários fatores como a estrutura psíquica daquele que se tornou avô/avó, a história familiar e o meio cultural em que o vínculo se desenvolveu, além do gênero.

Na seara desse interesse, esse artigo deve iluminar saberes como transmissão intergeracional e transgeracional, elementos e processos psicológicos intersubjetivos dessa relação avosial, avosidade. Instantes que orientam o “miudinho da vida” para o gozo do fim de semana feliz, o dia no sítio, a codorna assada, o queijo de vovô, a pizza do domingo à noite, normas e acordos infringíveis. Lê-se:

Penetra

Vovó encontra ocasionalmente os netos no posto de combustível. Vovô salta do carro, aproxima-se do automóvel dos pais dos netos e pergunta como quem tira satisfação:

- Para onde vão?

Tuco responde que vão para Salvador. Vovô pergunta pela codorna do sábado a noite, como quem reclama... Vi responde que fica para o domingo à noite, antes da pizza. O avô retruca: quem te chamou Vi, você não vai. Quem combinou pizza domingo foi o pequeno. (Tuco). Vicente tem a resposta na ponta da língua:

- Eu vou sim Vô, nem que seja de penetra.

(bloco agenda celular da avó. Em 23/07/21).

⁴ Teoria do desengajamento: teoria sociológica que entende o envelhecimento como força natural que desagrega o velho da vida social.

Em forma de texto, os dados revelam aspectos da relação de avosidade entre os participantes desse estudo autobiográfico e autoetnográfico. Presumidamente é possível identificar entre eles um relacionamento de perfil participativo, afetivo e colaborativo. É o que se desenha nos primeiros registros da análise teórica e consequente repercussão de resultados. Netos e avó convivem. Há uma relação habitual entre os avós, pais e netos. Eles cuidam um do outro, divertem-se, reúnem-se, apoiam-se mutuamente enquanto crescem os netos e todos se desenvolvem nos ciclos da vida e na função de papéis familiares e sociais.

Assim sendo, a vivência da avosidade para a avó é uma experiência centrada no fluxo contínuo do ciclo do desenvolvimento humano. Nesse trajeto, o funcionamento psicológico da avó e netos participantes da pesquisa são evidenciados nas narrativas escritas pela avó, a partir da expressão de fala dos netos, sistematicamente anotada e elaborada pela memória da avó.

Funções mentais básicas como sensações, percepções, pensamento, aprendizagem e linguagem são processos psicológicos que permitirão compreender o comportamento relacional entre eles, clarificando possíveis indícios de transmissão de elementos comportamentais, bem como, transmissão intergeracional e familiar. A psicologia entende os processos ou funções psicológicas como resultado de interações de recursos inatos e adquiridos nas experiências e relacionamentos da pessoa com a cultura, a realidade social da qual participa, identificação, reconhecimento e ou diferenciação.

Desse modo, os avós articulam experimentos elementares de cinco gerações. Segundo Barros (1987), as gerações referem-se aos pais e avós dos avós, os filhos e netos dos avós. Particularmente, a avó participante da pesquisa, a autoetnografa, experimentou a convivência com as cinco gerações de pessoas vivas. A saber: avó paterna, pai, filho, neto e ela. Segundo o mesmo autor essa relação é uma referência para a construção da identidade, avaliação da memória social e reelaboração de papéis. (DIAS, 2022, p. 29). Para ilustrar efeitos da relação parental, nessa perspectiva, ver dados de campo na coletânea de narrativas, Ouvido de avó:

O bom pai

- Pai, por que seu pé é grande?

- Porque eu sou adulto, eu cresci e meu pé cresceu e ficou grande como eu fiquei.

- Pai, sabe por que eu estou perguntando isso? Porque quando eu crescer eu vou lembrar como você foi bom pai.

Depois da declaração, só me restou escrever o ponto final.
(Ouvido de avó. Notas no celular usadas, diário de campo em -01/7/21.
Diálogo entre Tuco e o pai, filho da avó).

O texto traz para a avó um convite à reflexão. Qual seria a participação dela na bondade do filho feito pai? Que experiências vividas entre mãe e filho poderiam ser julgadas boas? Teria sido a avó, uma boa mãe a ponto de o filho ter reconhecido nela semelhante bondade? Imersa no instante do ato de lembrar, a avó percorre o trajeto de sua própria vida em família. Além da sensação de bem-estar e plena realização pela possibilidade de assistir ao desempenho do pai do neto, percebe a alegria dos dois diante do acontecimento.

Pensamentos, memórias, sobre comportamentos passados e possibilidades presentes avivam o desfrute de um futuro promissor, a certeza de uma ascendência que supera a descendência ou repete comportamentos abonados. Resta um sentimento elevado no momento em que as perdas da idade exigem acolhimento e acomodação e que aproximação com a finitude da vida ordena uma agitação transcendental.

Para Walsh (1995, p. 29) a condição de avó preenche o anseio de sobrevivência do indivíduo, acarretando na aceitação da própria mortalidade. Daí a atenção e foco para a função gerativa como legado e investimento de si mesmo na vida das gerações futuras. Sobre a finitude da vida, após a morte dos bisavôs e bisavós, Vi perguntou a avó:

-Vó, você vai morrer?
Expliquei que todas as pessoas nascem, cresce e morrem como as plantas, animais, seres vivos.
- Mas você vai morrer quando tiver bem velhinha?
Afirmei que os bisavós estavam velhinhos que o biso JB estava muito doentinho e por isso morreram. Lembrei a bengala do biso JB que ele gostava de imitar.
- Mas vó, você não está velhinha, está?
- Não Vi, vovó está jovem e por isso ajuda seus pais a cuidar de vocês, brinca de bola, viaja e faz muitos passeios com vocês.
Mas, vó! Você tem quantos anos?
- Cinquenta. Ele retruca: cinquenta não é muito?
Li para ele o poema que escrevi ao completar cinquenta anos, nele digo que quero viver mais meio século e os versos acomodaram o coração dolorido do meu primogênito.
(Idem, 2016).

Satisfeita por ter cumprido sua influência salvadora, orientada pelo reservatório cultural, herança aprendida e edificada ao longo da existência, a avó é guardiã de

respostas que impactam no cuidado com o desenvolvimento psíquico do neto, cumpre a função de suporte emocional mútuo, disponibiliza recursos emocionais e amorosos diante de perdas, rompimentos e morte. Legados de ordem, solidariedade, fé. Minimiza a ansiedade e faz-se fonte de aprendizagem e sabedoria. Em uma conversa sobre páscoa, Tuco divide com o pai uma aprendizagem que o filho da avó julga ter parte com ela.

O pão, o corpo de Cristo
Arthur vai tomar o café da manhã. O pai pergunta: quer ovo Tuco?
Não pai, hoje é Páscoa vou comer pão. Jesus mandou partir o pão e comer, o pão é o corpo de Cristo.
E o café da manhã fez-se ceia. Que assim seja Arthur, o corpo de Cristo alimenta sua vida.
(Notas da avó em 15/04/22.)

As falas dos netos participantes da pesquisa remontam experiências das relações intergeracionais, de expectativas, sentimentos, segredos, censuras, emoções tecidos na trama da avosidade, permitindo a ressignificação e abertura para histórias de vida na construção do tecido familiar. Nesse sentido, a audição de cada fala feita texto, narrativa, projeta a avó para a experiência intersubjetiva da avosidade em si, atravessada pelos netos. Perguntados sobre para que serve uma avó, Tuco e Vi, respondem:

Tuco: - Para amar...
Vi: Para fazer o que os pais não deixam, os netos querem e a avó pode fazer com a permissão deles.
Finaliza Tuco: para não levar a gente para casa e agente ficar com a avó.
(notas de campo, 07 de julho, 2022).

As respostas são provocações refletidas no espaço psíquico da intersubjetividade revelando a transmissão da função social nominada avosidade que se prolonga da geração dos pais para a geração dos netos. Os avós são pessoas que têm autoridade dos pais ao tempo em que promovem o desfrute da liberdade dos netos. Sobre o tema do parentesco, Tuco busca explicação sobre os laços que unem os avós paterno e materno. Segue:

OS IRMÃOS
Estavam todos fazendo e comendo hambúrgueres na casa da vovó e a mãe de Arthur resolveu tirar uma foto e mandar para os pais dela. Quando o avó José revidou com outra foto, a mãe então mostrou aos que estavam presentes.
Arthur pegou o celular com a foto e disse para o avó Geo:

Vô! Olha seu irmão.
A mãe de Arthur disse que os avós não eram irmãos.
Arthur respondeu:
São dois avós, então eles são irmãos.
Arthur elaborou o conceito de irmãos a partir dele e de seu irmão Vicente, e em família, descobre sobre sua parentela.
(Notas da avó em: 16/08/2020).

Ainda sobre o entendimento a respeito de ser e ter uma avó, Vi, em uma noite de brincadeiras com os avós, age como neto em busca de um passe livre:

SAMBARILOVE
Estavam jogando Quest, vovó tira uma carta e pergunta:
Vi, para que serve os pelos das narinas?
Vi olha para o avô que sopra;
Para filtrar o ar.
Ele responde para a vó:
Frutruar...
Sambarilove, diria Chico Anísio.
Captei sábio Guru.
(Notas da avó em: 24/04/2020).

As falas denotam que os netos e avós desempenham-se e desenvolvem a avosidade ao colocarem-se em um papel na família. De mãe de seus filhos para avó dos netos, a avó ocupa lugar na cadeia geracional de transmissão de conhecimento. Na fala do neto Vi, a certeza de que o avô o ajudaria na resposta do jogo. Na função de avosidade, a avó acolhe a resposta com a satisfação de quem brinca, ensina e aprende em confiança. Uma relação tão íntima e amorosa capaz de todo entusiasmo.

3.2 Processos psicológicos e transmissão intergeracional e transgeracional no curso da avosidade

A família é o lugar de inscrição intersubjetiva, matriz dos processos de personalização e, portanto, meio de transferência da vida psíquica entre gerações. Nesse sentido, a relação parental entre avós e netos evidencia a transmissão inter e transgeracional, manifesta pela percepção do eu diante do outro. Nesse sentido, Tuco por meio da fala, percebe a avó e expressa:

VOVÓ DESEMPOLGADA.
A madrinha de Arthur usava uma caneca com imagens de uma vovó.
Arthur pergunta: tia Giu quem é essa vovó?
Giu responde: vovó Florinda.
Arthur: quem é o netinho dela?
Vovó se mete na conversa e diz: Arthur.

Eu não sou netinho dela, sou de você.
Eu não sou neto dessa vovó esquisita e desempolgada.
(Notas da avó em: 07/09/2020).

Empolgada, a vó anota a produção verbal do neto e recebe dele a inscrição que cabe a ela ou aos dois, pois diante do entusiasmo do menino ao descrevê-la, a vó mira a imagem da caneca e concorda com ele. Além da visão da própria juventude na comparação com a avó desempolgada, a avó de Tuco sente-se realizada e constitui-se como tal. Faz memórias de instantes empolgados vividos como nos eventos de aniversários dos meninos, quando a avó faz a festa. A mãe de Tuco não gosta de comemorar aniversários com festas, ela prefere viagens. Mas não é o que avó e netos fazem nas datas natalinas. Os pais autorizam e eles montam a folia. A avó aprendeu com a bisavó dos netos a festejar aniversários, ensinou aos filhos e agora os netos exibem a herança.

ÊTA ZORRA

Arthur chega na casa da vovó, entra no quarto de brinquedo e vê as coisas que vovó fez para seu aniversário.
Arthur encomendou um aniversário de Cebolinha.
Ele expressa tamanha felicidade e diz: eu adorei, eu achei lindo, adorei...
Ele vai pegando cada coisa, até que chega numa caixinha de confetes. Ao abrir a caixa, os confetes espalham-se no chão.
Surpreso, Arthur manifesta sua impressão:
Êta zorra!
Imediatamente começa a catar os confetes e conclui:
Vó é melhor eu varrer...
Êta Arthur contagiante, a felicidade de Arthur está sempre nas pequenas coisas.
Você é meu mestre, meu amado Arthur.
Êta zorra! Você me faz feliz.
(Notas da avó em: 05/01/21).

Kaes (2001) um dos autores recomendados para estudos sobre transmissão psíquico-geracional, ressalta a questão da anterioridade por um outro no processo de subjetivação e ratifica a importância da intersubjetividade. O trabalho psíquico da elaboração da subjetividade advém da metabolização da herança na confrontação com o outro que transmite. A intersubjetividade, portanto, origina-se no espaço das trocas familiares que precedem a pessoa e a constitui. Entre os momentos de trocas vividos e ou refletidos, Arthur elabora sobre ser adulto no embate da presença da avó:

VOVÓ ADULTA
No parque, Tuco pede:

Vovó quero ir naquele brinquedo. Vovó coloca ele para escorregar, mas quando ele vê o irmão pendurado lá no alto, Tuco quer que vovó suspenda ele até perto do irmão. Vovó diz que não alcança e ele responde:
Vó, queria tanto que você fosse adulta.
Vovó é adulta Tuco, mas eu sou uma adulta baixa. Tem adulto de todos os tamanhos. Vovô Geo é um adulto alto e vovó uma adulta baixa.
Vó mas porque você não tem tamanho? Meu tamanho é baixo e de vovô é alto.
Então vamos chamar ele, só não sei se ele é forte.
(Notas da avó em: 01/11/2020).

A transcrição mostra um evento de troca entre avó e neto estruturado sob diferenças e complementariedades entre eles e outros, no caso, o avô. Uma realidade intersubjetiva que precede o neto e é alterada por ele quando reconhece o tamanho e força do avô diante da avó e dos adultos citados pela avó. Transmissão ocorrida no contexto primário da família que garante a promoção de vínculos, espaço seguro de intercâmbio, promoção de individuação.

O coletivo da intersubjetividade apresenta a pessoa aos interditos fundamentais e elementares, provê possibilidade de representação e comunicação entre seus membros, produzindo identificações e constituindo as estruturas psíquicas básicas do eu. Nesse sentido, arrisco-me a dizer que avós são invenções de netos e netos feitos de avós. Lembro do dia em Vi fez-me avó e eu dediquei a ele o verso do poeta: “nossos destinos foram traçados na maternidade... Amor da minha vida... Até a eternidade... Adoro um amor inventado”.⁵

Na casa da avó cada pessoa tem uma música dedicada, isso para que as imagens poéticas da beleza da vida possam alcançar os ditos ou silenciados. Falo das imagens que tocam os sentidos como no dia em que fui visitá-los no meio da tarde.

MEU CORAÇÃO BATE FORTE

Vovó fez uma surpresa, chegou do trabalho mais cedo e resolveu visitar os netos no meio da tarde. Chegou, chamou e ninguém ouviu. A janela estava aberta e vovó resolveu colocar o corpo para dentro para chamar:
Vi? Tuco? Eles saem correndo e ao ver vovó Vicente exclama:
Minha vó! Agora meu coração está batendo mais forte! Tum, tum, bate coração.
(Notas da avó em: 05/10/2020).

Certamente as expressões verbais dos netos são dados concretos de elucidação da avosidade na relação entre os participantes desse diálogo

⁵ Composição de Cazuzu, Exagerado.

intersubjetivo. Foi exatamente em busca de entendimento sobre exercer a função social e afetiva de avó que as notas e textos a partir das falas das crianças foram cuidadosamente coletados, guardados e aqui utilizados. Nesse contexto de produção é possível manusear elementos do desenvolvimento da pessoa feita avó, dos meninos feitos netos.

Ainda, os dados proporcionam a análise da transmissão geracional, a observação do trajeto temporal e contínuo das aprendizagens intencionais, diretas ou simbólicas, inconscientes ou razoadas. Ainda, permitem assistir à tessitura de uma nova história familiar a partir do transmitido ou ressignificado. Leio:

CONCORDÂNCIA

Vovó mulheres são estranhas.

Pq Arthur?

CENTE concorda: mulheres são estranhas. Eu também concordo.

E ele vai experimentando as palavras, inserindo-as em contextos, mesmo que não saiba os significados delas. Será?

(Notas da avó em: 13/01/21).

Na narrativa, Tuco internaliza aos moldes do irmão, um provável conceito sobre mulher. Ou ainda, aspira pelo uso de mais uma palavra nova em seu amplo vocabulário. Aliás, entre avó e netos, a palavra que não cala, diz, significa, explica e marca seus lugares na existência familiar. Quantas vezes ouvi na escola: - professora, você é mãe de fulano, fulana? Só podia ser. Falando desse jeito, tem que ser seu filho. Hoje ouço na escola: - esse aí, falando desse jeito, é neto dela. Ou até uma fala direcionada a outra criança: - esse podia ser neto dela.

Pensar a transmissão inter ou transgeracional nesse estudo implica conceber sinais de ascendência e descendência organizados e evidenciados nas falas expressas, na relação horizontal dos irmãos, bem como, no diálogo transversalizado da avós e netos. Construções intersubjetivas marcadas por um legado de elementos psíquicos compartilhados ou assimilados, mesmo que de forma original.

Finalmente, a expressão por meio da fala que partilha questionamentos, saberes, comportamentos e gestos de comunicação dialógica é um elemento constitutivo de subjetividade entre as gerações pautadas, um modo de tecer o eu no conforto com o outro continuamente, em progressão e na extensão do tempo que ultrapassa a vida material.

4. Considerações

A avosidade como tema para esse estudo trouxe a oportunidade de embate dialógico e discursivo com as falas dos meus netos Vi e Tuco. Produções verbais e orais que ativaram em mim percepções sobre aproximações e diferenças que nos constituem avó e netos no contexto social, bem como, compreender sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracionalmente, conscientes ou não, fixados no percurso da nossa relação parental. Eu, na função de mãe e da avó dos filhos de meus filhos.

Oportunamente, pude vislumbrar mediante movimento de transmissão geracional, novidades comportamentais elaboradas pela geração dos netos, como possibilidade para outras histórias de vida. Um ciclo evolutivo descendente e ascendente mediado por outros na relação parental linear, ou seja, entre irmãos.

Dito isso, retomo a questão investigativa: o que a fala das crianças pode revelar sobre a transmissão inter e transgeracional na relação avó e netos? É possível a resignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva? Como resposta, devo anotar que a disposição pelo diálogo no cotidiano das relações é uma marca de parentalidade, um gesto que identifica avó e netos, aponta para um saber conciliado, um legado transmitido, acordado, identificado e reconhecido dentro e fora da família e da relação de avosidade, um sentido elaborado e constitutivo de nossa subjetividade.

Revisitar os textos compilados ao longo da minha experiência ainda insipiente, com a avosidade foi uma ocasião de reflexividade diante dos dados e em paralelo aos textos teóricos. Os sentidos foram descortinados, conhecidos e ampliados. A desconfiança de que a avosidade é um tema abundante de estudo confirma-se. Ainda, projeta-me para nossas curiosidades científicas, principalmente quando entendo que sou avós de crianças e certamente serei avó de jovens, adultos que farão de mim bisavó. E assim sendo eu, como será?

“Quem sabe, faz a hora”⁶, diz o poeta. Nesse sentido, será preciso cunhar um termo? Bisavósidades? Eis que emerge uma aspiração. Meus netos têm vivas as duas bisavós paternas com quem convivem diariamente e as chamam afetuosamente de bisas. Estou certa de que bisavó desejo ser. Sinto que estou no meio do caminho:

⁶ Verso do Geraldo Vandré em: pra não dizer que não falei das flores, 1968.

O meio do caminho
O meio do caminho não é chegada, tão pouco partida.
É o meio do caminho. Sem volta, em meio ao cansaço e distante do lugar mais alto.
Eu sou o meio do caminho, por isso vivo. Estou viva e no meio do caminho.
(Souza, 2020. Texto não publicado. Bloco de notas do celular).

Sobre o texto, Ouvido de avó, aspiro publicar o volume 1. Lá estará a coletânea completa. O que aqui registro remete ao tempo de agora, se é que o tempo pode ser segmentado.

5. Referências

BARROS, M.L. **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira.** Jorge Zahar Editor. 1987.

Dias, C. M. S. B.; & Silva, M. A. S. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. Em T. Féres-Carneiro (Coord.). **Casal e família: entre a tradição e a transformação.** (pp. 118-149). Rio de Janeiro: NAU. 1999.

DIAS, Cristina (org.). **Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção.** Campinas: Alínea, 2022.

GOLDFARB, Delia Catullo; LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. **AVOSIDADE: a família e a transmissão psíquica entre gerações.** Tratado de Geriatria e Gerontologia. RJ, 2011.

KAËS, R. **O sujeito da herança.** In R. Kaës; H. Faimberg et al. (Orgs.), **Transmissão da vida psíquica entre gerações** (pp. 9-25). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.

MAGALHÃES, A. S. & Féres-Carneiro, T. **Transmissão psicogeracional na contemporaneidade.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 243-255, dez. 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014, 407p.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, v.9, n.3. p. 239-262, jul/set, 1993.

RABINOVICH, Elaine; SOUZA, Cinthia; SÁ, Sumaia. **AUTOBIOGRAFIA e AUTOETNOGRAFIA: a pesquisa à Deriva do Grupo Família (Auto)Biografia e Poética FABEP/UCSAL.** In: Métodos e técnicas de pesquisas científicas. São Paulo. Ed. Dialética, 2021.

RIBEIRO, Ventura Oliveira; GOMES, Alessandra; LUCY, Vianna; CÁRDENAS, Carmen Jansen de. **Avosidade: Visões de avós e de seus netos no período da infância.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, vol. 13, 2010.

SAMPAIO, Marisa; LEÃO, Juliana. **AVOSIDADE, PARENTALIDADE E FILIAÇÃO. Chaves aos porões e jardins transgeracionais.** In: Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção. Campinas: Alínea, 2022. Cap. 3, p. 39-57.

SILVA, Diana Léia Alencar da; AVENA, Maura Espinheira; AMORIM, Rita da Cruz; LEAL, Teresa Cristina Merhy. (Orgs.) **ENVELHECIMENTO E PANDEMIA: AUTOETNOGRAFIAS EM PROSA E VERSO.** COLEÇÃO ENVELHECIMENTO E VIDA FAMILIAR. Vol. 5. Curitiba: CRV, 2022.

WALSH, F. **A família no estágio tardio da vida.** Artes Médicas, 1995.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Implementation of human resources management in a clinical analysis laboratory

Patrícia Santos de Jesus¹
Daniely dos Santos Conceição²
Ana Virginia Pereira dos Santos³

¹ UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos. pathysaj@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0109863854252533>

² UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos.
danielysantos23@outlook.com

² UNIMAM – Centro Universitário Maria Milza, Governador Mangabeira, Bahia, Brasil, 44350-000. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará – UFPA.
anavps@hotmail.com <http://lattes.cnpq.br/1018284919932966>

Resumo

Com a evolução dos processos e da tecnologia ao longo dos anos, as empresas cada dia mais tem buscado novas estratégias para enfrentar a competitividade. Deste modo, o setor de Recursos Humanos vem sendo mais valorizado por conta da importância do maior bem de uma organização, o capital humano. Sendo assim, este artigo trata da implantação do setor de recursos humanos em um laboratório de análises clínicas em Santo Antônio de Jesus-Ba. A metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada com a gestora de Recursos Humanos da organização, onde abordou-se a importância da gestão de pessoas, as melhorias no clima organizacional após a implantação da gestão de recursos humanos, utilização de ferramentas para recrutamento e seleção, benefícios, valorização e motivação do colaborador. Cabe ressaltar que o laboratório de análises clínicas é uma organização que dispõe de uma gestão de recursos humanos bem estruturada e que se preocupa com seu colaborador, valorizando-o, o capacitando-o, além de estar atenta ao desenvolvimento de práticas e políticas necessárias para o desenvolvimento do seu capital humano. Observou-se que o contato pessoal e feedbacks da gestora de recursos humanos com os colaboradores é um diferencial para manter na organização um clima organizacional harmonioso e de satisfação entre eles. Sugere-se a expansão desta prática para as filiais do laboratório de análises clínicas pelo fato destas unidades estarem localizadas em outras cidades, e, conseqüentemente, a gestão de recursos humanos ter um menor contato com os colaboradores.

Palavras-chave: Gestão. Valorização. Motivação

Abstract

With the evolution of processes and technology over the years, companies have increasingly sought new strategies to face competitiveness. In this way, the Human Resources sector has been more valued because of the importance of an organization's greatest asset, its human capital. Thus, this article deals with the implementation of the human resources sector in a clinical analysis laboratory in Santo Antônio de Jesus-Ba. The methodology used was a semi-structured interview with the Human Resources manager of the organization, where the importance of people management was discussed, as well as improvements in the organizational climate after the implementation of human resources management, the use of tools for recruitment and selection, benefits, valuing and motivating employees. It is worth mentioning that the clinical analysis laboratory is an organization that has a well-structured human resources management and that is concerned about its employees, valuing and training them, besides being attentive to the development of practices and policies necessary for the development of its human capital. It was observed that the personal contact and feedbacks from the human resources manager with the collaborators is a differential to maintain in the organization a harmonious organizational climate and satisfaction among them. It is suggested the expansion of this practice to the clinical analysis laboratory branches due to the fact that these units are located in other cities, and, consequently, the human resources management has less contact with the collaborators.

Key words: Management. Appreciation. Motivation

1. Introdução

A função do setor de Recursos Humanos de uma empresa é muito mais do que somente entrevistar, selecionar, contratar e demitir profissionais. O setor é responsável direto ou indiretamente pelo funcionamento de todos os setores da organização, pois atua como mediador entre os profissionais e a empresa. Sendo assim, o setor proporciona a comunicação entre os colaboradores e a empresa ouvindo as necessidades e expectativas quanto ao crescimento e desenvolvimento de ambos.

O papel do RH contribui para o sucesso da empresa, se o setor conseguir manter os colaboradores motivados e satisfeitos, pois o seu crescimento não depende apenas dos seus gestores; depende muito mais dos seus colaboradores, que estão por trás de todos os resultados. Por isso é tão importante investir em um setor de Recursos Humanos em uma organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte.

A maioria das pequenas e médias empresas não tem um departamento de Recursos Humanos estruturado ou um profissional qualificado para realizar a gestão de pessoas. Atualmente as empresas estão sofrendo constante evolução no que diz

respeito à gestão e desenvolvimento de pessoas. As organizações que não acompanharem estas mudanças poderão ficar estagnadas diante deste processo de desenvolvimento e evolução. Desta forma, é de suma importância que as organizações invistam em seus profissionais, proporcionando um bom ambiente de trabalho, no qual o colaborador sinta-se tranquilo e motivado para trabalhar com maior disposição, proporcionando melhores resultados para a empresa.

Percebe-se que aquela forma de gerir os colaboradores de uma organização utilizada no passado vem mudando com o decorrer do tempo, principalmente as relações hierárquicas. Deste modo, observa-se o colaborador como peça importante e fundamental para o desenvolvimento do meio corporativo de que faz parte, investindo na qualificação, capacitação, motivando e retendo talentos.

Tivemos como problemática focal observar quais foram os benefícios que a implantação do setor de recursos humanos trouxe para o laboratório de análises clínicas. O objetivo principal foi mostrar a importância da implantação do departamento de Recursos Humanos nas organizações. Especificamente almejou-se: identificar a necessidade de mostrar as mudanças dentro das organizações através da valorização do capital humano, assim como apresentar as ferramentas utilizadas quanto ao recrutamento e seleção de pessoal, demonstrar o nível de rotatividade a partir da implantação do setor de RH (através de análise documental), e localizar as mudanças que o RH gerou para o meio corporativo.

Entende-se como essencial a qualificação dos profissionais de Recursos Humanos, demonstrando, assim, o seu papel crucial e de qual forma sua inserção altera e aprimora a evolução de toda a organização, evidenciando que, tão importante quanto à lucratividade, também é imprescindível valorizar seus colaboradores, priorizando a sua capacitação e, assim, proporcionando maior retorno na obtenção das metas da empresa. Visando a agregação do conhecimento acadêmico e profissional, este estudo teve o intuito de esclarecer a relevância do trabalho que o gestor de pessoas tem em todo processo empresarial.

2. Metodologia

A pesquisa buscou analisar a importância da implantação da Gestão de Recursos Humanos em um laboratório de análises clínicas. Sendo assim, se fez

necessário conhecer dados importantes que proporcionaram a conjectura da pesquisa e a sua realização. Dessa forma, disponibilizam-se os métodos utilizados na pesquisa a fim de evidenciar um melhor entendimento do estudo.

Conforme Gil (2002), os sujeitos compreendem o grupo de indivíduos que serão ouvidos ou observados no curso da investigação. Constituem a população e são da escolha do pesquisador através do cálculo de amostragem, cuja quantidade mínima depende da variabilidade.

Para a construção da pesquisa foi utilizada, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, constituindo-se em uma conversa orientada para um determinado objetivo: recolher via interrogatório do informante, dados para a pesquisa (PRODANOV, 2013). Esta pesquisa foi realizada com o responsável pelo setor de Recursos Humanos de um laboratório de análises clínicas em Santo Antônio de Jesus.

Enquanto ferramenta para o procedimento de coleta, foi utilizado um celular para a gravação de áudio, à fim de se resguardar os registros com fidedignidade.

DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os diferentes tipos de pesquisa podem ser classificados quanto à abordagem, quanto ao delineamento e quanto aos procedimentos. Destarte, quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa. A perspectiva qualitativa assume um arcabouço investigativo pautado na interpretação de um determinado fenômeno, direcionando o pesquisador a interpretação, análise e comparação dos resultados realizados através da entrevista semiestruturada (PRODANOV, 2013).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que procura especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta à análise; exploratória, que visa examinar um tema ou problema de pesquisa pouco estudado, do qual se levanta dúvidas ou não foi anteriormente aprofundado (FIGUEREDO, 2008).

Quanto ao delineamento, refere-se a um estudo de caso, que permite aprofundar e tratar uma multiplicidade de dimensões (MARTINS, 2006). Para o presente trabalho, o estudo de caso é o mais adequado por demandar um contato mais estreito entre pesquisador e objeto. Esse tipo de estudo apresentou-se como o

mais adequado a essa pesquisa, uma vez que possibilitou uma melhor condição de explorar as peculiaridades do objeto de estudo.

LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em um laboratório de análises clínicas, situado no município de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo da Bahia, onde foram coletados tanto os dados primários quanto os secundários.

O laboratório de análises clínicas dispõe hoje de 15 Unidades de Atendimento, estando presente nos municípios de Amargosa, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, São Miguel das Matas, Nazaré, Tancredo Neves e Valença, além de Santo Antônio de Jesus, onde funciona, hoje, a sua Central Técnico-Administrativa.

3. Resultados

Essa seção trata da análise e discussão dos dados coletados na entrevista realizada com a Gestora de Recursos Humanos do Laboratório, cujas respostas são apresentadas a seguir:

Ao ser interrogada sobre os benefícios gerados ao laboratório, após a implantação da Gestão de Recursos Humanos, informou que: “A implantação da gestão de recursos humanos trouxe maior valorização do capital humano. Os trabalhadores não são mais vistos como pessoas que exercem uma função apenas, mas, como parceiros, elementos principais para o crescimento da organização”.

Para Chiavenato (2016, pág. 8) “Organizações bem-sucedidas tratam seus colaboradores como parceiros do negócio e fornecedores de competência, não como simples empregados contratados”.

As pessoas têm se tornado um dos ativos mais importantes dentro das organizações. Elas constituem o capital intelectual da empresa, que, ao ser bem capacitado, poderá trazer grandes resultados para a organização. As empresas têm percebido essas mudanças e estão se voltando à valorização do capital humano, investindo em treinamentos, em meios de motivação, com o intuito de manter o seu colaborador valorizado e motivado.

Sobre a importância da Gestão de RH, expressou a seguinte opinião: “A Gestão de Recursos Humanos tem tido grande importância dentro das organizações pois é

de fator primordial para proporcionar colaboradores motivados, treinados, uma boa comunicação organizacional, uma vez que o Gestor de RH tem o importante papel de mediador, entre os colaboradores, e entre a empresa e o colaborador. O RH torna o clima da empresa mais favorável propiciando relações mais empáticas entre colaboradores e empresa”.

Nessa perspectiva, Mikovich e Baudreau afirmam que:

“Os recursos humanos (RH) trazem o brilho da criatividade para empresa. As pessoas planejam e produzem os produtos, alocam recursos financeiros e estabelecem as estratégias e objetivos para a organização. Sem as pessoas eficazes, é simplesmente impossível para qualquer empresa atingir seus objetivos.” (MIKOVICH E BAUDREAU, 2015 p.19)

O capital humano é o recurso mais valioso de uma organização pois são os colaboradores que produzem e que geram lucros. Muitas empresas já entenderam que a qualidade de vida de um colaborador deve ser prioridade, pois isso fará com que ele “vista a camisa” da empresa e enxergue essa relação trabalhista como uma parceria, dedicando-se a organização

Em relação às questões específicas sobre o RH, no que se refere às mudanças que ocorreram após a valorização do capital humano, obteve-se o seguinte parecer: “Os colaboradores passaram a se doar mais pela organização, perceberam a importância do trabalho em equipe, da empatia, em ajudar o outro em determinadas atividades e a colaborar com o todo. Essas mudanças não foram apenas pelo fato de estarem empregados, mas, por perceberem que a empresa é como um organismo vivo: para sobreviver é necessário que todos os membros trabalhem juntos e em um só propósito”.

Dessa forma, de acordo com Bergamini (2008), em relação à valorização do capital humano dentro das organizações, a motivação dos funcionários é essencial para se trabalhar com satisfação, obtendo-se, assim, uma produtividade eficaz, fazendo com que, tanto o colaborador quanto a empresa se beneficiem. Saber lidar com pessoas, tratá-las como o mais valioso recurso da organização, promoverá um ambiente favorável, pois, hoje em dia, se os trabalhadores não exercerem com qualidade as suas funções não será por falta de conhecimento ou por falta de tecnologia e sim por desmotivação (BERGAMINI, 2008).

Com a valorização do capital humano, os colaboradores passam a perceber a sua importância para o crescimento da organização e o seu crescimento profissional. Quando a organização cria estímulos para os seus colaboradores, há uma maior

elevação nos níveis de participação, de comprometimento com a empresa, de desempenhos individuais, garantindo maiores lucros para ambas as partes.

Quando questionado sobre as ferramentas de Recrutamento e Seleção, afirmou que:

“O recrutamento de estagiários acontece de forma que são lançadas as vagas para os agentes, nesse caso, uma empresa especializada⁷ o qual recruta os mesmos e os encaminha para a organização. Já os funcionários efetivos são selecionados através do banco de dados da empresa, que recebe os currículos encaminhados. A seleção é feita através de uma entrevista, sendo ela individual ou coletiva; depende muito do tempo que se tem para o processo e da necessidade da vaga. Nessa entrevista, é verificado quem melhor se encaixa no perfil e nas funções do cargo e essa pessoa passa para o processo de contratação”.

Para Almeida (2009), o objetivo dos processos seletivos sempre foi e continua sendo o de buscar os melhores profissionais no mercado de trabalho, que atendam às necessidades da organização. Entretanto, dentro da nova visão de RH, a captação e seleção devem estar alinhadas com as estratégias da organização, devendo contribuir para a consecução dos seus objetivos e da sua missão.

Além de criar um processo de recrutamento e seleção bem estruturados, é necessário que as empresas tenham uma nova visão, pensando a longo prazo em seus processos. Hoje em dia não é só mais importante saber se aquela pessoa se encaixa na vaga, mas sim, se seus objetivos, seus valores, suas visões estão interligados com o da empresa. É necessário analisar todo o comportamental da pessoa, pois sabemos que um dos maiores fatores para demissão hoje não é a falta dos fatores técnicos, mas sim fatores comportamentais; por isso é fundamental um Recrutamento e Seleção estratégicos, com pensamentos ao longo prazo.

Quando questionado sobre o nível de rotatividade após a implantação do RH, afirmou que “Após a implantação da Gestão de RH, a rotatividade da empresa diminuiu, pois houve uma maior valorização do capital humano da empresa, e isso ajudou a manter os colaboradores. O novo RH também possibilitou o maior conhecimento dos colaboradores, que tornou mais fácil alocar esses colaboradores em setores que eles mais se identificariam. Houve uma situação que a colaboradora não estava mais correspondendo com a expectativa da empresa e, então, a gestão já

⁷ Empresa de consultoria de pessoal e educação corporativa, que atua desde 1997 no mercado.

tinha pensado em uma demissão, mas, com a implantação do RH, foi percebido que a colaboradora não tinha deixado de ser uma excelente profissional, porém, que estava desmotivada e não se sentindo bem mais na função que estava exercendo, então, com essa percepção do RH, a colaboradora foi transferida de setor evitando uma demissão.”

“O termo rotatividade de RH é usado para definir a flutuação de pessoal entre uma organização e o seu ambiente”. (CHIAVENATO, 2015, p. 138).

O nível de rotatividade de uma organização pode dizer muita coisa sobre a mesma. Colaboradores desmotivados não conseguem permanecer muito tempo dentro da empresa. A organização também pode estar insatisfeita com o quadro de funcionários por conta de um recrutamento e seleção mal elaborados e, assim, acabam demitindo com frequência. Vários são os fatores que podem contribuir para a saída desses colaboradores; é necessário que o RH da empresa esteja atento a esses índices pois uma grande rotatividade de pessoas pode gerar grandes custos para a organização; além de observar, é necessário criar soluções para a diminuição desse índice.

4. Considerações finais

O papel da Gestão de Recursos Humanos não é apenas ser responsável pela admissão e demissão dos colaboradores; ele é responsável por todas as políticas voltadas a administração das pessoas dentro de uma organização. Essa administração é o que gera um grande diferencial competitivo entre as empresas, pois colaboradores trazem essa distinção entre uma organização e outra.

Sabe-se que o capital humano não é constituído apenas por alguém que exerce uma força de trabalho, mas é um elemento primordial para a evolução da organização. É através das pessoas que as empresas conseguem o seu dinamismo e evolução, pois, delas surgem a criatividade, as habilidades, o conhecimento e o comprometimento. Por esse motivo, as empresas têm visto a grande necessidade de implantar um setor que valorize e cuide do ser humano, que é o mais importante ativo das organizações.

Diante desse novo cenário da Gestão de Recursos Humanos, foram buscadas respostas para saber quais foram as necessidades que levaram para implantação do RH dentro da organização e, dessa forma, contribuir para o crescimento das

organizações e dos profissionais que atuam na área de Recursos Humanos. Através dessas pesquisas obteve-se importantes informações sobre a valorização do capital humano, as mudanças que aconteceram logo após a implantação do RH e a importância do setor para a organização. Buscou-se entender como são estruturados o recrutamento, a seleção e as mudanças que houve nos índices de rotatividade dentro da empresa.

De acordo com o que foi pesquisado e os resultados obtidos, conclui-se que o setor de recursos humanos é de grande valia dentro da organização. Percebe-se que o Laboratório, em análise, tem se preocupado com esse novo modelo de gerir pessoas; entenderam que para caminhar é necessário colaboradores motivados, bem alocados, treinados e sabendo de sua importância para a organização. A empresa dispõe de um RH estruturado no qual suas principais atividades é cuidar do bem-estar dos colaboradores e não apenas de atividades específicas do setor pessoal. Com a implantação do RH, o índice de rotatividade diminuiu, houve uma maior preocupação na hora do recrutamento e seleção, e, sobretudo, a evidência da importância dos colaboradores para o crescimento da organização.

5. Referências

ALMEIDA, Walnice. **Capacitação e seleção de talentos:** com foco em competências. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Luiz César G. **Gestão de pessoas:** estratégias e implantação organizacional. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4.ed. Barueri – SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** O capital humano das organizações. 10.ed. Campus – SP: Manole, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal:** como agregar talentos à empresa. 8.ed. Barueri, SP: Manole, 2015.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica.** 3. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis estratégicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACORE, Sérgio Alfredo. **Origem e evolução de Recursos Humanos**. In: SLIDESHARE. pub. 2016. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/sergiomacore/origem-e-evolucao-de-recursos-humanos-60400504>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MILKOVICH, George T. ; BAUDREAU, Jonh, W. **Administração de Recursos Humanos**. 2. Ed. São Paulp: Atlas, 2015.

MARTINS, G. de A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - RS: Feevale, 2013.

VITORETTE, Luiz Henrique Mocci; LOPES, Ricardo Dantas. **Clima organizacional: fator que influencia o desenvolvimento da empresa**. In: Anais Semana Acadêmica Fatecie 2015. Disponível em: <http://fatecie.edu.br/documentos/graduacao/revista_cientifica/2015/201509>.

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO IPTU VERDE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA

Action plan for the implementation of the green IPTU in the municipality of Santo Antônio de Jesus - Bahia

Leonardo do Espírito Santo de Carvalho ¹
Sérgio Roberto Lemos de Carvalho ²

¹ GOLFARMA, Feira de Santana, Bahia, Brasil, 44091 -100. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - UNIMAM. lescarvalho@outlook.com, <http://lattes.cnpq.br/4071051054928082>

²UNIFACEMP – Centro Universitário de Ciências Empresariais, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil, 44430-104. Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia. sergio.carvalho@facemp.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-3936-1113>

Resumo

A aceleração do desenvolvimento tecnológico trouxe vários benefícios, melhorando, prioritariamente, a qualidade de vida, no entanto, não houve por parte da população mundial, uma conscientização inicial das consequências ambientais. Dessa forma, chegou-se rapidamente à degradação ecológica e aos problemas sociais e econômicos que se agravaram no mundo. Neste sentido, ainda que se tenha a possibilidade da utilização de instrumentos econômicos no Brasil, para auxiliar na gestão ambiental, na prática, o uso destes indicadores se mostra incipiente, num contexto mais amplo de compensação ambiental, estando mais presente nas regiões sul e sudeste do país. Dentro desse contexto, o incentivo fiscal como forma de preservação do meio ambiente se destaca como uma alternativa viável diante da gradativa escassez de recursos naturais e aumento da população. Desta forma, o processo, em sua teoria, seria simples, pois iria desonerar aquele que colabora para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, onerando aquele que pratica a degradação ambiental. A pesquisa teve natureza descritiva, sem intervenção direta nos dados coletados, sendo realizada a partir da análise documental na plataforma online “Leis Municipais”, em diversos programas de IPTU Verde no Brasil. Foram utilizadas medidas estatísticas de localização para se identificar os programas das cidades que mais possuíam similaridades nos parâmetros PIB per Capita e IDH-M, em relação ao município de Santo Antônio de Jesus, de acordo com a referência adotada pelo autor em relação aos dois aspectos que se procurou evidenciar: o fiscal e o extra fiscal.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Meio ambiente; Eco – Imposto; Incentivos Fiscais

Abstract

The acceleration of technological development brought several benefits, improving, primarily, the quality of life, however, there was no initial awareness on the part of the world's population of the environmental consequences. Thus, the ecological degradation and the social and economic problems that have worsened worldwide were quickly reached. In this sense, although there is the possibility of using economic instruments in Brazil to assist in environmental management, in practice, the use of these indicators is incipient in a broader context of environmental compensation, being more present in the southern and southeastern regions of the country. Within this context, the fiscal incentive as a form of environmental preservation stands out as a viable alternative in view of the gradual shortage of natural resources and population growth. Thus, the process, in theory, would be simple, since it would

exonerate those who collaborate with the maintenance of an ecologically balanced environment, burdening those who practice environmental degradation. The research had a descriptive nature, without direct intervention in the collected data, and was carried out based on the documental analysis in the online platform "Municipal Laws", in several Green IPTU programs in Brazil. Statistical measures of location were used to identify the programs of the cities that had the most similarities in the parameters GDP per Capita and HDI-M, in relation to the municipality of Santo Antônio de Jesus, according to the reference adopted by the author in relation to the two aspects that were sought to be evidenced: the fiscal and extra fiscal.

Keywords: Environmental management; Environment; Eco-Tax; Tax Incentives

1. Introdução

A implementação de incentivos fiscais pode minimizar a degradação gerada por maus hábitos dos indivíduos, e tem sido encarada como uma maneira eficaz de reduzir os danos causados ao meio ambiente, pois, o pressuposto é de que havendo um valor tributado menor a pagar, as pessoas tenderão a gerar menos danos ambientais. Assim, faz-se necessário a proteção do meio ambiente com a participação do Estado e dos cidadãos, para que se forme um contexto de preservação do planeta e, conseqüentemente, das gerações futuras, utilizando-se da tributação como alternativa para o alcance de tal finalidade.

Nesse contexto, em relação ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, conhecido como um dos tributos com maior caráter extrafiscal, inclusive, no Direito brasileiro, já existe a ocorrência de algumas legislações municipais que utilizam critérios ambientais para a cobrança do IPTU, conferindo a este tributo manifesta função extrafiscal quando utilizado como instrumento de proteção ou preservação ambiental. O IPTU é regido no Código Tributário Nacional pela Lei 5.172, de 25.10.1966, nos seus artigos 32 a 34 e sua constitucionalidade é prevista no artigo 156, inciso I (BRASIL, 2016). É um imposto de competência municipal, e tem como fato gerador a propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana (TOSCHI, 2015).

Por isso, entende-se que as isenções ou descontos progressivos do IPTU, em relação à moradores que possuam práticas benéficas ao meio ambiente, podem ser desonerados fiscalmente. Diante dessas considerações, a utilização do IPTU como incentivo fiscal verde poderá viabilizar a desoneração fiscal para os donos de propriedades urbanas, em troca de maior utilização de práticas sustentáveis de conservação do meio ambiente.

No Brasil, a redução da alíquota do IPTU para aqueles contribuintes que executem práticas de conservação do meio ambiente em suas propriedades, ainda está em fase inicial; porém, com crescente número de municípios aderindo a esta proposta. Segundo a plataforma online “Leis Municipais” (LEIS MUNICIPAIS, 2020), 96 municípios já possuem leis voltadas ao IPTU Verde, sendo, em sua maioria, na região sudeste. Desta forma, vislumbra-se a ideia de que conservar o meio ambiente poderá proporcionar obter vantagens tributárias e financeiras, inclusive porque essa medida, posta em prática, poderá resultar em um ganho ambiental de alto índice, gerando resultados que serão perceptíveis ao longo dos anos; destarte, esta presumida premiação legal estimulará (e conscientizará) os proprietários a manterem tais práticas sustentáveis de preservação ambiental, à medida que venham a realizar pagamentos cada vez menores em relação aos valores do tributo sobre suas propriedades.

2. Incentivos Fiscais

Segundo Baleeiro (1977), pode-se conceituar incentivos fiscais como as medidas que excluem total ou parcialmente o crédito tributário, sendo assim, gerado quando o Governo Central busca promover a expansão econômica de uma determinada região ou de determinados setores de atividades.

Nesse contexto, a tributação se manifesta como uma medida que pode intender como baliza indutora de medidas direcionadas à conservação dos recursos naturais, especialmente através de incentivos fiscais para os agentes que se adequarem às linhas objetivadas pelo Estado. Trata-se de uma tributação perspicaz, que visa a destinação de incentivos tributários com o objetivo de prestigiar, através do estímulo de comportamentos, o aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Segundo Bezerra (2011), com efeito, as diferentes espécies tributárias podem ter seus fatos geradores direcionados a acolher interesses relacionados a sustentabilidade ambiental, por meio de apelo tributário.

O processo utilizado pelo Estado é pautado em facilitação direta, podendo ser ela em moeda corrente, ou em ativo immobilizado construído ou pronto para construção, empréstimos e financiamentos com despesas financeiras bem abaixo das praticadas no mercado, como também em facilitação indireta, por instrumentos jurídicos, principalmente na desoneração fiscal parcial ou total durante determinado período de

tempo, sendo eles suspensão ou imunidade de impostos e alíquotas, ou até mesmo ressarcimento tributário. Estes tipos de incentivos criados pelo Estado buscam promover tanto o desenvolvimento econômico, quanto o social. Para Fiorillo (2007), os instrumentos que normalmente são utilizados são de natureza fiscal e financeira.

De acordo com Schoueri (2005), a ideia de extrafiscalidade traz em seu bojo todo o conjunto de funções da norma diversa da mera fiscalidade, da simples busca da maior arrecadação. Para Barreto (2017), a extratrafiscalidade compreende os critérios com finalidade indutora, desvinculadas da função arrecadatória, mas comprometidas com o crescimento econômico, e as normas que, não obstante sua função indutora, não oferecem a dar ênfase ao progresso da economia. Em relação ao tema acima exposto, Nogueira (1986) demonstra a forma de ingerência do Estado através da tributação indutora:

“Esta intervenção, no controle da economia, é realizada pelo Estado sobretudo por meio de seu poder impositivo. É, pois, no campo da Receita, que o Estado transforma e moderniza seus métodos de ingerência. O imposto deixa de ser conceituado como exclusivamente destinado a cobrir necessidades financeiras do Estado. É também, conforme o caso e o poder tributante, utilizado como instrumento de intervenção e regulamentação de atividades. É o fenômeno que hoje se agiganta com a natureza extrafiscal do imposto.”

Utilizando-se dos artifícios de Incentivos Fiscais, o que implica em renúncia de receita pública, o Estado consegue promover o bem-estar social, neste caso, na figura dos impostos verdes atuando no equilíbrio entre sociedade e natureza.

2.1. OS PRINCÍPIOS QUE FUNDAMENTAM OS IMPOSTOS VERDES

Os Impostos Verdes são formas de tributação que beneficiam os indivíduos que possuem ações de conservação do meio ambiente. O princípio de evitar ou reparar custos ambientais por meio de impostos circula pela teoria econômica há quase um século. Já é comprovado que é possível incentivar o justo equilíbrio entre as ações antrópicas e o meio ambiente. São entes interdependentes. Partindo desse pressuposto, toda sugestão que vise ao aprimoramento das práticas ambientais é muito bem-vinda e deve ser exaustivamente debatida.

A base de sustentação do desenvolvimento sustentável é o princípio do protetor-recebedor, o qual disponibiliza uma recompensa financeira para aquele que protege um recurso natural em benefício da coletividade, estimulando, desta forma, a preservação ambiental.

Ribeiro (2003, p.1) observa que, em situações de pobreza, é preciso inverter o princípio do poluidor-pagador e aplicar o princípio do protetor-recebedor, o qual se apresenta eficaz nas sociedades que precisam sanar as carências de infraestrutura de saneamento. Uma vez que em casos de escassez de recursos financeiros o valor a receber é mais alto do que o valor a pagar.

Wunder (2006, p.4) exemplifica os serviços ambientais da seguinte forma:

(...) o sequestro e armazenamento de carbono, quando, por exemplo, uma empresa elétrica do hemisfério norte paga agricultores do trópico para que plantem e cuidem de árvores; a proteção da biodiversidade, que ocorre quando doadores pagam aos moradores locais para proteger e restaurar áreas para criação de um corredor ecológico; a proteção de bacias hidrográficas, onde, os usuários das águas a jusante, pagam aos donos de propriedades águas a montante para que adotem usos da terra que limitem o desmatamento, a erosão do solo e riscos de inundação, etc; e ainda o pagamento pela beleza cênica, quando por exemplo, uma empresa de turismo paga uma comunidade local para não caçar em um bosque usado para turismo de observação da vida silvestre.

Portanto, trata-se de ação ambiental considerada o inverso do denominado princípio usuário-pagador, o qual determina que aquele que utiliza determinado recurso natural deve pagar por isso. De acordo com Derani (2001, p.161), o objetivo desse princípio “seria a determinação de normas do que se pode ou não fazer, além de apresentar regras flexíveis tratando de meios disponíveis que autorizariam o uso de determinado recurso natural”.

A título de justiça econômica as aplicações inerentes ao princípio protetor-recebedor podem ocorrer em várias escalas. No âmbito municipal tem-se, como exemplo, a redução das alíquotas do IPTU, para incentivar aqueles que protegem as áreas verdes, quando a aplicação é a do princípio protetor-não pagador.

No âmbito estadual, o ICMS ecológico recebeu uma legislação especial de alguns estados brasileiros (Roraima, Minas Gerais, Paraná) cuja aplicação do princípio do protetor-recebedor se faz presente. No estado de Minas Gerais, no ano de 1996, uma média de cem municípios foi beneficiada com o ICMS ecológico verde, pois possuíam parques e áreas de preservação ambiental. Devido a tal incentivo, já

no ano de 1997, cento e trinta municípios aderiram a ideia, uma vez que tal incentivo econômico provocou um estímulo “na criação de áreas de preservação, na proteção de mananciais de águas e de parques” (DERANI, 2001, p.161).

No âmbito federal, cada vez mais, o Congresso Nacional vem se posicionando no sentido da adoção de incentivos econômicos. Existem projetos de lei tramitando que visam criar reserva do Fundo de Participação dos Estados – FPE – e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – para os estados que aderirem às unidades de conservação da natureza e das terras indígenas demarcadas (DERANI, 2001, p.161).

Neste sentido, o presente artigo utiliza-se, dentro dos alicerces dos impostos verdes, o princípio do protetor-recebedor, o qual disponibiliza uma recompensa financeira para aquele que protege um recurso natural em benefício da coletividade, estimulando, desta forma, a preservação ambiental.

Ribeiro (2003, p.1) observa que, em situações de pobreza, é preciso inverter o princípio do poluidor-pagador e aplicar o princípio do protetor-recebedor, o qual se apresenta eficaz nas sociedades que precisam sanar as carências de infraestrutura de saneamento. Uma vez que em casos de escassez de recursos financeiros o valor a receber é mais alto do que o valor a pagar.

A título de justiça econômica as aplicações inerentes ao princípio protetor-recebedor podem ocorrer em várias escalas. No âmbito municipal tem-se, como exemplo, a redução das alíquotas do IPTU, para incentivar aqueles que protegem as áreas verdes, quando a aplicação é a do princípio protetor-recebedor.

2.2 IPTU E IPTU VERDE

De acordo com Milaré (2009), o IPTU verde é uma ferramenta eficiente para a salvaguarda ambiental, sendo um meio que estimula a alteração de paradigmas e entendimentos dos contribuintes no que tange a ter um imóvel planejado, que atenda a atribuição social e ambiental da propriedade, proporcionando a viabilização de avanços, recuperação e a preservação do meio ambiente.

Cumprе salientar que, em seus Artigos 156 e 182, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016) demonstrou as principais diretrizes do IPTU, e recomenda a conciliação do seu recolhimento com os princípios das instâncias tributária e social,

disponibilizando o emprego do IPTU como ferramenta de política urbana para fomentar benefícios de natureza socioambientais na sociedade.

Esta é uma das principais razões pela qual o tributo poderá ser uma ferramenta muito importante para se impulsionar o Desenvolvimento Sustentável dentro dos municípios.

2.3 CRITÉRIOS NORTEADORES: PIB *per capita* e IDH – M

Nesta pesquisa, buscou-se agrupar as cidades a partir de dois parâmetros de similaridades: PIB per capita e IDH-M, coletando – se dados informacionais nas plataformas virtuais do Índice Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Os dois parâmetros foram escolhidos uma vez que, pela percepção do autor, representam bem os dois aspectos dos tributos: a fiscalidade e a extrafiscalidade.

O Produto Interno Bruto, igualmente conhecido como PIB, é a principal medida do crescimento da economia de uma cidade, região, estado ou país. A estimativa é feita com base nos valores de todos os serviços e bens produzidos dentro de uma região definida e em período predefinido.

Porém, o PIB em si, não mede o grau de bem-estar da população inserida; por isso, o autor irá utilizar esse parâmetro como a parte fiscal do tributo. Os últimos dados do PIB per capita municipal são do IBGE no ano de 2017.

Segundo o Atlas Brasil (2020), faixas do IDH – M são divididas em: < 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano; IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano; IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano; IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano; IDH-M entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano. Os últimos dados do IDH-M são do IBGE no ano de 2010.

3. Procedimentos Metodológicos

Nesta seção foram abordados os processos metodológicos para atingir os objetivos desta pesquisa, e, em consequência, propor a resolução do problema identificado e estudado, inclusive ver como poderia ser utilizada a desoneração fiscal, especificamente do IPTU, para quem utiliza (ou venha a utilizar) práticas voltadas à

conservação ambiental em suas propriedades, utilizando – se, assim, da parte extrafiscal da tributação.

Neste sentido, nesta presente pesquisa, foi feito um estudo de caso, avaliando-se, *a priori*, todos os projetos de IPTU Verde no Brasil, utilizando - se a plataforma *LEIS MUNICIPAIS*. Após este procedimento, aplicou-se uma análise estatística sobre todos os indicadores identificados, verificando - se quais aqueles mais utilizados nas cidades contempladas pelas leis de cunho ambiental.

3.1. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa bibliográfica sobre o tema foi feita por meio de artigos jurídicos, tributários, jurisprudências, normas constitucionais e infraconstitucionais, e, principalmente, utilizando-se a plataforma *LEIS MUNICIPAIS*, uma plataforma online do meio jurídico, onde estão depositadas todas as leis, decretos, artigos, notícias e publicações de Diários Oficiais, contemplando mais de 5 mil cidades em todo o Brasil. Esta plataforma foi selecionada e utilizada por ser amplamente conhecida pela sua excelência em assuntos de natureza jurídica.

A partir da Plataforma escolhida, foram filtradas todas as que expressavam em suas leis de IPTU nomenclaturas correlacionadas aos termos: “Verde”, “Ecológico” e “Sustentável”. Como resultado desta pesquisa preliminar, foram encontradas 97 cidades que possuíam os termos acima citados, tendo sua concentração principalmente setorizada na região sudeste do país.

Após a triagem de todas as cidades que possuíam os termos acima citados, buscou-se agrupar as cidades com base em dois parâmetros de similaridades: PIB per capita e IDH-M, coletando - se dados informacionais nas plataformas virtuais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Os dois parâmetros foram escolhidos uma vez que, pela percepção do autor, representam bem os dois aspectos essenciais dos tributos: a fiscalidade e a extrafiscalidade, conforme explicitado no referenciamento bibliográfico, na página 47.

A partir dos dados coletados utilizou - se um procedimento estatístico com o objetivo de dividir a população de todas as cidades contempladas na Pesquisa (com referenciamento legislativo na temática IPTU Verde) *a priori*, a partir dos dois parâmetros escolhidos: PIB per Capita e IDH-M.

A técnica adotada nesta pesquisa foi uma das medidas referenciais de localização: as separatrizes, em sua modalidade – Quartis. Esta técnica foi utilizada para identificar/avaliar qual o grupo de cidades que possuiriam mais similaridades entre elas e a cidade de Santo Antônio de Jesus (intervalo quartílico correspondente), considerando – se, precipuamente, que este grupo identificado poderia determinar uma maior interseção/aderência no que se refere ao conjunto de características fiscais e extrafiscais.

O questionário (Apêndice B) elaborado com base nos indicadores das cidades com similaridades fiscais e extrafiscais com Santo Antônio de Jesus foi gerado na plataforma *Google Forms*. A aplicação deste formulário foi fundamental para se obter as informações do público – alvo (variáveis socioeconômicas e os indicadores ambientais), com base nas cidades que constituíram o intervalo quartílico selecionado.

Os dados inicialmente foram estruturados pelo programa Microsoft Excel® para a digitação das variáveis. O conteúdo adquirido após a coleta de dados foi organizado e analisado após a sua categorização.

4. Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa foram obtidos por meio da aplicação de um formulário específico, elaborado a partir da percepção conceitual evidenciada em diversas fontes informativas, com ênfase em livros de autores renomados da área contábil e artigos científicos publicados em periódicos indexados.

4.1. DEFINIÇÃO DO INTERVALO INTERQUARTÍLICO ESPECÍFICO

Esta Pesquisa utilizou precipuamente dois parâmetros de similaridades, PIB *per capita* e IDH-M, como base para a identificação das cidades mais similares ao município de Santo Antônio de Jesus, para, em seguida, elencar quais os possíveis indicadores ambientais a serem utilizados em uma proposta de desoneração tributária, a partir de práticas de rotina (ou a presunção de utilizá-las) dos contribuintes.

Os dois parâmetros foram escolhidos uma vez que, pela percepção do autor, representam bem os dois aspectos essenciais dos tributos: a fiscalidade e a extrafiscalidade.

Desse modo, partiu-se do princípio de que apenas um parâmetro não poderia trazer a realidade adequada do município; porém, a combinação de ambos abre um leque maior de informações. Segundo o Atlas Brasil (2020), a “renda per capita” permite analisar o desenvolvimento do ponto de vista puramente econômico e, ainda, mesmo considerando que a renda seja uma variável importante para o alcance de um padrão de vida digno, ela não garante automaticamente, por si só, alcançar um padrão desejável do desenvolvimento humano.”

Além disso, somando-se o PIB *per capita* ao IDH-M, oferecer-se-á um olhar sintético sobre alguns dos principais questionamentos do desenvolvimento humano no município: a saúde, a educação e a renda. Portanto, torna-se viável avaliar como se enquadraria, dentro do município, o incentivo fiscal verde, na figura do IPTU Verde, nos dois âmbitos que o autor se propôs a estudar: fiscal e extra-fiscal.

A partir disso, foi feita uma pesquisa no site do IBGE em todos os municípios com Leis que mencionavam IPTU Verde ou termos afins, para se verificar seus valores de PIB *per capita* e IDH-M.

Após o levantamento dos dados de todas essas cidades, aqueles referentes à cidade de Santo Antônio de Jesus também foram identificados, encontrando-se o PIB per capita no valor de R\$20.268,73 e o IDH-M de 0,70.

Conforme explicitado na trajetória metodológica deste estudo, o procedimento estatístico para segmentar a população das cidades contempladas nesta Pesquisa, a partir dos parâmetros “PIB *per Capita*” e “IDH-M” foi a medida de localização, denominada de quartis. Tal escolha foi decidida pelo fato de que, via de regra, esses levantamentos de dados referentes à população de cidades, com base em variáveis contábeis, geralmente apresentam forte assimetria.

Diante de todos os dados colhidos, procedeu-se à divisão em quartis da população das cidades com IPTU Verde, com base nos dois parâmetros escolhidos, PIB *per Capita* e IDH-M. Buscou-se, assim, avaliar qual o grupo de cidades que possuiria mais similaridades entre elas e Santo Antônio de Jesus, já que essa interseção traria maior relevância no conjunto de características fiscais e extra fiscais.

Os mapas de quartis ficaram definidos conforme as Figuras 1 (PIB *per capita*) e 2 (IDH – M) apresentados a seguir:

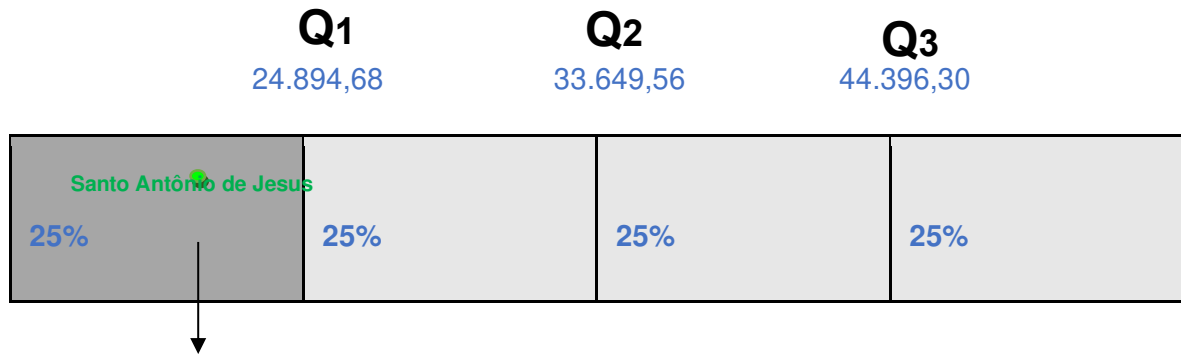


Figura 1: Mapa de quartis em relação ao PIB *per capita* das cidades com IPTU Verde
 Fonte: Dados da Pesquisa.

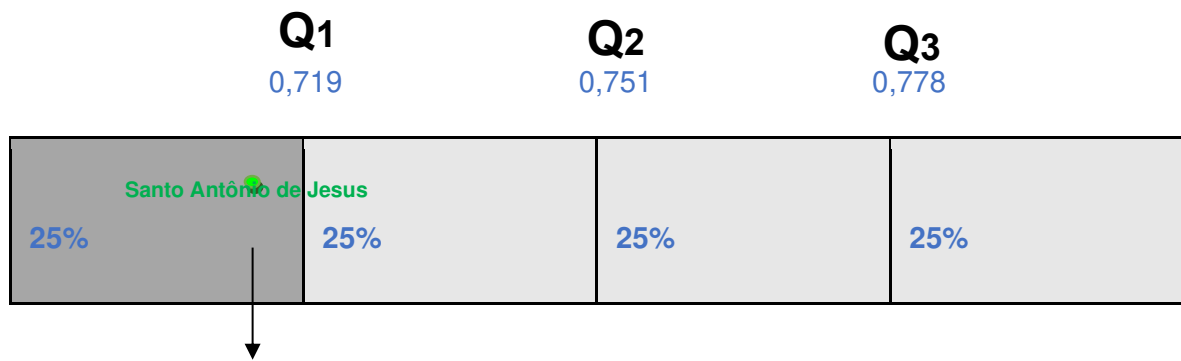


Figura 2: Mapa de quartis em relação ao IDH – M das cidades com IPTU Verde.
 Fonte: Dados da Pesquisa.

Com valores de PIB *per capita* de R\$20.268,73 e IDH-M de 0,700, em ambos os casos, Santo Antônio de Jesus ficou localizada abaixo do primeiro quartil; tal coincidência fortaleceu e ratificou a relevância da combinação dos dois parâmetros.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO GRUPO

Conforme expresso nos passos metodológicos, o município de Santo Antônio de Jesus foi agrupado, a partir de um efeito comparativo, dentro de um conjunto de outros municípios com similaridades no parâmetro fiscal, o PIB *per capita*, e no parâmetro extrafiscal, o IDH-M. O referido conjunto de municípios com tais similaridades, abaixo do primeiro quartil ou (ou próximo deste valor em apenas um critério), de ambos os parâmetros, ficou definido com os 18 municípios abaixo, apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: Municípios que compõem o intervalo inferior ao primeiro quartil (Q1) dos parâmetros PIB *per capita* e IDH – M.

Estado	Município	Lei	Pib Per Capita	IDH-M
Bahia	Feira de Santana	Lei Municipal Nº 3506/2014	21.765,41	0,712
Bahia	Vitoria da Conquista	Lei Municipal Nº 2157 / 2017	18.589,99	0,678
Bahia	Salvador	Lei Municipal Nº 8474/2013	21.231,48	0,729
Espírito Santo	Domingos Martins	Lei Municipal Nº 2758/2016	20.247,62	0,669
Espírito Santo	Venda Nova do Imigrante	Lei Municipal Nº 954/2011	23.548,80	0,728
Minas Gerais	Igarapé	Lei Complementar Nº 65/2014	15.758,76	0,698
Minas Gerais	Santa Bárbara	Lei Complementar Nº 1873/2018	24.958,46	0,707
Paraíba	Esperança	Lei Complementar Nº 89/2019	12.265,37	0,623
Paraná	Almirante Tamandaré	Lei Municipal Nº 865/2001	13.200,70	0,699
Paraná	Campo Magro	Lei Municipal Nº 728/2012	14.750,91	0,701
Paraná	Itaperuçu	Lei Municipal Nº 194/2002	15.563,50	0,637
Paraná	Ivaiporã	Lei Municipal Nº 1854/2010	23.082,45	0,713
Pernambuco	Caruaru	Lei Complementar Nº 62/2018	19.311,06	0,677
Rondônia	Jaru	Lei Municipal Nº 1.841/2013	25.301,65	0,689
Santa Catarina	Camboriú	Lei Municipal Nº 4.303/2019	17.154,54	0,726
Santa Catarina	Lontras	Lei Municipal Nº 2338/2018	26.684,86	0,704
São Paulo	Ibiúna	Lei Municipal Nº 1.782/2012	21.050,04	0,711
São Paulo	Presidente Epitácio	Lei Municipal Nº 2.791/2019	19.432,67	0,715
Sergipe	Nossa Senhora do Socorro	Lei Municipal Nº 1.414/2020	14.276,47	0,664

Cumprе salientar que todas as cidades do Nordeste listadas nesta pesquisa, com ênfase especial naquelas do Estado da Bahia, obedeceram ao critério normatizado, e, desta forma, foram selecionadas nesta etapa subsequente.

4.3. IDENTIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Dando continuidade ao processo de identificação dos indicadores ambientais mais adequados para inclusão neste estudo, observou-se, prioritariamente, a composição das leis de cada município selecionado, e, a partir da análise de todo este material, procurou-se identificar todas as citações que referenciavam indicadores utilizados para preservação ambiental, e o consequente uso como um fator relacionado ao incentivo fiscal para fins de desoneração tributária ao IPTU.

Inicialmente foram encontrados 108 indicadores com nomenclaturas diferentes; porém, com características similares. Por isso, foram compatibilizados em 78 referências específicas para análise. Vale observar que todos os indicadores selecionados são estritamente aplicados para residências. Propriedades institucionais e comerciais foram excluídas deste estudo, uma vez que apresentam características intrínsecas que estão para além dos objetivos propostos nesta pesquisa.

A partir do processo de identificação de todos os indicadores presentes nas leis municipais, determinou-se, ainda, a intensidade de repetição destes no material compilado neste estudo.

Considerando-se a extensa quantidade e diversidade de indicadores ambientais identificados nas cidades elencadas, a partir do intervalo quartílico aderente às características de Santo Antônio de Jesus, além do fato de que se trata de uma primeira aproximação de um estudo desta natureza nesta cidade, optou-se por realizar uma redução na quantidade originalmente identificada, considerando-se, assim, em torno de 20% daqueles mais relevantes, utilizando-se a intensidade de repetição como critério de cálculo. Desta forma, os indicadores utilizados nesta pesquisa estão relacionados no Quadro 2.

Quadro 2: Indicadores ambientais selecionados para a Pesquisa.

Indicador	Repetições
Sistema de aquecimento hidráulico solar.	22
Sistema de captação da água da chuva.	21

Sistema de reuso de água.	19
Construção com materiais sustentáveis.	19
Calçada Ecológica.	14
Coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos para empresas de reciclagem.	13
Sistema de aquecimento elétrico solar.	13
Cobertura vegetal permeável do solo.	12
Plantio de mudas de espécies nativas.	10
Construção de "Telhado Verde".	8
Utilização de energia passiva.	7
Fontes alternativas de energia: Uso de turbinas eólicas.	6
Acima de 50 a 80% de área florestada.	6
Acima de 30 a 49% de área florestada.	5
Acima de 80% de área florestada.	5
Fontes alternativas de energia: Uso de Painéis solares fotovoltaicos.	3
Manutenção do terreno sem a presença de espécies exóticas invasoras e que cultivem espécies arbóreas nativas.	3
Uso de equipamentos economizadores de água.	3
Minimizar os impactos provenientes do lançamento pluvial das águas em vias públicas ou redes de captação.	3
Bicicletário.	2

Para facilitar o entendimento e o propósito dos indicadores ambientais selecionados pelo critério adotado nesta pesquisa, apresentou-se, de forma sintética,

no Quadro 3, uma breve descrição destes, em conformidade com o que está apresentado nas Leis municipais utilizadas neste estudo.

Quadro 3: Características de identificação dos descritores ambientais selecionados.

Indicador ambiental	Descrição
Sistema de aquecimento hidráulico solar.	Aquele que utiliza sistema de captação de energia solar térmica para aquecimento da água, com a captação de energia solar térmica para aquecimento da água, com a finalidade de reduzir parcialmente o consumo de energia elétrica na residência.
Sistema de captação da água da chuva.	Aquele que capta água da chuva e armazena em reservatório para utilização no próprio imóvel.
Sistema de reuso de água.	Aquele utilizado após o devido tratamento da água residual do próprio imóvel, para atividades que não exijam que a mesma seja potável.
Construção com materiais sustentáveis.	Aqueles que utilizem materiais que atenuem impactos ambientais, devendo ser comprovado mediante apresentação de selo certificado.
Calçada Ecológica.	Calçadas ecológicas, em sua maioria, são compostas de pavimentos permeáveis com concreto e grama, faixas de gramado, jardim e árvores, como uma forma de colaborar com o meio ambiente e tentar reduzir os problemas de alagamento e enchentes, pois, elas facilitam a infiltração da água de chuva e contribuem com a redução da temperatura com a elevação da umidade do ar.
Coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos para empresas de reciclagem.	A coleta de resíduos sólidos domésticos; Cadastro da residência na empresa responsável e o histórico de entregas.
Sistema de aquecimento elétrico solar.	Sistema de produção de energia elétrica, renovável e limpa, que utiliza a captação da incidência de luz solar por meio de células fotovoltaicas para uso efetivo, no imóvel, de água.
Cobertura permeável vegetal do solo.	Os imóveis residências, condomínios horizontais ou verticais, que optarem por jardins ou gramados que permitam a absorção das águas das chuvas.
Plantio de mudas de espécies nativas.	Plantio e conservação de árvores nativas, nos termos conceituado pelo Código do Meio Ambiente, comprovado mediante documentação técnica ou fotos.
Construção de "Telhado Verde".	Coberturas de edifícios no qual é plantado vegetação compatível com a impermeabilização e drenagem adequada e que proporcione melhorias em termos paisagísticos e termoacústico e redução de poluição ambiental.
Utilização de energia passiva.	O proprietário que por ocasião da construção do imóvel, residência ou condomínio, este vertical ou horizontal, optar pela elaboração e devida execução e projeto arquitetônico que propicie o melhor aproveitamento da luz solar, dispensando ou minimizando o uso de ar condicionado e iluminação artificial.
Fontes alternativas de energia: Uso de turbinas eólica.	Uso de turbinas eólica, que atendam a no mínimo 5% da iluminação das áreas comuns.
Acima de 50 a 80% de área florestada.	Titulares do domínio útil ou possuidores de imóvel em que se situem, formações vegetais de interesse de preservação.

Acima de 30 a 49% de área florestada.	Titulares do domínio útil ou possuidores de imóvel em que se situem, formações vegetais de interesse de preservação.
Acima de 80% de área florestada.	Titulares do domínio útil ou possuidores de imóvel em que se situem, formações vegetais de interesse de preservação.
Fontes alternativas de energia: Uso de Painéis solares fotovoltaicos.	Uso de painéis solares fotovoltaicos, que atendam a no mínimo 20% da Iluminação das áreas comuns. No caso de edificações constituídas de uma única unidade imobiliária, a economia deve ser de, no mínimo, 10% do consumo anual total.
Manutenção do terreno sem a presença de espécies exóticas invasoras e que cultivem espécies arbóreas nativas.	O proprietário de terreno sem edificações, que proteja seu imóvel de espécies exóticas invasoras, não típicas do local, que passam a tomar conta do terreno, causando impacto ambiental, ecológicos, e perda considerável da biodiversidade, além de destinar seu espaço ao cultivo de espécies nativas, a fim de aumentar a biodiversidade no perímetro urbano.
Uso de equipamentos economizadores de água.	Torneiras com arejadores, spray e/ou temporizadores e chuveiros com regulador de pressão
Minimizar os impactos provenientes do lançamento pluvial das águas em vias públicas ou redes de captação.	Implantar sistema de drenagem urbana sustentável, bem como, o conjunto de técnicas, estruturas de controle e estratégias, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Município
Bicicletário.	Implantação de bicicletários e estrutura de apoio correlatas.

Fonte: Leis Municipais (2020).

Como proposta preliminar de desconto no valor do imposto a pagar (desoneração premial), sugere-se, a seguir, uma correlação entre o desconto a ser recebido em relação ao quantitativo dos indicadores utilizados (Tabela 1); para isso, utilizou-se uma escala de pontos, distribuída em quatro grupos, onde o uso efetivo de cada indicador corresponde a um ponto.

Tabela 1: Relação entre o quantitativo de indicadores ambientais utilizados (pontuação) e o desconto correspondente.

Quantidade de indicadores utilizados. (Pontuação atribuída)	Desconto correspondente
1 - 3	0%
4 - 7	2%
8 - 11	5%
12 - 15	10%

Fonte: Autor da Pesquisa.

A partir do exposto, ratifica-se, assim, que, o efeito comparativo direto entre a quantidade de indicadores usados pelo contribuinte imerge diretamente no desconto premial que lhe faz jus.

Cumpra salientar que, *ipso facto*, toda esta tramitação, desde o início do processo de cadastramento, passando pela marcação da visita do fiscal da prefeitura à residência até a resposta final, será informada ao contribuinte para evidenciar toda transparência do processo e ofertar, assim, uma maior comodidade ao cidadão-contribuinte.

5. Conclusões

Após uma ampla revisão de literatura relacionada ao tema proposto nesta pesquisa, utilizando livros, artigos científicos, e, precipuamente, a plataforma virtual “Leis Municipais”, foi observado que os Indicadores ambientais mais repetidos na composição das leis dos municípios previamente selecionados foram “sistema de aquecimento hidráulico solar” e “sistema de captação de água da chuva”, sinalizando para uma preocupação ambiental bastante evidente no que se refere a dois fatores de grande importância na sociedade industrial: o uso racional da energia elétrica e o consumo de água tratada. Além disso, o procedimento de identificação das cidades, utilizando-se o PIB *per capita* e o IDH-M, reúnem características amplas de similaridades entre as cidades do quartil definido e Santo Antônio de Jesus, fazendo com que os indicadores selecionados possam obter maior sucesso em sua aplicabilidade, beneficiando assim o equilíbrio entre a sociedade e o meio ambiente urbano.

6. Referências

ATLAS BRASIL. <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. 2020. Acesso em 29 de março de 2020.

BALEEIRO, A. **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977. 338p.

BARRETO, S. R. C. Tributação extrafiscal. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.).

Tomos: Direito Tributário. Paulo de Barros Carvalho, Maria Leonor Leite Vieira, Robson Maia Lins (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/305/edicao-1/tributacao-extrafisca>.

BEZERRA, P. I. S. (2011). Utilização dos Incentivos Fiscais como mecanismo para promover a sustentabilidade ecológica. **Revista da Faculdade de Direito**, Belo Horizonte, n. 59, p. 307-336, jul./dez.

CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91647/codigo-tributario-nacional-lei-5172-66>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. 2 ed. São Paulo: ed. Max Limonada, 2001.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. 2018. acessado em 29 de dezembro de 2019.

LEIS MUNICIPAIS. Sistema Leis Municipais. 2020. <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

LEI ORGÂNICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS. 2015.

<http://santoantoniojesus.ba.io.org.br/contasPublicas/download/892625/699/2016/4/publicacoes/3E66116F-FBBD-4C89-2B7ADD9C0DA1F97D.pdf>. Acesso em 17 de março de 2020.

MACHADO, H. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2008.

SÁ, José Delfino. **Um Modelo para o IPTU dos Imóveis Residenciais que visa Incentivar a Sustentabilidade Urbana**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Doutorado em Engenharia Industrial. Salvador/BA, Brasil, 2014.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: A Gestão Ambiental em Foco - Doutrina, Jurisprudência, Glossário**. 6º. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NOGUEIRA, R. B. **Curso de direito tributário**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

RIBEIRO, M. A. O princípio protetor-recebedor para preservar um bem natural. **Revista ECO 21**. Rio de Janeiro, v. 78, maio 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHOUERI, L. E. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TOSCHI, S. G., Noções básicas sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial. Jusbrasil.

<https://stefaniaqtoschi.jusbrasil.com.br/artigos/321553581/nocoes-basicas-sobre-o-imposto-sobre-a-propriedade-predial-e-territorial>. 2015. Acesso em 10 junho de 2020.

WUNDER, S. **Pagamentos por Serviços Ambientais: Princípios básicos essenciais**. Jacarta Indonésia: Editorial CIFOR, 2006.